



ENCONTRO NACIONAL
PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS
NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA



ENCONTRO NACIONAL
PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA
NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA

Brasília
2006



© 2006. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar, sala 200
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

Edição e Projeto Gráfico
Isabela Ferreira de Araújo

Copidesque:

Revisão:
Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita
Tiragem: 5.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

112 p.

1. Igualdade de Gênero. 2. Estudos de Gênero. I. Título

CDU 396.1

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 1ª Edição

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Edital CNPq 45/2005

Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências

Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Assessoria de Comunicação Social do CNPq/Serviço de Prêmios

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde – DECIT/MS

Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Apoio

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Cadernos PAGU

Revista Estudos Feministas – REF

Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR/UFBA

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Associação Brasileira de Ciências Políticas – ABCP

Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC

Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP

Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional – ANPUR

Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior – ANDIFES

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

Núcleo de Estudos da População – NEPO/UNICAMP

Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG/UFF

Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA/ISC/UFBA

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ

Fundação Carlos Chagas – FCC

Instituto Papai

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

SUMÁRIO

Apresentação	10
Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade	13
Estela M. L. Aquino	
Sobre avanços e obstáculos	14
Fanny Tabak	
Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana	20
Elisa Baggio Saitovitch	
.....	22
Núcleos de Estudos da Mulher X Academia	24
Eva Alterman Blay	
.....	24
Revista Estudos Feministas : estratégias de institucionalização e produção do conhecimento	27
Joana Maria Pedro	
.....	31
A Institucionalização do Feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da RedeFem	31
Marlise Matos	
Pensando Gênero e Ciência nas Américas: a experiência da OEA	32
Alice Rangel de Paiva Abreu	
.....	64
Mulheres na Ciência e na Engenharia: Um Imperativo Global	89
Shirley Malcom	
.....	89
Recomendações do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências	
Moções aprovadas	100
ANEXO	102
Programação do evento	102

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que publicamos os textos apresentados nas mesas de debates e as recomendações finais do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

Este Encontro reuniu em Brasília, em março de 2006, pesquisadoras(es) e estudiosas(os) de mais de 200 núcleos e grupos de pesquisa de cerca de 100 universidades de todo o país com o objetivo de mapear e analisar o campo de estudos de gênero no Brasil; estimular a produção acadêmica na área; propor medidas e ações que contribuíssem para ampliar a inserção das mulheres em todos os campos da ciência; e discutir a trajetória das mulheres e seu posicionamento nas carreiras acadêmicas.

Representando 23 unidades da federação, 316 mulheres e 17 homens se reuniram durante três dias para refletir sobre temas como: Espaços de poder: participação das mulheres em conselhos e agências de fomento; Mecanismos de exclusão e de inclusão das mulheres na consolidação das carreiras; Institucionalização dos núcleos e grupos de pesquisa de gênero; Fortalecimento do ensino e da pesquisa de gênero e articulação com as redes de pesquisa e agências internacionais; Inclusão do tema gênero na formação do conhecimento; Ciência e tecnologia como reservas masculinas; Os espaços de circulação da produção; Processos de avaliação da excelência científica e políticas de indicadores de gênero; Fortalecimento do papel e da participação das mulheres cientistas; e Mulheres negras: acesso às carreiras acadêmicas e os estudos sobre a questão racial.

Importante ressaltar que durante estes três dias reuniram-se os mais expressivos nomes de estudiosas/os da área de gênero, destacadas pesquisadoras de outras áreas do conhecimento, como a física, bem como jovens estudantes de graduação e pós-graduação, em uma atmosfera que reafirma o vigor da ciência brasileira e da contribuição particular das mulheres para seu crescimento.

O Encontro encerrou a primeira edição do Programa Mulher e Ciência, resultado da profícua parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM, que envolveu outras 32 organizações governamentais e não governamentais.

Queremos registrar, aqui, nosso agradecimento a todas as pesquisadoras que integraram as mesas de debates e que forneceram seus textos para esta publicação. Aquelas outras que coordenaram as discussões nas mesas e grupos de trabalho e as que foram reladoras, fundamentais para o sucesso do Encontro, também dirigimos o nosso muito obrigada.

Considerando que este foi o primeiro encontro com estas características, temos certeza de que sua realização e os resultados alcançados serão daqui para frente um divisor de águas na valorização e legitimação dos estudos de gênero em nosso país e na rediscussão da participação das mulheres no mundo acadêmico.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Sérgio Rezende

Ministro da Ciência e Tecnologia

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Erney Felício Plessmann de Camargo

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ana Falú

Diretora do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher no Brasil e Cone Sul

GÊNERO E CIÊNCIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A AÇÃO POLÍTICA NA BUSCA DA EQUIDADE

Estela M. L. Aquino¹

Introdução

Durante muito tempo, as mulheres estiveram “ausentes” do mundo da ciência. Isso não significa dizer que inexistissem mulheres participando da produção do conhecimento científico. O feminismo se empenhou, especialmente na década de 1970, em resgatar casos exemplares de cientistas desde a Grécia antiga até os dias atuais (Londa Schienbinger, 2001)².

O resgate de realizações de grandes mulheres foi necessário para contrapor a noção de que elas não teriam capacidade para fazer ciência, noção esta embasada por teorias biomédicas sobre diferenças anatômicas ou fisiológicas em relação aos homens, que limitariam seu potencial intelectual e as conformariam exclusiva ou prioritariamente para a maternidade (Lynda Birke, 1992; Greta Noordenbos, 2002; Ilana Löwy, 2000). A vida e obra dessas mulheres têm servido igualmente de modelo para estimular jovens meninas ao ingresso em carreiras científicas.

Entretanto, como chama a atenção Maria Margaret Lopes (2003), recuperar as trajetórias de mulheres como “exceções à regra” que “venceram barreiras” de sua época apenas reproduzem a tradição historiográfica dos grandes vultos e fatos, ocultando as condições sociais e culturais em que essas pesquisadoras atuaram. Um caminho promissor de análise tem buscado explicar os mecanismos pelos quais foi reservado às mulheres esse não-lugar na ciência, seja pelas barreiras concretas à escolarização feminina, seja pela invisibilidade do trabalho daquelas que as superaram.

1 Médica, Doutora em Saúde Pública, pesquisadora do CNPq. Docente do Instituto de Saúde Coletiva (UFBA), onde coordena o MUSA- Programa de Estudos em Gênero e Saúde. Feminista, tem buscado a introdução da perspectiva de gênero na pesquisa em saúde e nas políticas de saúde. Integrante e fundadora do Grupo de Trabalho Gênero e Saúde (ABRASCO).

2 Talvez um dos mais citados seja o de Marie Curie, que recebeu por duas vezes o Prêmio Nobel – uma vez em Física (em 1903) e outra em Química (em 1911) – por suas pesquisas sobre radioatividade. Apesar deste reconhecimento ao seu talento e à sua contribuição para o desenvolvimento científico, ela nunca foi aceita como membro da Academia Francesa de Ciências (Noordenbos, 2002). Outro exemplo mencionado, especialmente na área de saúde, é o de Florence Nightingale. Mais conhecida como fundadora das bases da enfermagem moderna, ela era estatística matemática e foi a primeira mulher eleita para a Sociedade Britânica de Estatística. No Brasil, um nome sempre lembrado é o de Bertha Lutz (Shuma Schumacher e Erico Brasil: 2000, p. 106), bióloga, docente e pesquisadora do Museu Nacional no Rio de Janeiro por 46 anos, que foi ativa militante feminista.

A constituição da ciência moderna envolveu progressivamente um alto grau de formalização, com a fundação de instituições e o estabelecimento de normas que afastaram as mulheres (Schienbinger, 2001). Em suas origens, nos primórdios da Revolução Científica, muitas mulheres européias envolveram-se com atividades científicas, seja a inspeção de astros com o uso de telescópios em observatórios familiares, seja analisando plantas, insetos e outros animais com microscópios, juntamente com seus maridos, irmãos ou pais (Noordenbos, 2002). As mulheres também detinham um grande conhecimento sobre uso de plantas e ervas medicinais, tratamento de doentes, além de serem as responsáveis pelo acompanhamento de partos e nascimentos (Jacqueline Pitanguy, 1989; Anayansi C. Brenes, 1991; Lucia Tosi, 1998). Com o desenvolvimento do capitalismo, a separação entre privado e público refletiu-se no modo de organização da produção científica e tecnológica e de profissionalização dos cientistas em sistemas formais de ensino (Schienbinger, 2001; Noordenbos, 2002). As mulheres foram impedidas de frequentar escolas e universidades, sendo instadas a assumir o cuidado da casa e dos filhos (Tosi, 1998). A ciência se estruturou, então, em bases quase exclusivamente masculinas, com um enorme desperdício de potencial humano e a produção de conhecimentos profundamente marcada por um viés androcêntrico.

Desse modo, abordar o tema de gênero e ciência envolve pelo menos três dimensões. A primeira delas diz respeito ao ingresso e o grau de participação das mulheres nos vários campos disciplinares. Mapear o quadro e monitorar tendências históricas exigem o acesso a diferentes bases de dados estatísticos, dispersos em inúmeras instituições e agências de fomento, frequentemente não desagregados por sexo. A segunda dimensão refere-se às transformações culturais no meio científico, nas relações de gênero, nos espaços de produção e divulgação do conhecimento, o que demanda a realização de estudos sócio-antropológicos, ainda escassos no país. A terceira dimensão envolve o próprio conteúdo do conhecimento produzido, requerendo análises complexas de caráter epistemológico, histórico e sociológico.

Minha intenção inicial era abordar questões relativas a essas três dimensões com base na revisão da literatura sobre o tema e da consulta aos dados oficiais disponíveis, conferindo ênfase ao campo da pesquisa em saúde. Todavia, a despeito do esforço de algumas pesquisadoras concentradas em poucos núcleos acadêmicos³, a pesquisa sobre gênero e ciência no país ainda é insuficiente para compreender e monitorar as complexas transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, particularmente ao se focar áreas específicas do conhecimento. Também é necessário registrar que as instituições e agências brasileiras ainda resistem a permitir o acesso à imensa quantidade de informações sobre Ciência & Tecnologia no país em uma perspectiva de gênero e os poucos trabalhos existentes exigiram na maioria das vezes tabulações especiais, pois as informações analisadas não se encontram disponíveis.

3 Assumem papel de destaque na divulgação de textos sobre o tema no Brasil as revistas Estudos Feministas (UFSC) e Cadernos PAGU (UNICAMP), ambas disponíveis no www.scielo.br.

Assim, mais do que um diagnóstico sistemático da situação, pretendo trazer reflexões que se apóiam na literatura, mas também na minha prática profissional e política no âmbito da Saúde Coletiva, área de constituição recente que integra as Ciências da Saúde. Considerando o caráter deste Encontro, reunindo várias instâncias de governo para um diálogo com pesquisadoras na temática, vou privilegiar as duas primeiras dimensões apontadas, reconhecendo desde sempre a necessidade de apoio incondicional aos estudos de gênero nos vários campos disciplinares. Esboçando um breve panorama da situação das mulheres nas ciências e sempre que possível na pesquisa em saúde no Brasil, procuro identificar prioridades de ação e estratégias na perspectiva da equidade de gênero, algumas das quais temos ensaiado em nossa Associação Brasileira de Saúde Coletiva – a ABRASCO – através do GT Gênero e Saúde, organismo assessor da direção dessa entidade.

As mulheres e a pesquisa em saúde no Brasil

Historicamente, o setor saúde estruturou-se com base em uma rígida divisão sexual do trabalho. No pré-capitalismo, o cuidado aos doentes e feridos, da mesma forma que aos velhos e às crianças, esteve em geral ao encargo das mulheres da família. Com a constituição do hospital moderno, manteve-se essa característica, culminando na separação da arte de curar, exercida pelos médicos (homens), dos demais cuidados diretos ao paciente, exercidos por profissionais de enfermagem (mulheres), de modo subordinado aos primeiros (Bárbara Ehrenreich & Deirdre English, 1973).

No Brasil, até 1970, a participação feminina na força de trabalho em saúde era pequena, ainda que algumas categorias profissionais, como a enfermagem, fossem tradicionalmente ocupadas por mulheres. Na década de 70, essa participação aumentou de 41,41% para 62,87%, chegando as mulheres a 1980 com absoluta maioria no setor (André Médici e cols, 1987; Maria Helena Machado, 1989). A “feminização” da saúde se deu fundamentalmente graças a profissionais de nível superior, cuja proporção de mulheres passou de 17,96% para 35,24% nesta década (Machado, 1989). Além de explicações comuns à inserção na população economicamente ativa como um todo, destaca-se nesse caso o maior ingresso de mulheres jovens nas universidades, em especial em cursos de tradição masculina como a medicina e a odontologia (Médici e cols, 1987; Machado, 1989).

Os médicos constituem a maior parte da força de trabalho em saúde de nível superior (67,8% em 1999) (DATASUS, 2006). Nos anos 90, quase metade de seu contingente com menos de 30 anos já se constituía de mulheres, enquanto este percentual era de apenas 1% na década de 40 (Maria Helena Machado,

1997)⁴. Relativamente aos homens, elas apresentam maior inserção no setor público (75,1% delas contra 67,0% deles), trabalhando um pouco menos em consultórios ou estabelecimentos privados. Entre as explicações para tais diferenças situam-se: o fato de que nas instituições públicas o acesso se dá por concurso, com menor possibilidade de discriminações de gênero; a garantia de direitos trabalhistas, como a licença maternidade; salários iguais para a mesma função; e a estabilidade no emprego (Tânia Steren dos Santos, 2004; Melo e cols, 2004). Outra característica da inserção feminina na saúde é a segregação em poucas especialidades: entre 64, apenas cinco - pediatria, ginecologia, clínica geral, cardiologia e dermatologia - concentram mais de 60% das médicas (Machado, 1997; Dayse de Paula Marques da Silva, 1998).

Mas é na enfermagem – segunda maior categoria de nível superior (14,9%) (DATASUS, 2006) - que isso se expressa de modo mais marcante: ainda hoje, a quase totalidade das profissionais são mulheres (Silva, 1998). A profissão de enfermagem esteve sempre marcada por conteúdos fortemente ideológicos, permeada pelo discurso religioso, nos quais eram enfatizados o devotamento, o idealismo, o altruísmo e o desprendimento material (Marta Júlia Lopes, 1988). As especificidades de gênero tendiam a ser naturalizadas e até recentemente, ao menos nos países ocidentais, essa era tida como uma ocupação “feminina”, decorrente da aptidão “inata” das mulheres para cuidar dos outros, a qual supostamente faltaria aos homens (Catalina H. Wainerman e Rosa N. Geldestein, 1991). O crescimento de estudos de gênero sobre essa área tem contribuído para desnaturalizar o fenômeno e ampliar a consciência crítica das profissionais a este respeito.

Além dessa segregação horizontal, constata-se uma segregação vertical que dificulta a progressão das mulheres, sendo ainda ocupados por homens a maioria dos cargos mais elevados na hierarquia profissional, nas instituições prestadoras de serviços de saúde e nas entidades de classe⁵. A ocupação de posições de maior destaque pelas mulheres, quando acontece, é mais tardia do que pelos homens. Estudo realizado em Porto Alegre (Santos, 2004) evidenciou que as diferenças são acentuadas nas atividades científicas, com as mulheres médicas tendendo a participar menos de eventos e de publicações científicas, principalmente à medida que aumenta o número de filhos.

4 O crescimento foi mais acentuado nos centros urbanos e na região nordeste, onde a proporção atinge 41,1% da força de trabalho médico. Expressando um fenômeno geracional, as mulheres correspondem a cerca de 50% dos profissionais médicos com menos de 30 anos.

5 Isso ocorre mesmo na enfermagem, onde os poucos homens existentes frequentemente ocupam cargos de chefia, direção de entidades estudantis e profissionais.

Gênero e cultura da ciência

A participação das mulheres em atividades científicas, entre as quais se incluem as da saúde, exige uma longa formação, cujo requisito mínimo é o nível superior de escolaridade. Assim sendo, seu ingresso em carreiras modernas na ciência só pôde ocorrer a partir do acesso ao ensino formal e particularmente aos cursos superiores⁶.

A progressiva escolarização das mulheres brasileiras, que se intensificou na segunda metade do século XX e, principalmente, por influência do feminismo na década de 1970, tem representado um fenômeno social marcante. As mulheres apresentam melhores indicadores que os homens em praticamente todos os níveis educacionais, com trajetórias mais longas e mais regulares, ainda que as diferenças não sejam tão expressivas quanto frequentemente se apregoa (Fulvia Rosenberg, 2001). Também é preciso registrar que os conteúdos e as práticas de ensino não têm se modificado substancialmente, sendo a luta contra o sexismo, o racismo e a homofobia na escola ainda um desafio.

No ensino superior, as mulheres são maioria entre os alunos matriculados (56,3%) e concluintes (62,4%) (Jacqueline Leta, 2003), freqüentando cursos cujo corpo discente era até então exclusivamente masculino⁷. O prolongamento dos estudos tem ampliado as oportunidades de trabalho e contribuído para o acentuado ingresso das mulheres em áreas que eram ocupadas só por homens. A taxa de ocupação daquelas com nível superior de ensino (15 anos ou mais) ultrapassa 80%, sendo quase o dobro daquela observada na população feminina em geral (Fundação Carlos Chagas, 2004). Elas são 61,6% dos empregados no setor público e 40,8% dos docentes nas universidades (Melo e cols, 2004).

A incorporação crescente das mulheres em atividades científicas pode ser confirmada desde 1997, entre pesquisadores e líderes de Grupos de Pesquisa cadastrados na base Lattes do CNPq: nestes dois subgrupos, a proporção de mulheres, em 2002, era respectivamente de 45,7% e 40,7% (Leta, 2003). Elas estão mais concentradas em algumas áreas, tais como as Ciências da Saúde (54,7%) e as Ciências Biológicas (51,9%), além das Ciências Humanas (60,0%), quetambém está desenvolvendo a pesquisa em saúde⁸.

6 Apenas para se ter uma idéia, embora a primeira Faculdade de Medicina no país tenha sido criada em 1808 na Bahia, a primeira mulher a ser aceita como aluna foi Rita Lobato Velho Lopes, graduada em 1887, ou seja, quase 80 anos após sua fundação. Até então, o ensino graduado era permitido somente aos homens, ainda que seja registrada a atuação de mulheres como Maria Augusta Estrela, formada nos EUA, em 1881 e considerada a primeira médica do país (Schumacher, 2000).

7 Nas Ciências da Saúde, elas correspondem a 67,6% dos concluintes (Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, 2001) e isso se reproduz nas carreiras científicas da saúde, incluindo a Saúde Coletiva.

8 A pesquisa em saúde tem sido entendida tradicionalmente como a soma de atividades de pesquisa biomédica, clínica e de saúde pública, o que corresponde basicamente a duas grandes áreas - as ciências da saúde e as ciências biológicas (Reinaldo Guimarães e cols, 2001). Contudo, quando investigado o termo "saúde" na base de dados corrente do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>),

Também é possível constatar o aumento da inserção feminina nas ciências brasileiras pela análise da distribuição de bolsas de pesquisa pelo CNPq. Em 2002, elas já eram maioria entre os que receberam bolsas de Iniciação Científica e mestrado (respectivamente 55,1% e 52,9%); receberam quase metade das bolsas de doutorado (48,4%) e de recém-doutor (49,7%) (Leta, 2003). Porém, enquanto as bolsas no país têm distribuição equilibrada, quando se trata de bolsas no exterior, estas são majoritariamente utilizadas por homens (63,5% em doutorado e 78,2% em pós-doutorado). Além disso, a grande maioria das bolsas de produtividade em pesquisa (67,8%) é destinada a eles, o que se acentua em um nítido gradiente à medida que aumenta o nível hierárquico. Nos níveis mais altos, o quadro manteve-se inalterado em toda a década de 1990, apesar do aumento observado na proporção de mulheres em todas as demais modalidades (Melo e Helena M^a Martins Lastres, 2004).

Ao se examinar esta discrepância, imediatamente se coloca a questão sobre que fatores podem explicá-la? Seria um fenômeno de coorte, com as mulheres mais jovens ainda com menor acesso à formação em nível de doutorado e com menor acúmulo acadêmico para concorrer às bolsas de produtividade? Seria de fato menor a produtividade dessas pesquisadoras em relação aos homens ou existiriam mecanismos discriminatórios que as excluíssem mais?

Na literatura internacional, é comum ser apontado que, relativamente aos homens, as mulheres têm menor produtividade científica, mas nos únicos estudos nacionais localizados abordando esta questão entre pesquisadores de diferentes áreas, isso não se confirmou entre as cientistas brasileiras que publicam tanto quanto os homens, igualmente liderando grupos de pesquisa (Lea Velho e Elena Leon, 1998; Jacqueline Leta e Grant Lewison, 2003). Na verdade, os estudos sobre esta questão são escassos no Brasil, mas evidenciam dificuldades para elas na progressão em carreiras científicas, com menor acesso a cargos acadêmicos e a recursos para pesquisa, além de mais baixos salários (Velho e Leon, 1998; Leta e Lewison, 2003; Santos, 2004). Isso reproduz nacionalmente, o que ocorre em países europeus (Nicole Dewandre, 2002).

Explicar essas diferenças não é tarefa fácil, principalmente quando se dispõe de tão poucas investigações nacionais sobre o tema. O que a reflexão internacional nos indica é que esse fenômeno, embora variando entre países e contextos, assume certa regularidade, em que as mulheres estão em permanente desvantagem (Teresa Rees, 2002).

Um primeiro conjunto de fatores para explicá-lo envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita os horizontes de possibilidade de homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familia-

constata-se que entre os 1326 grupos que o incluem 61,3% pertencem de fato às Ciências da Saúde, mas só 4,6% às Ciências Biológicas. Por outro lado, 17,4% estão nas Ciências Humanas e os restantes 11,0% dispersos nas demais grandes áreas.

res (Silva, 1998). Além de ter um espectro mais limitado de escolhas, as mulheres enfrentam dificuldades adicionais no ambiente acadêmico altamente competitivo, no qual a agressividade masculina é interpretada positivamente como assertividade e a assertividade feminina é julgada negativamente como autoritarismo. É freqüente serem atribuídos valores negativos às mulheres que ocupam posições de destaque na hierarquia acadêmica, ou no mínimo ser delas exigida uma performance mais impecável do que aos homens na mesma condição. Como resultado, elas tenderiam a procurar áreas menos competitivas, em que haja mais mulheres, reproduzindo-se a segregação horizontal e vertical.

Um segundo conjunto de fatores resulta da difícil conciliação entre carreira e família. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, necessariamente, não as têm desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, já que se mantém a tradicional divisão sexual do trabalho doméstico. Por isso, grande parte delas é levada a optar por jornadas parciais, flexibilização de horários e até mesmo por interrupções freqüentes na vida profissional. Quando a escolha é por uma carreira acadêmica, muitas vezes o projeto de casamento e maternidade é adiado ou definitivamente abandonado.

O feminismo liberal centrou sua luta na extensão dos direitos do “homem” às mulheres e com isso tendeu a ignorar ou mesmo negar as diferenças de gênero: “apenas as mulheres têm bebês, mas espera-se que o parto ocorra exclusivamente nos fins de semana e feriados, para não perturbar o ritmo de trabalho cotidiano” (Schienbinger, 2001: 23)⁹. No Brasil, durante o percurso acadêmico, a licença maternidade é um direito reconhecido legalmente, mas quando concedida durante o mestrado ou o doutorado não se desconta este período do tempo de titulação da aluna, o que tem impacto nos indicadores dos programas e resulta em mecanismos de pressão variados sobre as mulheres.

A interrupção temporária da carreira para o cuidado de filhos pequenos significa uma desaceleração das atividades e o retorno em geral acontece com dificuldades. No Brasil, país com tradição escravista, com grandes desigualdades sociais, ocorre um fenômeno descrito por Suely Gomes Costa (2002) como “maternidade transferida”, pelo qual a administração da casa é delegada pelas mulheres de maior poder aquisitivo (geralmente brancas) a outras mais pobres (negras), atualizando desigualdades seculares no acesso a direitos sociais. De qualquer maneira, quando os filhos chegam, as mulheres em carreiras científicas são obrigadas a fazer escolhas difíceis, com o adiamento da ocupação de cargos e uma menor disponibilidade para viagens. No meio acadêmico, a circulação aumenta o prestígio e amplia contatos. Obviamente, isso se torna mais dificultado quando se trata de viagens de médio e longo prazo para o exterior, o que foi confirmado entre pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Velho e Leon, 1998) e fica

9 SCHIENBINGER, 2001, p. 23

evidente na menor utilização de bolsas com esta finalidade pelas mulheres (Leta e Lewison, 2003; Melo e cols, 2004). Essas oportunidades perdidas têm impacto no estabelecimento de parcerias e intercâmbios e na internacionalização da produção científica. Quando os filhos crescem, os pais envelheceram, iniciando-se um novo ciclo de cuidados intergeracionais, mais uma vez dependente das mulheres.

Mesmo quando o casamento ocorre entre pares acadêmicos, o que, diga-se de passagem, não é pouco freqüente e poderia significar uma maior solidariedade mútua frente às exigências profissionais, muitas vezes instaura-se a competição entre os cônjuges para acomodar viagens, prazos acadêmicos e trabalho em horários domésticos.

O que se vê, então, é que a dupla jornada torna o tempo das mulheres cientistas mais escasso e fragmentado. E o tempo na vida acadêmica é crucial: para elaborar projetos e obter financiamentos; para produzir e escrever artigos, formatá-los e submetê-los; atender a exigências; receber críticas, enfrentá-las e rebatê-las; enfrentar recusas e reiniciar o ciclo buscando novas alternativas. Adicionalmente, a socialização das mulheres para docilidade e submissão introjeta barreiras subjetivas que dificultam o enfrentamento de editores, pareceristas etc.

Tudo isso ocorre sem que a comunidade científica admita reconhecer as diferenças de gênero nas práticas de pesquisa. Se além de tudo, a participação das mulheres resulta em mudanças no modo de produzir conhecimento, elegendo-se novos temas e questões, revendo-se teorias e conceitos, incorporando-se novos meios de investigar os problemas, redobram-se as dificuldades. Afinal, a luta cotidiana pela legitimação de novos campos e abordagens demanda muito tempo e energia criativa.

E isso se relaciona, então, a um terceiro conjunto de fatores que dizem respeito ao modo como a ciência foi estruturada, baseada em valores androcêntricos, que dificultam a “sobrevivência” das mulheres e contribuem para o retardo na progressão.

O sistema de julgamento ad hoc baseia-se no princípio do anonimato e da neutralidade. Mas isso não pode ser aplicado, por exemplo, à avaliação de projetos de pesquisa e demandas por bolsas nas agências de fomento, onde apenas quem avalia pode ter preservado o anonimato. O tema tem sido debatido na literatura internacional (Christine Wennerås & Agnes Wold, 1997) - motivando inclusive o fim do anonimato em alguns sistemas de avaliação - mas não tem suscitado igual interesse no Brasil. Mesmo em circunstâncias como a avaliação de artigos submetidos à publicação, na qual se preserva o anonimato de ambas as partes, cabe perguntar: isso evitaria o sexismo? As comunidades científicas especializadas geralmente são pequenas e várias informações incluídas nos artigos, tais como local de realização, referências mais citadas, entre outras, fornecem pistas a respeito da procedência do artigo. Além disso, temas e questões de interesse das mulhe-

res podem ser menosprezados ou incompreendidos, com evidente prejuízo para quem os formula. Porém, ainda mais passíveis de preconceito são os mecanismos de seleção de integrantes de comitês, palestrantes de congressos e membros de bancas, nos quais um alto grau de subjetividade está envolvido e certamente as concepções de gênero exercem influência.

Áreas menos prestigiadas na hierarquia acadêmica tendem a atrair mais mulheres, mas são os representantes destas áreas que precisam disputar espaços institucionais com outros de mais prestígio, redobrando-se os argumentos para adoção de critérios que discriminam as mulheres. Um exemplo contundente desse tipo de seleção materializa-se na Academia Brasileira de Ciências e em praticamente todas as academias do mundo ocidental (Noordenbos, 2002), onde as mulheres ainda são absoluta minoria e geralmente seu ingresso representa o coroamento de uma longa carreira de dedicação à ciência. Os homens, que constituem maioria, lá ingressam em idades mais jovens, principalmente em áreas da ciência “dura”, sendo o título de acadêmico um elemento de prestígio a mais para alavancar suas já bem sucedidas carreiras.

Por tudo isso, a simples incorporação das mulheres à ciência normal, sem que haja mudanças culturais profundas, não só no âmbito acadêmico, mas em toda a vida social, as coloca em situação de grande desvantagem (Schienbinder, 2001).

Equidade de gênero em ciência & tecnologia: prioridades de ação e estratégias políticas

A adoção transversal da perspectiva de gênero como política de governo que vem sendo implementada através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres¹⁰, pode contribuir para modificar este quadro com benefícios inegáveis não só para as mulheres, permitindo que estas realizem plenamente seu potencial humano.

O longo processo de formação de cientistas inicia-se bem antes da entrada formal no mundo acadêmico e, portanto, a adoção de políticas educacionais que contribuam para reverter o quadro atual de desigualdades não pode se restringir a este âmbito, nem tampouco ser dirigido apenas às mulheres.

É preciso influir nos currículos escolares, nas estratégias pedagógicas e no material didático de forma a romper o ciclo de reprodução da dominação simbólica que repercute nas escolhas profissionais. As estratégias não podem se limitar ao estímulo de meninas ao ingresso nas carreiras científicas. Essa consigna do fe-

¹⁰ A este respeito consultar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004) disponível em <http://200.130.7.5/spmu/docs/Plano%20Nacional%20Políticas%20Mulheres.pdf>.

minismo liberal, que gerou inúmeras iniciativas de ação afirmativa, teve bons resultados, mas insuficientes. É necessário incluir os meninos e as meninas, mas também os professores, no sentido de mudar concepções e práticas. As mudanças no sistema educacional devem por certo intensificar-se na formação graduada e pós-graduada, mas não somente com revisão curricular. É necessário fazer um amplo diagnóstico que oriente a elaboração de metas e estratégias de ação, monitoradas permanentemente através de sistemas de informação adequados. Não se trata necessariamente da criação de novas bases de dados, mas da revisão crítica de lacunas, com a produção de indicadores baseados em metas claras e definidas. Não é possível que na entrada do século XXI as agências e instituições continuem apresentando seus dados sobre benefícios concedidos, grupos de pesquisa e pesquisadores sem desagregação por sexo. Este é apenas o ponto de partida, o mínimo desejado. A situação das mulheres negras com sua dupla invisibilidade deve ser também revelada, especialmente com o advento das cotas nas universidades. Os sistemas de informação existentes devem ser compatibilizados e uniformizados no sentido de permitir o acesso rápido e oportuno às bases de dados.

Um conjunto de problemas merece especial atenção e refere-se a garantias básicas de apoio a maternidade, tais como creches nos locais de trabalho e estudo, além da já mencionada necessidade de exclusão do período dispendido em licenças-maternidade no tempo de titulação de mestrado e doutorado, sem prejuízo do pagamento de bolsas. O apoio à retomada da carreira após o nascimento de filhos e a supressão de mecanismos que constriam as mulheres com base na função reprodutiva devem ser prioridades, de modo a assegurar os direitos reprodutivos¹¹ na vida acadêmica.

Os esforços de articulação entre os ministérios e entre diferentes instâncias de governo, que resultaram neste 1º Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências, devem se desdobrar na consolidação de propostas daqui oriundas, com vistas a:

- Formular um Plano de Ação para promover a equidade de gênero na ciência em todas as políticas e programas de governo;
- Elaborar relatórios bienais consolidando os resultados de monitoramento dos objetivos e metas definidas;
- Realizar Encontros como este a cada dois anos para avaliar os avanços alcançados e os impasses a serem superados.

11 Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), estabeleceu-se que os direitos reprodutivos têm por base “o reconhecimento do direito fundamental de todos os casais e indivíduos a decidir livre e responsavelmente o número de filhos e o intervalo entre eles, e a dispor da informação e dos meios para tal e o direito de alcançar o nível mais elevado de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também a tomar decisões referentes à reprodução sem sofrer discriminação, coações, nem violência”. (Themis, 1997:74)

Um aspecto importante diz respeito ao financiamento de pesquisa, através de mecanismos de indução que contemplem as três dimensões apontadas inicialmente: a participação das mulheres nas ciências, gênero e cultura no âmbito científico e gênero e conteúdo da ciência. Devem ser previstas formas de apoio aos núcleos, às redes, às publicações e eventos especializados, bem como o estímulo à criação e manutenção de grupos de trabalho e comissões nas sociedades científicas.

Mas a questão crucial a ser enfrentada é a representação paritária das mulheres em comitês das agências de fomento e nas instâncias de decisão das instituições. Esta discussão não é fácil, mas podemos aprender com as mulheres da União Européia que estabeleceram como meta que todos os comitês tenham pelo menos 40% de representantes de cada sexo (Rees, 2002). Este critério de representação deverá ser estendido aos eventos científicos apoiados por estas agências. Não se trata de violar o princípio do mérito científico, mas de fazê-lo prevalecer sem influência de mecanismos discriminatórios que comprometam a excelência da ciência pela exclusão da capacidade intelectual e criativa das mulheres.

Referências

- BIRKE, Lynda. "In Pursuit of Difference: Scientific Studies of Women and Men." In: KIRKUP, Gill; KELLER, Laurie Smith. eds. *Inventing Women. Science, Technology and Gender*. Cambridge, UK: Polity Press, 1992. p. 81-102.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres". Brasília, 2004.p.104
- BRENES, Anayansi Correa. "História da parturição no Brasil, século XIX". In: *Cad. Saúde Pública*, v.7, n.2, p.135-149. Jun 1991.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. "Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas". In: *Informe Ped Mulher*, n. 1, p. 95-106, mar 2001.
- EHRENREICH,Barbara & ENGLISH,Deirdre. *Witches, midwives and nurses*. New York: The Feminist Press, 1973.
- COSTA, Suely Gomes. "Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva." In: *Rev. Estud. Fem.*, v.10 , n.2, p.301-23. Jul 2002.
- DEWANDRE, Nicole. "Women in science. European strategies for promoting women in science". In: *Science*, .v.11, n. 295 (5553), p.278-9. Jan. 2002.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. "Mulheres brasileiras, educação e trabalho". In: *Séries históricas*. [Capturado em http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html em 26/10/2004]
- GUIMARÃES, Reinaldo; LOURENÇO, Ricardo; COSAC, Silvana. "A pesquisa em epidemiologia no Brasil". In: *Rev. Saúde Pública* , v. 35, n.4, p.321-40, 2001
- LETA, Jacqueline. "As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso". In: *Estudos Avançados*, v.17, n.49, p. 1-14, 2003.
- LETA, Jacqueline; LEWISON, Grant. "The contribution of women in Brazilian science: a case study in astronomy, immunology and oceanography". In: *Scientometrics*, v.57, n.3, p. 339-53, 2003.
- LOPES, Maria Margaret. "Gênero e ciências no país: exceções à regra?" *Com Ciência "Mulheres na Ciência"*. [Capturado em <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml> em 19/04/2006] SBPC, 2003.
- LOPES,Marta Júlia Marques. "O trabalho da enfermeira: nem público, nem privado, feminino, doméstico e desvalorizado". In: *Rev. Bras. Enferm.*, v.41, n.3/4, p.211-7, 1988.

- LÖWY, Ilana. "Universalidade da ciência e conhecimentos 'situados'". In: Cadernos Pagu, n. 15, p.15-38, 2000.
- MACHADO, Maria Helena. "A mão de obra feminina no setor saúde no Brasil". In: Labra, Maria Eliana (Org.) Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes/ABRASCO, 1989. p. 119-34. [Coleção Saúde e Realidade Brasileira]
- MACHADO, Maria Helena. "As médicas no Brasil". In: Os Médicos no Brasil - Um Retrato da Realidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. p. 147-61.
- MÉDICI, André César; MACHADO, M^a Helena; NOGUEIRA, Roberto Passos; GIRARDI, Sábato N. "Aspectos conceituais e metodológicos dos levantamentos estatísticos sobre força de trabalho em saúde no Brasil: aspectos estruturais e conjunturais". Relatório de Pesquisa ENSP/FIOCRUZ - NESCON/UFGM - OPS, 1987. Cap. 3. pp. 102-71.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena M^a Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. "Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação do Brasil". In: Revista Gênero, v. 4, n. 2, p. 75-96, 2004.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena M^a Martins. Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. [Capturado em <http://www.cbpf.br/~mulher/hildete2.pdf> em 25/03/2006], 2004.
- NOORDENBOS, Greta. "Women in academies of sciences: from exclusion to exception." In: Women's Studies International Forum, v.25, n.1, p.127-37, 2002.
- PITANGUY, Jacqueline. "Medicina e bruxaria: algumas considerações sobre o saber feminino." In: Labra, Maria Eliana (Org.) Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes/ABRASCO, 1989. p. 39-43. [Coleção Saúde e Realidade Brasileira]
- REES, Teresa. "National Policies on Women and Science in Europe: a report about women and science in 30 countries". [Capturado em ftp://ftp.cordis.lu/pub/improving/docs/women_national_policies_full_report.pdf em 17/04/2006]. The Helsinki Group on Women and Science. European Commission, 2002.
- ROSEMBERG, Fulvia. "Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo". In: Estudos Feministas, v. 9, n.2, p.515-40, 2001.
- SANTOS, Tânia Steren dos. "Carreira profissional e gênero: a trajetória de homens e mulheres na Medicina". In: Revista FEE, v. 4, p. 73-88, 2004. [Capturado em http://nominimo.ibest.com.br/notitia/reading/exemplum/reading/pdf/tania_steren_dos_santos.pdf em 25/03/2006]

- SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001. 384p.
- SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). Dicionário das Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SILVA, Dayse de Paula Marques da. Relações de gênero no campo profissional da Medicina. 1998. Tese.(Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro.
- THEMIS. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Instrumentos Internacionais de Proteção. Porto Alegre: Themis, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1997. 141 p.
- TOSI, Lucia. "Mulher e ciência: a Revolução Científica, a caça às bruxas e a ciência". In: Cadernos Pagu, n.10, p.369-97, 1998.
- VELHO, Léa; LEÓN, Elena. "A construção social da produção científica por mulheres". In: Cadernos Pagu, n.10, p.309-44, 1998.
- WAINERMAN, Catalina H.; GELDSTEIN, Rosa N. "Género y vocación entre auxiliares de enfermería". In: Medicina y Sociedad, v. 14, n.1, p. 23-9, 1991.
- WENNERÅS Christine; WOLD, Agnes. "Nepotism and sexism in peer-review". In: Nature, n.387, p. 341-43, (22 May) 1997.



SOBRE AVANÇOS E OBSTÁCULOS

Fanny Tabak¹

Ao longo das últimas décadas do século XX, o estudo da relação entre gênero - ciência e tecnologia se expandiu menos lentamente entre pesquisadoras acadêmicas e organizações feministas, do que todo um conjunto de temas que mereceu alta prioridade. Entre esses temas, se incluem direitos reprodutivos, aborto, trabalho, violência doméstica, participação política. Sem dúvida, as razões que levaram à definição de tais prioridades são fáceis de entender. Tratava-se de atender a anseios e demandas reprimidas de milhões de mulheres, que se haviam manifestado durante décadas.

Havia outras razões para aquela demora e certamente uma delas estava no campo da educação. As mulheres continuavam a constituir, muitas vezes, a maioria dos analfabetos e a proporção daquelas que concluíam cursos universitários era inexpressiva, em muitas áreas do conhecimento.

Na segunda metade do século XX coube à UNESCO desempenhar um papel da maior relevância, ao desenvolver programas especiais dedicados à maior inserção da mulher nas diferentes áreas da ciência e da tecnologia e, naqueles países menos desenvolvidos da Ásia e da África, arrancar milhões de mulheres do analfabetismo. Mas apesar desse esforço continuado, o avanço pode ser considerado ainda insuficiente.

Numerosas conferências regionais e internacionais foram patrocinadas pela UNESCO, para debater a participação da mulher na atividade científica e tecnológica. Além dos programas criados especialmente para ampliar a participação feminina nessas áreas. E entre as recomendações aprovadas, estava sempre a de promover ações afirmativas para facilitar o acesso da mulher a posições decisórias na vida científica. Ao mesmo tempo, os governos eram instados a criar ou melhorar os serviços sociais coletivos.

Um projeto de pesquisa de caráter transcultural intitulado “A participação das mulheres em posições decisórias, em carreiras dentro da Ciência e da Tecnologia: obstáculos e oportunidades”, foi patrocinado pela UNESCO em 1988. As comunicações apresentadas na reunião preparatória que discutiu o relatório final foram

1 Doutora em Sociologia, diretora de projetos de pesquisa (CNPq, Unesco, IDRC, Faperj), professora universitária, fundadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (1980, PUC-Rio), autora de duas dezenas de livros, capítulos de livros e numerosos artigos. Entre outros temas, participação política, igualdade de direitos, mulher, ciência e tecnologia.

divulgadas pela UNESCO no livro *Women in Science- Token Women or Gender Equality*, organizado pela socióloga finlandesa Veronica Stolte-Heiskanen.

Foi a partir dos anos 80 que se tornou mais visível a ênfase em realizar estudos e pesquisas voltadas para conhecer o status da mulher no campo da ciência. Isso contribuiu para denunciar falsas teses até então muito difundidas e para estimular o ingresso de mais mulheres em áreas mais modernas e de ponta, nas quais até então elas estavam ausentes.

Em muitos países europeus (Inglaterra e Finlândia são exemplos), e também nos Estados Unidos, importantes universidades e sociedades científicas passaram a incluir o tema em suas agendas e multiplicaram-se os estudos. A literatura ampliou-se de maneira significativa.

Na América Latina, o interesse em torno do tema é mais recente. Um impulso importante foi dado pela reunião preparatória à conferência de Beijing/95, realizada em Mar del Plata (Argentina), em 1994. Organizada pela CEPAL, sob a denominação de Conferência para a Integração da Mulher ao Desenvolvimento, ela propiciou uma discussão intensa sobre como ampliar a presença feminina nas diferentes áreas da ciência e da tecnologia, entre delegadas de mais de uma dezena de países do continente, vinculadas a algumas grandes universidades. A partir daí, com a criação da rede *Mujer, Ciencia y Tecnologia*, na Universidade de Buenos Aires, foram realizadas conferências regionais e seminários.

Com o patrocínio da UNESCO, uma grande conferência latinoamericana intitulada *Foro Regional da América Latina e Caribe*, sob o título *Mulheres, Ciência y Tecnologia*, teve lugar, em Bariloche, em fins de 1998, como preparação para a Conferência Mundial sobre Ciência, que se realizaria no ano seguinte, em Budapeste.

Antes disso, o desejo de atrair mais mulheres para carreiras científicas nos países ainda insuficientemente desenvolvidos, já levava à criação da *Third World Organization for Women in Science (TWOWS)*, em dezembro de 1988, em Trieste, na sede da Academia de Ciências do Terceiro Mundo. Desde a sua criação, a TWOWS desenvolveu programas destinados a elevar o nível educacional das mulheres principalmente da África e da Ásia e, por meio de seminários e conferências realizados em distintos continentes e da realização de numerosos projetos específicos, contribuiu não só para combater o analfabetismo, mas também para estimular muitas mulheres a se dedicarem a atividades científicas e tecnológicas.

Na América Latina, preocupação semelhante demonstrou a CEPAL, ao convocar conferências e seminários para propor medidas capazes de aumentar a participação feminina. Houve uma preocupação tornada evidente: a necessidade de definir indicadores confiáveis para realizar pesquisas e coletar dados sobre a participação

da mulher nos diferentes campos da Ciência. Não apenas a CEPAL, mas também outras instituições se dedicaram a isso, a começar pela própria UNESCO.

Os Núcleos acadêmicos de estudos sobre a Mulher (alguns dos quais foram criados com a denominação de Relações de Gênero), vinculados a várias universidades públicas e privadas a partir de fins de 1980 - o NEM da PUC-RIO foi o primeiro: passaram a oferecer disciplinas que incluíam em seus programas uma revisão crítica de teses pseudamente científicas, aceitas durante muito tempo, sobre uma suposta incapacidade biológica da mulher para o exercício de determinadas carreiras e atividades intelectuais.

Tornou-se disponível uma bibliografia diversificada, apoiada numa nova literatura, produzida por autoras identificadas com o movimento feminista. Os núcleos acadêmicos deram importante contribuição para a divulgação dessa literatura, ao produzir revistas, cadernos especiais, coleções especializadas em torno dos temas de interesse da mulher. Além disso, eles exerceram papel importante no apoio à inclusão de novos temas no currículo de diferentes cursos, por meio de disciplinas optativas ou às vezes obrigatórias, como exigência curricular. O número de dissertações e teses também aumentou de maneira considerável, o que legitimou o campo das relações de gênero como sendo de relevância acadêmica, junto a agências de fomento e instituições públicas de apoio à pesquisa.

Ao longo de quase três décadas, a atuação desenvolvida por esses órgãos acadêmicos impulsionou de maneira decisiva a ampliação da temática voltada para o estudo da condição feminina. E um dos temas relevantes a que vários deles se dedicaram foi justamente o da relação entre gênero, ciência e tecnologia.

Por que índices são baixos

Estudos realizados em países avançados da Europa, e também nos Estados Unidos, revelaram que os índices de participação feminina no campo da pesquisa nas ciências exatas e da natureza continuavam a ser, muitas vezes, bastante baixos no início do século XXI. Apesar de esforços terem sido empreendidos no sentido de ampliar essa participação.

Na atividade acadêmica, nos grandes centros de pesquisa e nos laboratórios de prestígio internacional, nos congressos mundiais organizados por sociedades científicas de prestígio chamava atenção a reduzida presença feminina em determinadas áreas do conhecimento.

Que razões explicariam o fato de que apesar das significativas conquistas obtidas pelas mulheres graças à ação do movimento feminista, no que se refere à

ciência e à tecnologia, não foram ainda superadas muitas dificuldades, incompreensões, diferentes formas de discriminação, estereótipos.

Essas razões foram debatidas pelas próprias mulheres que atuam no campo da pesquisa científica e tecnológica, em diferentes oportunidades. No Brasil, vários encontros foram realizados para debater o assunto. Um dos primeiros, na PUC-RIO (organizados pelo NEM) no início dos anos 90. Mais de dez anos depois, conferências realizadas em fins de 2004 e início de 2005 revelaram que as mesmas razões apontadas antes ainda persistiam, embora algumas vezes ligeiramente atenuadas.

Vejamos algumas dessas “supostas” razões. Persiste a idéia de que a mulher “não gosta”, não tem “vocação” para a carreira científica, não tem a mesma “capacidade” que o homem para o raciocínio abstrato, não é capaz de “conciliar” atividade científica com a responsabilidade pela família e pelos filhos, é dominada pela “emoção”, não pela razão. Existem outras explicações. Faltam incentivos e informação que contribuam para orientar as mulheres na direção da escolha por uma carreira científica. Ocorre que elas não são estimuladas a vencer barreiras e visualizar um futuro profissional a mais longo prazo, no espaço de uma sociedade ainda patriarcal, na qual persistem valores e comportamentos às vezes muito convencionais.

Em seus depoimentos, nos encontros e nas conferências, as cientistas revelam que tais “argumentos” resultam em variadas formas de discriminação nem sempre percebidas por muitas mulheres. A comprovação de como essas falsas razões e justificativas influenciam as meninas na hora da escolha de uma profissão pode ser feita através das proporções ainda insatisfatórias de estudantes do sexo feminino em muitas áreas científicas consideradas “difíceis” ou inadequadas para as mulheres. Muitos alegam que a mulher, por sua natureza, tem mais aptidão para ciências humanas e sociais – falam em emotividade, sentimento, amor materno, família, menor propensão para um trabalho árduo, como o da Ciência.

A própria família contribui para desestimular a escolha por profissões ainda hoje consideradas mais adequadas para os homens. Ou seja, o papel muitas vezes inibidor desempenhado pela família, no desestímulo à escolha de uma profissão considerada “masculina”. Continua a persistir a imagem de que existem profissões “femininas” – isso explica a predominância absoluta de alunas em cursos como enfermagem, nutrição, psicologia, ou em especializações dentro de uma determinada carreira (Medicina, por exemplo, em que as mulheres se especializam em áreas que teriam mais a ver com os problemas enfrentados pela mulher, como ginecologia, obstetrícia ou pediatria).

As interpretações distorcidas de possíveis diferenças biológicas, como por exemplo a alegada passividade da mulher e a sua falta de aptidão para se desenvolver em algumas áreas da ciência, que manifestam a influência da família, da es-

cola e da sociedade em geral, resultam numa presença muito menor de mulheres na área das ciências, principalmente exatas e tecnológicas.

Por outro lado, as escolas oferecem pouca ou nenhuma informação sobre em que consiste a atividade científica, sobre a especificidade de cada uma das carreiras. Apesar de existirem, em muitas escolas, orientadores pedagógicos e coordenadores de áreas científicas.

Dados estatísticos revelam que apesar da participação cada vez maior de mulheres em atividades acadêmicas e de pesquisa, elas ainda são minoria no topo da carreira e raramente ocupam postos de destaque. E apesar de o Censo de 2004 do CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa) ter divulgado que o número de mulheres envolvidas em pesquisa era maior do que o de homens, o fato é que no que se refere às bolsas de produtividade, a maioria dos bolsistas ainda é do sexo masculino. As mulheres predominam entre os pesquisadores mais jovens (até 29 anos). Acima dos 30 anos, são os homens, que também predominam nas Ciências Exatas e da Terra e nas Engenharias.

Mulheres cientistas que participam de congressos e conferências incluem entre as razões dos baixos índices o casamento, os filhos, as dificuldades de atingir o topo da carreira, a baixa remuneração em vista do investimento feito, o medo da pressão social. Por outro lado, deve ser mencionado o fato de que faltam instituições públicas em número suficiente (creches, parques infantis, jardins de infância) que contribuam para facilitar à mulher o exercício de uma profissão – a pesquisa científica – que exige total dedicação.

A maternidade pode ser aceita como uma das possíveis explicações para a redução do número de mulheres acima dos 30 anos, supondo-se que algumas são obrigadas a cuidar de filhos pequenos e levadas a interromper a carreira por alguns anos. No entanto, a proporção de mulheres cientistas dificilmente ultrapassa os 30% e em algumas áreas específicas é ainda menor. E nas categorias mais altas de bolsas de pesquisa, segundo classificação utilizada pelo CNPq, apesar de que muitas mulheres dão uma contribuição individual importante e constituem às vezes quase metade dos cientistas em atividade, no topo da carreira os percentuais são muito baixos, para o sexo feminino.

Na realidade, as mulheres são maioria nas bolsas de iniciação científica, na base da pirâmide, mas sua presença vai-se afinando, à medida que nos aproximamos daquele topo.

Um outro “mito” não confirmado refere-se à questão da produtividade. Alguns alegam que as mulheres casadas e com filhos seriam menos produtivas que os homens, uma vez que teriam que atender a encargos familiares. Nos encontros realizados na PUC-Rio foi traçado um “perfil” das cientistas presentes e verificou-se que menos de metade não tinha filhos e 20% possuíam três ou mais filhos. Do

total, 60% tinham filhos. E havia mulheres dedicadas à pesquisa científica há 30 e até 40 anos. Pelo menos um terço havia publicado livros e artigos científicos no exterior, além das publicações no país. Mas apesar de sua elevada qualificação, em termos de titulação acadêmica, muito poucas tinham tido a oportunidade de exercer cargos de chefia e direção.

Avanços e obstáculos

Não há dúvida de que apesar dos números ainda insatisfatórios, é fato que no Brasil as mulheres se tornaram mais visíveis no campo da ciência e da tecnologia. Aumentou a matrícula em cursos universitários, inclusive no campo das ciências exatas e da natureza. Elas estão mais visíveis nos quadros discente e docente. Mas em nível de pós-graduação e nos escalões mais altos da administração universitária, as proporções continuam a ser altamente desvantajosas para as mulheres.

Se for possível constatar um crescimento nos números de alunas em cursos de graduação, já nos programas de pós-graduação, em particular nos de doutorado e pós-doutorado, a proporção de mulheres não pode ser considerada ainda satisfatória, diante da necessidade de desenvolvimento do país.

As mulheres predominam nas bolsas de iniciação científica – e algumas vezes nas bolsas de mestrado, mas o mesmo não ocorre nas bolsas de doutorado e pós-doutorado e nas bolsas de pesquisa. Nesta última categoria, a desproporção entre homens e mulheres chega a ser gritante. O mesmo ocorre nas bolsas de produtividade, que exigem titulação mais elevada, o que se torna difícil para muitas mulheres.

Assim também no acesso a cargos de chefia e a posições de direção nos centros de pesquisa e laboratórios de maior prestígio. Onde ocorreram então os avanços e a quem devem ser creditados?

No caso do Brasil, uma presença feminina mais visível deve-se a um conjunto de iniciativas, ações, programas, desenvolvidos partir dos anos 80. Foi dado um impulso no sentido de atrair mais meninas para cursos universitários no campo da ciência e da tecnologia e de mais mulheres para o ingresso em atividades científicas e tecnológicas.

Um papel de destaque cabe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que durante várias décadas desenvolveu um esforço continuado e persistente no sentido de estimular jovens (de ambos os sexos) para a pesquisa científica. Prêmios concedidos no programa “Jovens Cientistas”, intensa participação de estudantes durante as suas reuniões anuais – que se realizam sempre no âmbito de um campus universitário, divulgação dos trabalhos realizados por jovens que se

iniciam na pesquisa científica, foram algumas das iniciativas tomadas para atrair e manter vivo o seu entusiasmo.

Além disso, políticas e ações desenvolvidas por órgãos governamentais e por renomados centros de pesquisa – um exemplo importante é a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, também contribuíram para atrair mais meninas para a ciência. Convênios firmados entre centros e laboratórios com escolas de 2º grau possibilitaram aos alunos conhecer o ambiente em que trabalham os cientistas e iniciar os jovens nessa atividade.

A criação das fundações estaduais de amparo à pesquisa, ao lado das secretarias estaduais e municipais de ciência e tecnologia e variados centros vinculados a universidades públicas, foram elas ações que impulsionaram o avanço da pesquisa científica e tecnológica. A ampliação das oportunidades, através da concessão de auxílios, para a realização de projetos, de bolsas em todos os níveis, de concursos e prêmios, tudo isso possibilitou aquele avanço.

Em grande medida, tais ações contribuíram para preencher a lacuna da falta de informação comum nas escolas, tanto públicas como privadas. Alia-se à falta de informação sobre o que é “fazer ciência”, a falta de laboratórios experimentais nas escolas. Muitas vezes, durante a construção ou reforma dos prédios, são incluídas salas próprias para o funcionamento dos laboratórios, mas falta o equipamento ou o material necessário para a realização das experiências.

Entre as muitas ações cabe destacar a realização das feiras de ciência e as semanas de ciência e tecnologia, que se generalizaram por todo o país, as maratonas (de matemática, por exemplo), os estágios em laboratórios, sob supervisão de um cientista, as monitorias, as bolsas de iniciação científica.

O resultado desse esforço e um fato que merece registro especial, é que muitas vezes são as meninas que se destacam e alcançam os primeiros lugares nos concursos e campeonatos.

As bolsas de iniciação científica certamente se constituem num fator essencial para atrair mais jovens para seguir carreiras científicas. Nesse sentido, as políticas públicas adotadas por agências governamentais federais (notadamente o CNPq e a CAPES) e estaduais, de concessão de bolsas, são um poderoso fator de estímulo aos jovens para ingressar numa carreira científica.

Cabe mencionar que muitas cientistas brasileiras conquistaram visibilidade na mídia, graças à sua atuação profissional. O caso recente da discussão, no Congresso Nacional, do direito à realização de pesquisas com células-tronco tornou conhecida em todo o país a geneticista Mayana Zatz, da Universidade de São Paulo. Outras pesquisadoras foram agraciadas com prêmios internacionais. Programas especiais sobre o campo da ciência são apresentados em rede nacional, pela televisão, dando visibilidade a mulheres cientistas que se destacaram em seu campo específico.

Ou seja, tudo indica que é uma falácia a afirmação de que as mulheres não têm aptidão para a ciência ou não se interessam por ciência.

Poderíamos ilustrar o avanço ocorrido nos últimos anos, com dados relativos à Academia Brasileira de Ciências (ABC). Criada em 1916, somente em 1951 seria eleita a primeira mulher. Portanto, nada menos que 35 anos após a sua criação. E como membro titular – a categoria mais elevada – somente na década de 60. E desde a primeira eleita, até 1995, somente 5,5% do total de 200 membros eram mulheres. Isso, apesar de que o CNPq já registrava a presença de mulheres cientistas nas mais variadas áreas do conhecimento: Biofísica, Física, Química, Zoologia, Genética, Geologia e muitas outras. Elas atuavam nas instituições de maior prestígio científico do país - CBPF, Fiocruz, Museu Nacional, USP, UFRJ, Escola Paulista de Medicina, Laboratório da Produção Mineral, entre outras.

No último quinquênio do século XX, a Academia se redimiou – foram eleitas 22 mulheres, 13 das quais na categoria de membro titular. Ou seja, enquanto nos anos 50 a ABC só elegera quatro mulheres, nos anos 90 esse número saltou para 33. Sem dúvida, o reconhecimento de que a presença feminina deixara de ser invisível.

Obstáculos persistem

Mas apesar da maior presença feminina no campo da ciência e da tecnologia, no Brasil os fatos continuam demonstrando que a mulher enfrenta toda sorte de dificuldades no ingresso, na permanência e no crescimento profissional dentro de uma carreira em ciências. Entre eles se incluem os preconceitos e a falta de apoio ou de incentivo de membros da família e da sociedade, sob a alegação de que uma carreira científica exige grande dedicação. A carreira é muito longa e leva muito tempo, antes de se alcançar uma estabilidade confiável no trabalho. A discriminação leva a uma falta de perspectiva de progressão na carreira e no mercado de trabalho – existem posições exclusivas para homens. A responsabilidade com os filhos e a família conduz a uma dupla jornada de trabalho. É comum existir uma tensão conjugal e até competição, se marido e mulher exercem a mesma profissão e ela se revela mais competente e produtiva.

O assédio moral e sexual também é relatado por profissionais como fator de perturbação e discriminação.

Muitas profissionais atribuem a tal fator a baixa auto-estima externada por cientistas de valor reconhecido, o excesso de autocrítica e a não consciência da discriminação. Ou seja, muitas atitudes são aceitas como “naturais”.

Uma das conseqüências é o medo de muitas mulheres a candidatar-se ou ocu-

par cargos de direção, o que as leva a apoiar os homens que se apresentam. Na verdade, a mulher tem que provar (muitas vezes) que é melhor que o homem para poder disputar um mesmo cargo.

Essas foram algumas das conclusões a que chegaram recentemente as participantes da Conferência Regional MULHERES LATINOAMERICANAS NAS CIÊNCIAS EXATAS E DA VIDA, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2004, promovido pelo Centro Brasileiro de Ciências Físicas (CBPF) e com apoio da International Union of Pure and Applied Physics (IUAP), da Academia Brasileira de Ciências e do Centro Latinoamericano de Física.

A conferência se propunha a discutir como atrair mulheres jovens para as várias áreas da ciência, tendo em conta os estereótipos veiculados pela mídia e pela educação. Discutir ainda a carreira e a família, as dificuldades no ambiente de trabalho e a relação entre a estrutura de poder e a progressão na carreira.

O diagnóstico traçado pelas participantes foi muito semelhante àquele traçado pelas cientistas que haviam participado dos encontros realizados na PUC - Rio doze anos antes. Falava em preconceitos, discriminação, obstáculos ao crescimento profissional, falta de perspectiva no mercado de trabalho, no teto de cristal. Os depoimentos se referiam não apenas ao Brasil, mas também aos outros países do continente ali representados. Essa conferência produziu uma série muito significativa de sugestões e recomendações de como reverter o quadro diagnosticado e de ações em políticas públicas capazes de assegurar uma inserção mais rápida de mulheres em carreiras científicas e tecnológicas.

Não foi muito diferente o diagnóstico feito pelas participantes da Conferência Internacional de mulheres na Física, realizada também no Rio, em maio de 2005, ano em que se celebrava o Ano Internacional da Física. Essa conferência reuniu 150 mulheres e homens de 42 países e foi organizada pelo Grupo de Trabalho de Mulheres na Física, da União Internacional de Física Pura e Aplicada. A conferência foi presidida pela cientista brasileira Elisa Baggio Saitovitch, do CBPF. As intervenções feitas no evento estão apresentadas nos Proceedings, publicados pelo American Institute of Physics, em 2005.

A eficácia das ações afirmativas

As participantes dos encontros, seminários e conferências apresentaram e aprovaram inúmeras sugestões e recomendações. Todas elas voltadas para o objetivo principal de estimular uma participação mais ampla de mulheres na pesquisa científica e tecnológica. Vejamos algumas:

- Garantir uma educação básica de qualidade, com a consciência de gênero.

Isso implica em melhorar o ensino de ciências e conseguir que o ensino universitário estimule o ingresso de mulheres em carreiras científicas;

- Pôr em prática a “alfabetização científica e tecnológica”, o que abrange todas as ações que contribuam para promover e divulgar os conhecimentos científicos e tecnológicos entre a população, em especial entre as mulheres;
- Incentivar programas do tipo “jovem cientista”, que possam contribuir para denunciar os estereótipos;
- Estimular a participação de mulheres cientistas em eventos do tipo “semana de C&T” e outros projetos de divulgação científica;
- Realizar ações de divulgação e popularização das ciências com perspectiva de gênero, nas escolas e nos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, promover a educação vocacional nas escolas, com maior integração Escola-Universidade e Centros de Pesquisa.

Entre as iniciativas capazes de promover isso estão a criação de programas que estimulem os jovens a freqüentar universidades e centros de pesquisa e também programas que levem profissionais às escolas de ensino básico. Ao mesmo tempo, ampliar os programas dos órgãos de fomento para o envolvimento de crianças e adolescentes com temas científicos e tecnológicos.

Algumas medidas capazes de facilitar o exercício profissional das mulheres dedicadas à pesquisa científica e tecnológica incluiriam, entre outras, as seguintes:

- Criar mecanismos de ação conjunta entre os órgãos governamentais responsáveis por políticas de gênero com aqueles responsáveis por C&T;
- Propiciar às mulheres bolsistas de mestrado e doutorado o direito de usufruir a licença de maternidade paga, estendendo a duração da bolsa e os prazos para a apresentação das respectivas dissertações e teses;
- Garantir o cumprimento da lei de creches e conseguir que nos congressos científicos se ofereça um serviço de cuidado de crianças. É sabido que muitas vezes as mães que têm filhos pequenos e estão dedicadas à atividade científica não conseguem participar de congressos ou cursos no exterior;
- Estabelecer “subsídios de reinserção”, para que as mulheres que se desvincularam do sistema científico por razões familiares (cuidar de filhos pequenos, por exemplo) possam retomar sua carreira de pesquisa.
- Estabelecer um sistema de cotas para as mulheres, nas agências de financiadoras e nos órgãos governamentais, para o financiamento de projetos e a concessão de bolsas no país e no exterior.

A mídia teria um papel fundamental a desempenhar. Poderia contribuir para

reforçar a imagem da mulher cientista, através da publicação e divulgação de histórias de vida e de trajetórias profissionais das mulheres que se destacam na ciência. Ao mesmo tempo, poderia contribuir para realizar ações de divulgação e popularização das ciências, com perspectiva de gênero, nas escolas e nos meios de comunicação.

Entre as ações abrangidas por políticas públicas seria necessário assegurar a representatividade de mulheres em comissões, comitês e conselhos de agências de fomento e de órgãos representativos governamentais e institucionais. É sabido que em muitas dessas agências as mulheres estão ausentes ou não participam numa proporção que corresponda ao seu peso relativo na área em questão.

Um outro exemplo de ação seria criar prêmios de excelência científica para mulheres e buscar obter fundos destinados à publicação de monografias, teses, histórias de vida, de mulheres que se destacaram na Ciência.

Algumas leituras

- AZEVEDO, Eliane et al. "A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuição". *Ciência e Cultura*, 41(3), 1989.
- BAZZO, Walter. *Ciência, Tecnologia e sociedade – e o contexto da educação tecnológica*. Editora UFSC, Florianópolis, 1998.
- BLEIER, Ruth. *Science and Gender: a critique of Biology and its theories on women*. Pergamon Press, New York, 1984.
- CHAVARRIA, Silvia. "Computación y género, o tiene género la computación?". In *Conferência Regional, Unesco, Mar del Plata*, 1994.
- COLLIN, Françoise. *Le sexe des sciences – Les femmes en plus*. Editions Autrement - Série Sciences en Société, no.6, Paris, 1992.
- COSTA, Ana Alice & SARDENBERG, Cecília (org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Coleção Bahianas, Redor, Salvador, 2002.
- DURAN, Maria Angeles. *Si Aristóteles levantara la cabeza, quince ensayos sobre las ciencias y las letra*. Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia, Instituto de la Mujer, 2000.
- _____(ed). *Liberación y utopia – la mujer ante la ciencia*. Akal Universitaria, Madrid, 1981.
- FARUQUI, Hassan & SANDRI (eds). "The role of women in the development of Science and Technology in the Third World". In: *Proceedings of the Third World Academy of Sciences*, Trieste, 1991.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Editora UnB, Brasília, 1989.
- GORNICK, V. *Women in Science: portraits from a world in transition*. Simon & Schuster, New York, 1983.
- HAAS, V. & PERUCCI, C. (eds). *Women in scientific and engineering professions*. Ann Arbor, Michigan University Press, 1984.
- HARTLINE, Beverly Karplus & MICHELMAN-RIBEIRO, Ariel (eds). *Women in Physics – Conference Proceedings*, New York, American Institute of Physics, 2005.
- KELLER, Evelyn. *Reflections on gender and science*. Yale University Press, 1985.

- LUUKKONEN e GRONOW, Tertu. "Women and research career – some empirical results", Academy of Finland, Helsinki, 1986 (6).
- LUUKKONEN & STOLTE-HEISKANEN, Veronica. "Myths and realities of role incompatibility of women scientists". In: Helsinki, Acta Sociologica, 1983 (26), 3-4.
- MAFFIA, Diana. "La enciclopedia y la biografía de mujeres en ciencia: la epistemología feminista". Aportes, Buenos Aires, s/d.
- MARTIN, B. & IRVINE, J. "Women in Science – the Astronomical brain drain". In: Women's Studies International Forum (5):1, 1982.
- ROMERO, Olga Bustos & BLAZQUEZ, Norma (org). Qué dicen las académicas acerca de la UNAM – Méxic. Colegio de Académicas Universitarias, Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.
- ROSSI. "Women in Science : why so few?". In: Science (148), 1965.
- RUIVO, Beatriz. "A mulher e o poder profissional: a mulher em atividades de investigação científica em Portugal". In: Revista Análise Social, vol XXII, Lisboa, 1986.
- SANTESMASES, Maria Jesús. Mujeres científicas en España (1940-1970) - Profesionalización y modernización socia.. Instituto de la Mujer, Madrid, 2000.
- SILVA, Elizabeth Bortolaio. "Des-construindo gênero em Ciência e Tecnologia". In: Cadernos Pagu (10), Campinas, 1998.
- STOLTE-HEISKANEN, Veronica (ed). Women in Science or Gender Equality? Berg Publ. Ltd, Oxford, 1991.
- _____. "Women in science : the role of gender relations in knowledge production". Current Sociological Perspectives, ("):1-2, 1987.
- _____. "The role and status of women scientific research workers in research groups". In: PLECK & LOPATA (eds). Research in the interweave of social roles, jobs and families, JAI Press, vol.3, 1983.
- SUTHERLAND, Margareth. "Women in Higher education: effects of crises and change" In: Journal of Higher Education (17), 1989.
- TABAK, Fanny. Dependência tecnológica e desenvolvimento nacional. Editora Pallas, Rio de Janeiro, 1975.
- _____. Tecnologia, pesquisa e desenvolvimento nacional. Tese de livre docência, UFF, 1975.

- _____. “Women scientists in Brazil – overcoming national, social and professional obstacles”. In: Scientific World, Londres, World Federation of Scientific Workers (2), 1993.
- _____. “Obstáculos a superar”, in *Ciência Hoje*, vol 20, no.115, nov/1995.
- _____. “Em 80 anos, ABC recebeu poucas mulheres”. In: *Ciência Hoje*, vol 21, no.124, set-out/1996.
- _____. *O laboratório de Pandora – estudos sobre a ciência no feminino*. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2002.
- TOSI, Lucia. “Mulher e ciência. A revolução científica, a caça às bruxas e a Ciência”. In: *Cadernos Pagu* (10)1998, Campinas.
- _____. “Women’s scientific creativity”, in *Impact of Science on Society*, 25(2), 1975.
- _____. “A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica”. In: *Ciência e Cultura*, 33(2)fev/1981.
- UNESCO. “Women in Engineering and Technological education and training”. Final report, consulting meeting, Paris, 1986.
- _____. “Participation of women in R&D – a statistical study”. Divisão de Estatísticas sobre Ciência e Tecnologia, Paris, 1980.
- _____. “Women’s participation in decision-making roles in careers of sciences and technology : obstacles and opportunities”. Divisão de Direitos Humanos e Paz. Centro Europeu de Coordenação para Pesquisa e Documentação em Ciências Sociais, Paris, 1988.
- UNIFEM. *Review of Policies and Activities of UN Organizations in the field of Gender. Science and Technology*, New York, 1997.
- _____. “Women, Science and Technology- new visions for the 21st. century”. Expert group meeting, New York, 1993.
- VARGAS, José Israel. “Ciência e Tecnologia no Brasil”. 6^a conferência geral da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, 1997.
- WORLD FEDERATION OF SCIENTIFIC WORKERS. “Position and role of women scientists in the contemporary world”. In: *Scientific World*, Londres, 1989.



VISÃO PESSOAL DE UMA FÍSICA LATINO-AMERICANA

Elisa Baggio Saitovitch¹

A Ciência em um país latino-americano como o Brasil enfrenta alguns problemas, que muitos outros países não têm, relacionados com a legitimidade da utilização dos recursos públicos necessários para a realização do trabalho de pesquisa. Isto porque temos muitos problemas socioeconômicos, como a fome e condições precárias de vida para grande parte da população e questões de segurança pública, que deveriam ter uma prioridade maior em relações aos fundos públicos. Assim, na busca de recursos para fazer nossas pesquisas em física experimental, muitas vezes nos questionamos da validade desta atividade.

Entretanto, os problemas sociais do nosso país somente serão superados com desenvolvimento, e a ciência é essencial para atingir este objetivo. Para isto é necessário um desenvolvimento real, o qual é hoje em dia ainda mais difícil devido à chamada globalização, que alguns consideram um outro nome para a antiga dominação imperialista pelos países ricos. O desenvolvimento depende da instrução da maioria da população e da existência de uma elite com a potencialidade para absorver as inovações tecnológicas, capazes de criar novas e de adaptar outras inovações tecnológicas às nossas necessidades. Assim, todas as atividades políticas, culturais e científicas têm que ser consideradas no contexto do desenvolvimento da América Latina.

A seguinte história ilustra o contexto das minhas preocupações como uma física experimental na América Latina: Quando estava fazendo meu doutorado, meu orientador, Jacques Danon, viajou a Guatemala e visitando algumas ruínas históricas observou seu guia quebrar as pedras do solo. Danon falou: “Você não deve fazer isto, pois estas pedras têm um significado muito importante para cultura de seu país”. O guia respondeu: “Señor, como quiere usted que yo respecte las piedras? Tengo hambre y en el pueblo mi familia no tiene ni mismo lo que

¹ Pesquisadora Titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/MCT, no Rio de Janeiro. Fez sua tese de doutorado no CBPF e três anos de pós-doutorado na Universidade Técnica de Munique. Trabalha em física experimental na área de Materiais Avançados e Nanociência. Foi Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Física, é Coordenadora da área de física da FAPERJ e chefe de Departamento - EXP do CBPF. Publicou mais de 250 trabalhos em revistas internacionais, orientou mais de 30 Teses de mestrado e doutorado, organizou 5 conferências internacionais e pertence a vários comitês internacionais de suas áreas de atuação. Ao lado de sua atuação visando maior integração na América Latina, tem se dedicada à questão de Gênero em Ciência organizando conferências e dando palestras.

comer. Como quiere usted que se respecten las piedras, si acá no se respectan ni mismo los hombres?”

A participação de todos, independente de gênero, raça e cor, é essencial para o desenvolvimento de nossa região. A exclusão de 50% da população representada pelas mulheres da produção do conhecimento tem sérias conseqüências para o futuro de uma nação. Portanto, buscamos uma participação maior das mulheres na área de Ciência e Tecnologia e formas de qualificar melhor esta participação. A importância da questão de gênero em C & T está aumentando e este tema fez parte da agenda no encontro de Ministros de C&T das Américas (OEA) realizado em Lima, em 2004.

Mesmo sabendo que a baixa percentagem de mulheres não é exclusiva da área da física, como aprendemos na conferência Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida, apresentaremos nossa visão pessoal desta área.

Acredito que enquanto não mudarmos o vetor das nossas interações científicas, econômicas e políticas, deixando de priorizar as relações com o norte e valorizarmos os laços regionais, com uma participação qualificada das mulheres, pouco mudará para a América Latina neste mundo globalizado.

Trabalho no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), atualmente o instituto de física do MCT, fundado há mais de 50 anos, como um tipo de organização não governamental (NGO), pelos físicos brasileiros, novos e brilhantes, que retornavam do exterior (Cesar Lattes, Leite Lopes e Jaime Tyomno), porque neste tempo não era possível fazer a pesquisa na universidade, devido a diversas razões burocráticas. Desde sua fundação o CBPF foi um instituto muito importante na formação de uma geração de físicos brasileiros e da América Latina. As mulheres ocupam aproximadamente 30% das posições permanentes neste instituto.

Os desafios

Quais são os principais desafios para fazer a pesquisa em física no Brasil? Estamos longe dos centros mais importantes da área da física e este isolamento necessita ser superado por programas de colaboração e por participação em conferências internacionais.

Outras dificuldades estão relacionadas com a abrangência restrita da nossa atividade, pois estão limitadas ao ensino e à pesquisa acadêmica. Não há quase nenhuma possibilidade de trabalho em companhia ou em indústria, já que as mais importantes são multinacionais estrangeiras e conseqüentemente, fazem pesquisa em seus países.

Temos um problema constante com a busca de recursos para fazer pesquisa experimental, submetendo propostas nas diversas chamadas, fazendo relatórios e prestação de contas. É uma tarefa muito estressante, mas nós não podemos desistir e este é um desafio que independe de gênero. Esta situação era diferente quando os recursos do balcão do CNPq e recursos institucionais da FINEP estavam em vigor. Mas a falta de continuidade dos programas de apoio à pesquisa é um fator desestruturante que ainda precisa ser resolvido.

O trabalho em física experimental depende de um grupo, e eu estabeleci uma equipe de mais de 20 estudantes e pós-doutorandos. Vinte por cento dos membros do grupo são mulheres, sendo que o único membro do grupo com uma posição permanente também é mulher. Quando eu seleciono alguém para o grupo, não levo em conta o gênero do candidato, mas de algum modo eu tenho muitas mulheres trabalhando comigo. Meu grupo se beneficia de minha grande colaboração internacional com os físicos da Europa, EUA, Japão e América Latina.

Algumas vezes devemos buscar áreas menos-exploradas da pesquisa em que podemos competir mais facilmente, mas outras vezes devemos ousar. Nosso instituto foi avaliado, há 15 anos atrás, por uma comissão de físicos de alto nível. Na ocasião apresentei um programa que estávamos desenvolvendo em supercondutores de altas temperaturas (H-Tc) e uma proposta para uma nova linha em Multicamadas Magnéticas. O chefe de departamento do Imperial College, que fazia parte da comissão, sugeriu que fosse priorizada a nova proposta, pois a área de H-Tc era muito competitiva. Decidi manter as pesquisas em H-Tc e, assim, publicamos muitos artigos e orientamos muitas teses de doutorado. Em 2003 organizamos a conferência internacional mais importante de H-Tc, no Rio de Janeiro (a M2S-RIO), recebendo esta responsabilidade da comunidade internacional pela qualidade do trabalho realizado no nosso instituto. Os recursos para a área de multicamadas somente permitiram iniciar as atividades 10 anos mais tarde, com a instalação de um equipamento que é uma referência nacional e se classifica na área de Nanociência. Às vezes é importante competir.

Minha experiência como uma mulher na Física

Vou ilustrar algumas situações contando algumas histórias breves. No começo de meu trabalho de H-Tc, nós tínhamos preparado algumas amostras de excelente qualidade. Apresentando meu trabalho em uma conferência na Austrália ficou claro que nosso resultado era completamente diferente daqueles apresentados para, mesmo tipo de amostras. Havia um palestrante americano convidado que veio a meu pôster e olhou os resultados, e, então, olhou outra vez, e provavelmente estava pensando, posso acreditar nos resultados desta mulher brasileira? No último

dia, veio-me com uma cópia de seu artigo em sua mão e disse: 'Eu acho que você estava certa e voltando vou verificar minhas amostra..'. Em uma outra conferência, ouvi de outro americano, quem estava escutando minha discussão científica com um colega belga: 'Eu nunca gostaria de me divorciar de você, pois é duro discutir com você'. Houve um outro comentário pior: 'Eu não gostaria de ser seu marido porque deve ser muito duro para ele você estar viajando tanto'. Comentários como esses nunca seriam feitos para um pesquisador do sexo masculino.

Com referência ao ponto principal desta conferência, eu não posso dizer-lhe que me senti discriminada tanto na escola como na universidade. Talvez eu não fosse sensível à discriminação ou fosse uma boa estudante. Se uma mulher for uma boa estudante é mais difícil discriminá-la. Eu fui a primeira mulher em meu instituto a chegar a Pesquisadora Titular, 30 anos após sua fundação (quando o instituto foi fundado, havia duas mulheres, muito ativas, mas nunca alcançaram esta posição). Entretanto, em nível nacional, a situação é um tanto diferente, como veremos mais adiante.

As Bolsas de Produtividade do CNPq são concedidas de acordo com o nível, produtividade e orientação de alunos. O comitê de seleção na área da física tem sido composto por homens. Embora minha produtividade (números dos estudantes, publicações, e assim por diante) facilmente exceda a média do nível 1B, não fui promovida nos últimos 10 anos. Talvez um dia minha promoção para o último nível aconteça.

Sou freqüentemente a única mulher em um comitê, principalmente em nível internacional; uma experiência que muitas de vocês já tiveram, e às vezes não é fácil. Por exemplo, quando eu apresentei a proposta para organizar o M2S-HTSC no Brasil, estava diante de um comitê de 50 homens. Entretanto, eu penso que nós mulheres físicas não devemos nos preocupar em ser sempre uma minoria e devemos ir em frente com nosso trabalho.

Minha vida na Física

Agora gostaria de falar do meu caminho para a física. Minha idéia no segundo grau era ser advogada. Entretanto, após o segundo ano decidi ir para a área das ciências exatas. Fiz o curso de física em Porto Alegre, casei com um colega físico e fui fazer a pós-graduação no CBPF, no Rio de Janeiro. Eu tive sorte em começar já com um contrato, mesmo sem ter nível de doutorado. Isso não seria possível hoje.

Meu orientador, Jacques Danon, era um homem muito especial. Esteve em Paris, em 1949, para estudar filosofia, apesar do seu diploma em química. Mas nos grupos intelectuais encontrou-se com Joliot e Irene Curie que o convenceram

a estudar Radioquímica. Casou com uma bióloga francesa e passou sua vida entre Rio e Paris. Era um homem que tinha muitas mulheres trabalhando com ele já há 30 anos atrás. Era um humanista, muito sensível, muito criativo, e trabalhou em tópicos interdisciplinares. Para mim, foi a pessoa mais importante para mim em minha carreira.

Retornando da Alemanha participei ativamente no movimento SOS Mulher no Rio de Janeiro. Um fato curioso foi que eu separava minha atuação no movimento SOS Mulher da minha atividade como pesquisadora. Quando fui convidada para falar na conferência internacional da IUPAP, Women in Physics, organizada na UNESCO, em 2003, passei a focalizar os dois tipos de atuações de uma forma mais unificada. Tenho me envolvido mais e mais com a questão de gênero em Ciência e este envolvimento se deve ao estímulo de outra física, Márcia Barbosa, da UFRGS. Ela selecionou-me através do meu currículo Lattes, para falar na conferência da Unesco, e me acompanhou na organização de duas conferências sobre gênero e ciência realizadas no Rio de Janeiro, em novembro de 2004 e maio de 2005: Conferência de Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida - Ciência Mulher (http://www.cbpf.br/ciencia_mulher) e a II International IUPAP Conference of Women in Physics (<http://www.cbpf.br/~women-physics>).

Situação atual das mulheres cientistas no Brasil

A comunidade científica brasileira e a atividade em ciência vêm crescendo no Brasil nos últimos 50 anos, mas a maior parte da população sabe pouco ou nada sobre ciência, que ainda é vista como algo misterioso, difícil, anti-social. Infelizmente existe uma dificuldade muito grande em estabelecer um panorama completo da participação das mulheres. A maior parte dos dados está baseada nos arquivos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e CAPES, mostrando que é cada vez maior a participação da mulher na pesquisa científica brasileira. Esta participação depende da faixa, etária sendo maior entre pesquisadores com idade de até 24 anos e também é menor nas ciências ditas duras como física e matemática.

A Mulher no Brasil só ingressou na Universidade em 1912 e, portanto, ainda está consolidando sua contribuição na área acadêmica. Vamos apresentar alguns dados que refletem a situação das mulheres na ciência brasileira e, mais especificamente, na física.

Os dados apresentados, referentes ao ano de 2004, estão baseados em levantamentos realizados pela Dra. Isabel Tavares, do CNPq. É uma análise estatística da

produtividade em física realizada pela Dra. Márcia Barbosa e seu aluno Jéferson Arenzon, da UFRGS.

A Tabela I mostra a distribuição por gênero entre as diferentes categorias, levando em conta a idade, este levantamento foi feito com base nos dados dos Diretórios dos grupos de Pesquisa –2004.

TAB I: Distribuição dos participantes de grupos de Pesquisa do CNPq

	Feminino	Masculino	% Feminino
Estudantes IC	56.069	44.106	56%
Pesquisadores	36.080	41.168	47%
Líderes de grupo			42%
Não Líderes			49%
Doutores			42%
Até 29 anos			< 50%
Acima de 30			Diminui
Entre 40-50			aumenta

Na Tabela II mostramos a participação feminina nas diferentes áreas do conhecimento.

TAB II: Participação feminina nas diferentes áreas do conhecimento

Engenharias	25%
Exatas e agrárias	33%
Artes, letras e lingüística	Maioria
Ciências biológicas e de saúde	Maioria

Enquanto na Tabela III temos um panorama da participação feminina nas bolsas de produtividade em diferentes áreas.

TAB III: Bolsas de produtividade (atende 15% dos doutores)

	Total	Feminino	Masculino	% Feminino
Artes, letras e lingüística				Maioria
Ciências biológicas e da saúde, educação e psicologia				Maioria
Ciências exatas e da terra e engenharias				20%
Matemática	186	19	167	10%

Como sabemos que as decisões sobre as bolsas de pesquisa são tomadas pelos Comitês Assessores, é importante conhecer a participação das mulheres nos mesmos, como pode ser visto na Tabela IV.

TAB IV: Participação nos Comitês Assessores - CNPq

	Feminino	Masculino	% Feminino
Humanas e sociais aplicadas			
Letras, lingüística e artes	21	20	50%
Ciências da vida	16	64	20%
Engenharias, ciências exatas e da terra	3	72	4%

Certamente, outros levantamentos poderiam ser realizados no contexto atual de financiamento à pesquisa para conhecer a participação feminina tanto nos comitês gestores dos fundos setoriais como na coordenação dos projetos aprovados nas diversas chamadas. Estes dados podem ser muito importantes, pois é a partir do acesso aos recursos destinados à pesquisa que as lideranças femininas podem se estabelecer e ampliar.

Outro dado que levantamos em 2000 se refere à participação feminina em diferentes departamentos de física das universidades brasileiras e no CBPF, que são mostrados na Tabela VII.

TAB VII: Físicas na Universidade (2000)

CBPF	30 %
UFF	29 %
UFRGS	26 %
USP	22 %
UNB	20 %
UFAL	20 %
UFRJ	15 %
UNICAMP	14 %
UFC	14 %
UFPR	7 %
UFMG	7 %
UFBA	4 %
UFPE	3,5%
UFRN	2 %

Vamos agora concentrar nossa atenção na área da física e, principalmente, na distribuição das bolsas de produtividade, baseado no trabalho de M.C.B. Barbosa e Jeferson Arenzon da UFRGS. Estas bolsas são extremamente importantes para estimular o desenvolvimento científico do país. Atualmente existem tentativas de estabelecer critérios para as classificações, mas um grau de subjetividade permanece e é inerente a este tipo de procedimento. Os dados foram estabeleci-

dos através da análise dos currículos Lattes na área da física. Nas figuras, as linhas em vermelho correspondem a bolsistas mulheres. Além disso, foi explicitada a distribuição de bolsas por gênero e região do país. Este levantamento pretendia responder as seguintes questões: Qual o perfil do pesquisador do CNPq? Qual o perfil de cada nível? Qual o perfil regional? Existe alguma diferença entre pesquisadores e pesquisadoras?

Foram analisadas 607 bolsistas, dos quais 547 do sexo masculino e 60 do feminino. As distribuições por nível, gênero e região são as seguintes:

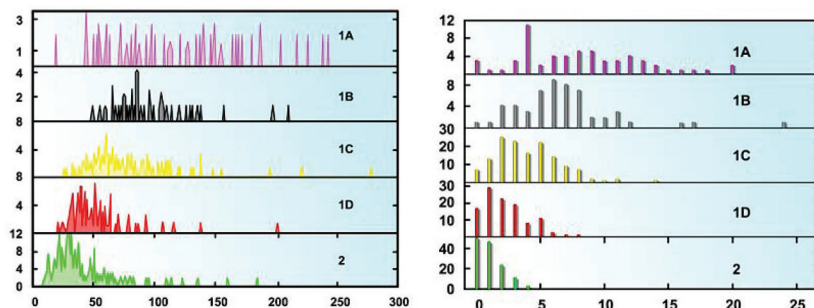
TAB VIII: Proporção de mulheres nos vários níveis da carreira de Física no Brasil, comparada às médias globais, para diferentes regiões geográficas.

Nível	Masculino	Feminino	S	SE	CO	NE	NO	Total
1 ^A	58	2	6	51	0	3	0	60
1B	50	5	5	43	1	6	0	55
1C	129	13	16	100	4	22	0	142
1D	101	15	16	85	2	13	0	116
2	209	25	34	147	14	39	0	234
Total	547	60	77	426	21	83	0	607

A região Norte não tem nenhum bolsista, enquanto que no Centro-Oeste não tem nenhum 1A. Na região nordeste há mais bolsistas do que na região Sul.

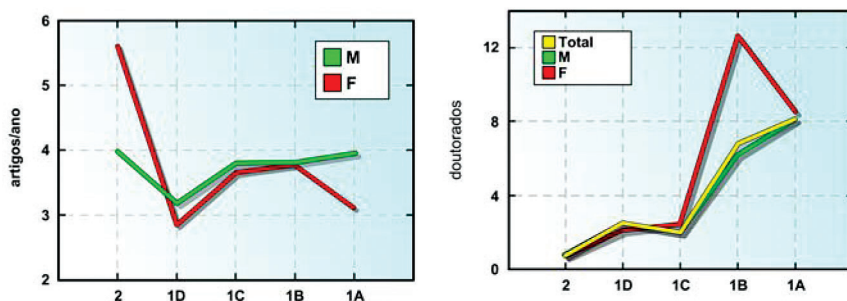
Produtividade

Na figura X, podemos ver a produtividade dos bolsistas por número de artigos publicados (a) e número de teses de doutorado orientadas (b), estes parâmetros podem caracterizar os primeiros níveis da carreira, mas não são suficientes para caracterizar os níveis 1A^e 1B.



Distribuição por gênero

Nas duas figuras abaixo, estão separadas por gênero as contribuições na forma de artigos e orientações de teses se doutorado.



Existe um acúmulo maior de bolsistas mulheres com publicações nos níveis 2 e 1B, o que pode ser explicado de duas formas: ou há uma barreira maior para subir para 1D, gerando um acúmulo no nível 2; ou a barreira está na entrada do sistema. Estas duas causas podem ocorrer simultaneamente. Já o acúmulo no nível 1A está associado à dificuldade em promover as cientistas para este nível, apesar da sua qualificação.

Em relação ao número de doutorados orientados, temos um efeito similar principalmente por um acúmulo no nível 1B; as bolsistas mulheres neste nível têm um número de teses orientadas maior do que os homens, mantendo o mesmo número no nível 1A.

Os próprios autores do trabalho consideram esta análise como sendo limitada, pois nem todos os artigos são iguais, o que provavelmente é considerado pelos comitês e se diferenciam pelo fator de impacto da revista, número de autores, número de citações, etc. O pequeno número de amostras, principalmente nas análises por gênero e por região, também é uma dificuldade extra. Assim, foi alcançado o objetivo de abrir a discussão e incentivar estudos mais detalhados e cuidadosos sobre o assunto, mas para isso é preciso que o CNPq disponibilize, de modo automático e periódico, estas estatísticas, não só na área de Física, como para todas as áreas. É fundamental que a comunidade possa identificar claramente a transparência dos perfis e critérios utilizados.

Em varias discussões sobre gênero e ciência fica clara uma expectativa de que ao aumentar o número de mulheres em ciência ocorra uma pressão de modo a aumentar também a qualificação desta participação. Assim, é interessante comparar as informações sobre a composição do quadro de sócios da Sociedade Brasileira de

Física, levantadas durante o período em que fui vice-presidente e presidente desta sociedade (2003) e o quadro atual (2006), mostradas na Tabela V e VI.

TAB V: Físicos Registrados na SBF (2003)

Total	Grau	Feminino	Masculino	% Feminino
2454	-	476	1978	20%
235	Bacharel	54	181	23%
693	Mestre	171	522	25%
1526	Doutor	251	1275	16%

TAB VI: Físicos Registrados na SBF (2006)

Total	Grau	Feminino	Masculino	% Feminino
6496	-	1420	4976	21%
1211	Graduação	338	873	27%
759	Bacharel	191	568	25%
1538	Mestre	418	1120	27%
2988	Doutor	573	2415	19%

Assim, mesmo triplicando o número de sócios, é mantida a percentagem feminina em 20% com um aumento médio de 2% nos níveis de doutorado e mestrado. Conseqüentemente, não basta aumentar o número de mulheres nestas áreas, precisamos de políticas públicas que contribuam para aumentar sua participação e qualificando sua participação na produção do conhecimento.

Diante deste quadro o que podemos fazer? Melhorar ensino de Ciência. Atrair as estudantes. Organizar Movimento Mulheres na Física. Estimular lideranças femininas. Estabelecer regras claras de promoção e distribuição de auxílios. Maior participação das mulheres nos centros de decisão.

Poderíamos discorrer sobre as razões históricas desta situação, mas acredito que nossas colegas da área de ciências humanas podem fazer isto muito melhor. Creio que como uma cientista com uma trajetória de trabalho e realizações posso dar uma contribuição em outro nível, mais ligado à ação. Assim, após a conferência das mulheres na física realizada na UNESCO, em Paris, ofereci o Rio de Janeiro para sediar a conferência seguinte. A coordenação seria dividida com Márcia Barbosa.

Como julgava importante realizar uma conferência regional preparatória, me dei conta de que não teríamos um número de físicas suficiente. Assim, nossa proposta evoluiu para organizar a Conferência de Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida - Ciência Mulher. Isto porque considerava necessário, também, buscar as razões que levam mais mulheres a trabalhar nas áreas biológicas, quando a dedicação e envolvimento necessários para uma carreira bem suce-

dida eram semelhantes. Estávamos interessadas em conhecer a realidade regional da questão de gênero em ciência. Assim, um conjunto de pesquisadoras latino-americanas realizou, em 2004, a Conferência de Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida - Ciência Mulher. O evento contou com a participação de físicas, biólogas, químicas e matemáticas, bem como com apoio de pesquisadoras das áreas de ciências humanas. Certamente se poderia questionar: Mais uma conferência sobre gênero?

O fator diferencial desta era que nós cientistas que, em muitos casos éramos o objeto de estudo das colegas das áreas de humanas, iríamos discutir com elas a nossa situação. Tanto a conferência Ciência Mulher como a Internacional de mulheres na Física foi um sucesso, porém os temas, preocupações e resoluções obtidas são muito semelhantes (estes estão incluídos no final como um apêndice). O mesmo aconteceu na segunda conferência Ciência Mulher, realizada no México, em maio de 2006. A terceira conferência da série iniciada no Rio será em 2008, na Bolívia.

Assim, fica claro para mim que a problemática e propostas relativas às questões de gênero em ciência são muito semelhantes nas diversas regiões. Precisamos partir para ações que possam alterar este cenário. Com este objetivo, mais uma vez com Márcia Barbosa, propusemos a criação de um Instituto Virtual de Ciência Mulher, com sede no CBPF. Este instituto tem como objetivo desenvolver programas de promoção de pesquisadoras nas áreas de ciências exatas e da vida. Mas este será o tema de outra discussão.

Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida

Ciência Mulher 2004 - Rio de Janeiro, 17 a 19 de novembro de 2004.

Conclusões e Recomendações dos Grupos de Trabalho

Problemas detectados

A imagem de cientista que predomina na sociedade é de um homem de meia-idade e de comportamento anti-social, atuando em um meio de trabalho científico essencialmente masculino. Além disto, existem estereótipos em relação a aptidões e atividades profissionais e de imagem, predefinindo o aspecto de uma mulher cientista. Esta imagem não atrai as jovens, particularmente na faixa dos 15-17 anos, quando estas escolhem sua área profissional.

Considerando que as variações de capacidades entre indivíduos do mesmo sexo podem ser equivalentes às que existem entre indivíduos de sexos diferentes, é um equívoco afirmar que o sexo feminino carece de aptidões para atuar em algumas áreas da ciência. Estas interpretações distorcidas de possíveis diferenças biológicas, como a passividade feminina, se manifestam na influência da família, na escola e na sociedade em geral e levam a uma presença reduzida de mulheres na área das ciências, principalmente exatas e tecnológicas.

As mulheres enfrentam toda sorte de obstáculos no ingresso, permanência e crescimento profissional em uma carreira científica. Entre estes estão:

- Preconceitos e falta de apoio/incentivos de membros da família e da sociedade para uma mulher seguir uma carreira científica, que exige uma dedicação muito grande;
- Falta de perspectiva no mercado de trabalho, em consequência de discriminação, tais como existência de posições exclusivas para homens e para mulheres que não tenham filhos, etc;
- Filhos (responsabilidades com a família) e decorrente jornada dupla de trabalho;
- Tensão na relação conjugal, mesmo quando o marido compartilha a profissão;
- O teto de cristal, “uma superfície superior invisível na carreira profissional das mulheres, difícil de atravessar e que as impede de seguir avançando”. A socialização feminina reforça um modelo de fragilidade que faz um contraponto muito forte com o modelo de carreira acadêmica associada a uma imagem de dureza;
- Assédio moral e sexual;

- Algumas conseqüências de âmbito geral, geradas pelos estereótipos e a problemática apontada acima, são a baixa auto-estima, o excesso de autocritica e a não consciência da discriminação, aberta ou sutil, contra a mulher. Isto leva a entraves em promoções, distribuições de tarefas, remuneração e medo de candidatar-se ou ocupar cargos de visibilidade, além de muitas vezes as mulheres apoiarem os homens. Além disso, a sociedade espera que as mulheres sejam submissas e passivas, atributos estes que dificultam o exercício de liderança, gerando, assim, resistência a mulheres no poder. A cobrança dos pares só aceita o 'poder' feminino em casos excepcionais, onde o perfil profissional da mulher tem que ser muito melhor do que de qualquer par masculino com requisitos necessários para ocupar este mesmo cargo.

As novas tecnologias têm criado novas oportunidades de trabalho para as mulheres, pois não exigem força física, além de minimizar e suavizar as tarefas domésticas. Os novos meios de comunicação permitem levar a cultura e a educação aos lugares mais distantes, contribuindo, assim, para a inserção plena da mulher na sociedade. As comunicações eletrônicas diminuem as distâncias, facilitando o contato entre as mulheres e suas organizações. Entretanto, a tecnologia não é igualmente acessível, o que representa um problema e favorece um desenvolvimento desigual, tanto entre as regiões de um mesmo país, como entre países ricos e pobres.

Recomendações – soluções

Várias ações foram propostas para combater e eliminar estereótipos, e para abordar os problemas diagnosticados:

- Sensibilizar pesquisadores, ilustradores, editores de revistas de divulgação científica para estarem atentos à questão de gênero, de modo a não perpetuar estereótipos relativos à condição feminina;
- A mulher cientista latino-americana deve participar de ações de promoção e fomento, estimulando meninas e jovens do sexo feminino a se encaminharem para carreiras científicas;
- Garantir uma educação básica de qualidade para todos, independente do gênero, entretanto, com a consciência de gênero. Melhorar o ensino básico de ciências e incrementar também o ensino universitário estimulando o ingresso das mulheres nas áreas científicas. Para minimizar a influência de visões estereotipadas na escolha da carreira, sugere-se a criação de um ciclo básico na formação universitária, comum a todas as carreiras;
- Mobilizar pesquisadoras mulheres a estarem mais presentes na mídia, conscientizando as colegas de que têm que fazer divulgação científica, considerando a importância do impacto de modelos positivos de atuação de mulheres

cientistas para adolescentes;

- Incentivar programas, como jovem cientista, encorajando novos valores para o enfrentamento dos estereótipos;
- Motivar e estimular meninas a escolherem carreiras científicas e, simultaneamente, educar os meninos no sentido de que as animem a fazê-lo e as apoiem nesse intento;
- Aumentar a participação de mulheres cientistas em eventos, como “Semana de C&T” e outros projetos de divulgação científica;
- Realizar ações de divulgação e popularização das Ciências com perspectiva de gênero, nas escolas e nos meios de comunicação. Promover a educação vocacional nas escolas, com maior integração Escola-Universidade-Centros de Pesquisa;
- Algumas Iniciativas: (1) criar programas que levem os jovens a frequentar Universidades e Centros de Pesquisa; (2) estabelecer programas que levem profissionais às escolas de ensino básico; (3) ampliar programas dos órgãos de fomento para envolver crianças e adolescentes com temas científicos e tecnológicos.

Ações em políticas públicas

- Criar mecanismos de ação conjunta entre os órgãos governamentais responsáveis por políticas de gênero com aqueles responsáveis por C&T;
- Estabelecer o direito das bolsistas de doutorado e mestrado de usufruir a licença maternidade paga, estendendo a duração da bolsa e os prazos para a apresentação das respectivas teses e dissertações;
- Solicitar que os currículos padrões (e.g., currículo Lattes) incluam um item destinado a fornecer informação sobre o número de filhos e as datas de nascimento;
- Garantir o cumprimento da lei de creches;
- Solicitar que nos congressos científicos se ofereça um serviço de cuidado de crianças;
- Estabelecer “subsídios de re-inserção” (no estilo dos outorgados por Daphne Jackson Trust, da Inglaterra) para que as mulheres que se desvincularam do sistema científico por razões familiares possam retomar sua carreira de pesquisa. Conforme citado na página da web de Daphne Jackson Trust: “As mulheres qualificadas que estão desempregadas ou subempregadas por haver interrompido suas carreiras por razões familiares, representam uma terrível perda de talento e um desperdício do investimento na sua educação inicial. Muitas destas mulheres desejam retornar às suas carreiras originais ou a um novo campo

de atividade para o qual sua educação inicial é relevante, desde que se possa oferecer uma recapacitação e que elas possam, ao menos durante um período, trabalhar em tempo parcial”;

- Estimular, financiar e divulgar amplamente pesquisas sobre gênero em ciência e tecnologia, particularmente nas ciências exatas, naturais e biomédicas;
- Realizar estudos comparativos entre mulheres da América Latina.
- Estudar trajetórias de vida de mulheres cientistas, agrupando-as por idade e seguindo-as ao longo do tempo;
- Promover conferências periódicas sobre gênero com participação de cientistas e de pesquisadores e pesquisadoras de gênero;
- Criar prêmios de excelência científica para mulheres;
- Reforçar, na mídia e na literatura escolar, a imagem da mulher cientista. Criar programas de apoio para a publicação de teses, monografias e histórias de vida de mulheres que se destacaram na Ciência, em nossos países;
- Estimular a criação de assessoria institucional para questões de gênero;
- Solicitar às sociedades científicas que criem comissões de gênero para dirigir estas propostas, controlar sua implementação, ajudar nas denúncias de assédio moral e sexual e na divulgação dos problemas encontrados para possibilitar mudanças nas condutas sociais.

Ações afirmativas

- Aumentar e garantir a representatividade de mulheres, de forma proporcional em relação aos profissionais com o mesmo nível de excelência, em comissões, comitês e conselhos de agências de fomento e de órgãos representativos governamentais e institucionais;
- Estimular os organismos de decisão na área de Ciência e Tecnologia a estabelecer cotas para mulheres, no que se refere ao apoio a projetos de pesquisa e de bolsas no país e no exterior, bem como estabelecer diferentes variantes de bolsas compartilhadas e definir limites de idade;
- Incluir nas agendas das sociedades científicas de cada área e na agenda das Sociedades para o Progresso da Ciência de cada país, os temas de gênero e também as ações de promoção e divulgação da história de vida e trajetória profissional de mulheres cientistas que se destacaram na América Latina e no Caribe;
- Criar a Rede Latino-Americana de Mulheres em Ciência e Tecnologia, com o objetivo de trocar dados, experiências, desenvolvimento de projetos conjun-

tos de pesquisa. Criar uma pagina web e um Foro virtual de discussão, não só para debater assuntos relacionados com gênero, mas também para por em contato mulheres cientistas que trabalham em áreas comuns. Esta rede levará as idéias discutidas às instituições governamentais e se vinculará a redes de outras partes do mundo;

- Solicitar que os órgãos públicos competentes disponibilizem dados suficientemente detalhados, de modo a permitir a realização dos estudos mencionados acima;
- Criar em cada país da região os Capítulos Nacionais da Third World Organization of Women in Science (TWOWS) integrandos à Rede acima proposta.

2ª Conferência da União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC) sobre a Mulher na Física

Rio de Janeiro, 23 a 25 de Maio de 2005.

Resolução da 2ª Conferência da IUPAC sobre a Mulher na Física para ser apresentada a 25ª Assembléia Geral da IUPAC

Desde a 1ª Conferência Internacional da IUPAC sobre Mulheres na Física (Paris, março de 2002), foi dada mais atenção à inclusão das mulheres na física em muitos países. Apesar de se ter alcançado algum notável progresso, há muito a ser feito na física e seu uso nos países do mundo para que se beneficiem totalmente das idéias e esforços das mulheres. Para promover o recrutamento, a permanência e o avanço da mulher na física, as representantes das comunidades de física de 42 países reunidas no Rio de Janeiro recomendaram unanimemente as seguintes ações para a 25ª Assembléia Geral da IUPAC, na Cidade do Cabo, África do Sul:

1. Designar aos Comitês de Contato da IUPAC o importante papel de catalisar e relatar sobre o progresso da participação das mulheres na física em seus países;
2. Encorajar fortemente as sociedades físicas em seus países membros a compartilhar informações e recursos com físicas isoladas, como aquelas nos países em desenvolvimento ou aquelas que estão licenciadas para constituírem família;
3. Requerer aos organizadores das conferências que melhorem a inclusão e o encorajamento de mulheres, e pede que as sociedades membro e outras uniões científicas façam o mesmo;
4. Toma como modelo a transparência institucional exemplar em suas políticas, procedimentos, práticas e atividades e aumenta a presença das mulheres em sua liderança;
5. Co-patrocina o desenvolvimento e encoraja o uso e a tradução de módulos de treinamento em equidade de gênero na física, nas pedagogias de educação e nos currículos da física, e no recrutamento, permanência e avanço da mulher;
6. Encarrega o Grupo de Trabalho da IUPAC sobre Mulheres na Física de supervisionar uma pesquisa internacional completa sobre o status das mulhe-

res na física em 2007, organizar a 3ª Conferência Internacional de Mulheres na Física em 2008 e realizar informe na 26ª Assembléia Geral da IUPAC no outono de 2008.

Sugestão de Estratégias de Implementação da Resolução da 2ª Conferência da IUPAC sobre a Mulher na Física apresentada a 25ª Assembléia Geral da IUPAC

1. Designar aos Comitês de Contato da IUPAC o importante papel de catalogar e relatar sobre o progresso da participação das mulheres na física em seus países: para facilitar o trabalho em rede, promover a participação e o avanço das mulheres, para alcançar medidas que ajudariam na equidade de gênero e aumentariam a transparência, e informaria sobre o status e número de mulheres na física e lideranças na física em seus países na Assembléia Geral da IUPAC em 2008;
2. Encoraja fortemente as sociedades físicas em seus países membros a compartilharem informações e recursos com físicas isoladas, como aquelas nos países em desenvolvimento ou aquelas que estão licenciadas para constituir família, por meio, por exemplo: da oferta de taxas de associação e assinaturas de revistas com desconto ou dispensa e pelo provimento de ferramentas de internet e outras de trabalho em rede, visando incluir e apoiar esses indivíduos na comunidade física;
3. Requer aos organizadores das conferências que melhorem a inclusão e o encorajamento de mulheres, e pede que as sociedades membro e outras uniões científicas façam o mesmo. Nesse ponto, as taxas de registro devem ser dispensadas para receptoras do Fundo de Viagem da IUPAC para Mulheres; creches multilíngües acessíveis, qualificadas e adequadas à idade devem estar disponíveis durante as sessões das conferências e mencionadas em seus anúncios; as agendas das conferências devem ser “amigas da família”; e os organizadores devem informar à IUPAC sobre a demografia de gênero do comitê de programa, convidar palestrantes, outros apresentadores e participantes. Concessões financeiras ajudariam a apoiar as diárias das mulheres que tiverem fundos limitados;
4. Toma como modelo a transparência institucional exemplar em suas políticas, procedimentos, práticas e atividades e aumenta a presença das mulheres em sua liderança;
5. Co-patrocina o desenvolvimento e encoraja o uso e a tradução de módulos

de treinamento em equidade de gênero na física, nas pedagogias de educação, nos currículos da física e no recrutamento, permanência e avanço da mulher que poderiam ser facilmente adaptadas para uso em diferentes países e para oficinas de trabalho associadas a conferências internacionais maiores e apoiar a adaptação;

6. Encarrega o Grupo de Trabalho da IUPAC sobre Mulheres na Física de supervisionar uma pesquisa internacional completa sobre o status das mulheres na física em 2007, organizar a 3ª Conferência Internacional de Mulheres na Física em 2008 e realizar informe na 26ª Assembléia Geral da IUPAC no outono de 2008. Na 3ª conferência um dos objetivos será “centralizar” o avanço das mulheres na física por meio da inclusão de mais líderes da física, de físicas industriais, e de oficiais financiadores de muitos países e do aumento do número de físicos do sexo masculino participantes. Sessões especiais de redes focadas em sub-áreas da física e da astronomia seriam benéficas.

NÚCLEOS DE ESTUDOS DA MULHER X ACADEMIA

Eva Alterman Blay¹

A gênese dos núcleos sobre a mulher

O título desta mesa é muito claro. Poderíamos lê-lo assim: a criação dos núcleos de estudos de gênero foi uma estratégia feminista para superar os entraves que as universidades faziam à entrada do tema mulher na academia.

Acrescente-se que esta estratégia foi muito bem sucedida e resultou, no mínimo, em cursos optativos sobre a mulher nas universidades.

Mas por que foi necessário usar artifícios para entrar na instituição universitária? Certamente porque não se reconhecia legitimidade ao tema, não se aceitava que houvesse massa crítica sobre o mesmo. Embora muita literatura já existisse sobre as relações de dominação-subordinação entre homens e mulheres, o tema não alcançara “status” semelhante aos temas como estrutura de classe, trabalho industrial, urbanização ou a escravatura.

Mas será que atualmente esta fase está superada?

Feminismo como um movimento social

O movimento social feminista revelou que a ciência acadêmica quase nada conhecia sobre a mulher. Tudo era pressuposto, entendido como se fosse o reverso do homem. O feminismo mostrou o desconhecimento sobre o corpo, a sexualidade, a violência, o estupro, o incesto. Mostrou como se ocultava o que ocorria dentro da casa. A cada nova investigação despontava a necessidade de desvendar mais uma realidade, de desmanchar mitos, preconceitos, pressuposições. Novas temáticas iam se encadeando levando a uma grande rede de investigações realizadas pelos núcleos.

A massa de conhecimentos novos, paralelamente aos cursos regulares das universidades, se avolumou e pressionou a inclusão da temática mulher entre maté-

1 Pós-Doutora pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Professora titular da USP, Diretora Científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP, Membro associado da Third World Organization for Women in Science, Assessora AD Hoc da FAPESP, CNPq, CAPES e Fundação Carlos Chagas, e Membro da Associação Internacional de Sociologia. Autora de mais de quarenta textos, entre artigos científicos e capítulos de livros, e autora e/ou organizadora de cerca de quatorze obras, entre elas, *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem* (2004), *Igualdade de Oportunidades para as mulheres* (2002) e *Oficina dos Direitos da Mulher* (2001).

rias optativas (um pouco menos iguais que as demais). Os núcleos de pesquisa constituíram formas de superar a burocracia e, em alguns casos, aqueles preconceitos que desqualificavam a temática considerando-a menor.

A inclusão do tema nos cursos optativos não extinguiu os núcleos que continuaram a funcionar somando-se aos cursos regulares. Era e continua sendo uma forma de dar relativa liberdade às pesquisas. Não é o que acontece na pós-graduação onde a questão da mulher não constitui uma linha de pesquisa, como na USP, embora em praticamente todas as universidades norte-americanas, canadenses e européias haja este reconhecimento. A exclusão é evidente quando se considera que no Brasil há apenas uma única pós-graduação sobre feminismo, na Universidade Federal da Bahia, reconhecida pela CAPES.

Novos paradigmas teóricos: o conceito de gênero

As diversas teorias sociológicas - o marxismo, o estruturalismo, a teoria do conhecimento - não abrangiam a nova temática. As várias correntes teóricas da história ignoraram a metade da população. E assim por diante. Coube às teóricas feministas elaborar teorias que explicassem os problemas empíricos encontrados. Provavelmente a mais recente é a desenvolvida por Joan Scott que para superar a suposta base biológica que explicaria a desigualdade entre homens e mulheres, desenvolveu o conceito de gênero (até agora muito mal compreendido). Esta teoria acentua que as desigualdades são socialmente criadas.

Globalização e seus efeitos

Besse mostrou como a modernização no século XX no Brasil serviu apenas para reformular os antigos valores e comportamentos de subordinação da mulher sem alterá-los. A nova linguagem perdurava os antigos preconceitos.

Supõem alguns que a globalização servisse como ferramenta para automaticamente modificar as relações de dominação baseadas no sexo, etnia, geração e até mesmo na classe social. Esta inferência decorre de vários enganos, entre os quais o significado do processo de globalização. Passou-se a supor que com a globalização – processo econômico – provocaria automaticamente transformações sócio-culturais.

A globalização teve efeitos importantes e contraditórios nas economias da América Latina. Os países centrais, mais desenvolvidos tecnologicamente, ricos em matérias primas e em mão de obra qualificada, elevaram fortemente seu PIB em relação aos menos desenvolvidos. Estes, menos tecnificados, baseados em pouco diversificada produção primária, ficaram estagnados ou pioraram suas performances. O Brasil ocupa atualmente o 14º lugar no PIB - Produto Interno

Bruto, ou GDP (Gross Domestic Product) quando, há dez anos atrás, ocupava a 8ª posição. Os demais países da América Latina estão em posições muito inferiores: Argentina, 35ª, Chile 45ª, Equador 63ª, e assim por diante conforme dados do World Bank (World Development Indicators. Database, 5 July, 2005).

A globalização, em todos os países da América Latina, provocou desajustes financeiros e aprofundou a impessoalização do capital. As transações ocorrem em vias virtuais, desligadas das relações de produção. O trabalhador, os sindicatos se afastam cada vez mais do controle sobre a venda da própria força de trabalho. Para preservar a produção e o mercado de trabalho fazem-se acordos pontuais, destrói-se a legislação trabalhista.

Neste cenário a renda ficou concentrada em 5% da população. Em consequência, elevou-se a pobreza e o desemprego, sobretudo para as mulheres, como mostram dados recentes da OIT (OIT; ano 2, nº 3, maio 2004). A taxa de desemprego dobrou em toda a América Latina, sendo que no Brasil ela triplicou entre 1990 e 2004 (BBC, de 3 de março de 2004 citando documento da OIT). Em 1990, havia 4,9% de mulheres desempregadas e, em 2004, esta taxa passou para 14,8%. Para os homens brasileiros o desemprego nas mesmas datas passou de 4,8% para 9,5%. Este diferencial de gênero coloca as mulheres em frágil posição no mercado de trabalho, tendo de aceitar o que for possível, mesmo à custa de baixos salários, atividades menos qualificadas, dificuldades de ascensão. A globalização teve efeitos perversos sobre o mercado de trabalho feminino mantendo o mesmo padrão inferior de salários, de dificuldades de ascensão e de desemprego. Os efeitos positivos encontrados em outros países não se deveram à globalização, mas a outros fatores como a politização do movimento feminista e a intervenção do estado.

Desemprego X alto nível educacional

Na última década (1990-2000), aumentou o nível educacional feminino, superando o masculino. Como se explica a elevada taxa de desemprego quando justamente se eleva o nível educacional das mulheres?

A própria OIT sugere algumas pistas. Embora as mulheres representem mais de 40% da mão de obra ativa, 70% nos países desenvolvidos e 60% nos em desenvolvimento estão empregadas, perdura o “teto de vidro”, isto é, as mulheres dificilmente ocupam as posições de chefia: apenas entre 1 a 3% do topo dos lugares executivos, nas maiores empresas, é ocupado por mulheres. E, por outro lado, o “chão pegajoso” é ocupado por mulheres, isto é, elas estão nos trabalhos mais mal remunerados. Outras discriminações de gênero ocorrem: há enorme diferença de salários entre homens e mulheres.

Tem sido ressaltada a elevação do nível educacional das mulheres no Brasil, inclusive de nível universitário. Contudo, dois aspectos devem ser considerados: 1º, as carreiras “escolhidas” pelas mulheres continuam a ser as tradicionalmente destinadas a elas como pedagogia, letras, enfermagem, assistência social (Blay, 2002, ver anexo). Resulta que a maior oferta de mulheres escolarizadas não significa que estejam preparadas para atividades tecnológicas; 2º, cada vez mais tem caído a qualidade do ensino. Mulheres e homens saem da escola com baixa educação formal. Estes dois fatores neutralizam a maior quantidade de mulheres escolarizadas e se somam aos fatores do desemprego feminino e às carreiras de pior remuneração.

Política e Machismo

Como diz a jornalista Lorraine Orlandi (Reuters 15/02/06) com muita propriedade: “A Mulher latino-americana avança, mas machismo persiste”. Esta reflexão propõe a questão de como um país como o Chile - tradicional, católico, que cultua a autoridade masculina - elege uma mulher, Michelle Bachelet, como Presidenta. Além disso, uma mulher solteira, com filhos, exilada política.

Embora o Chile ocupe a 45ª posição no ranking do PIB e o Brasil a 14ª, fica definitivamente enterrada a suposição de que as condições econômicas propiciam alçar mulheres para postos políticos: o Brasil situa-se na 107ª posição no ranking de mulheres na política.

Ao contrário, o fato de Ruanda ocupar a 1ª posição, ter elegido 39 mulheres para um total de 80 cadeiras (48.8%), permite elaborar como hipótese que as condições políticas, mais do que as econômicas, levam a valorizar o papel real das mulheres em situações de guerra, de conflitos.

Chile e de Ruanda escolheram para o mais alto cargo do país mulheres que já tinham demonstrado eficiência em suas funções e uma atitude feminista com relação à ação política. Com isso, tornaram-se legitimadas para exercer o cargo de Presidentas. A legitimidade é conquistada por ações transparentes, valorizadas pela sociedade mesmo por segmentos conservadores.

Estes países não deixam de ter segmentos machistas, que desqualificam a ação de todas as mulheres, mas indicam um profundo movimento de mudança na igualdade de oportunidades e na valorização justamente dos elementos elegidos por estas mulheres alçadas ao poder.

Conclusão - uma nova agenda para os Núcleos

Analisando-se a temática prevalecente nos Núcleos de pesquisa, ao longo do tempo, uma sucessão de temas foi abordada concomitantemente e muitos nunca mais abandonadas. Começaram pela análise do trabalho feminino, introduziram a violência contra a mulher, passaram para problemas da vida quotidiana, como creches, salário desemprego, reconhecimento do trabalho da dona de casa, educação diferenciada, sexualidade, saúde integral da mulher, aborto, participação política, legislação civil e penal, de modo geral.

Sem que estes temas-problema tenham sido completamente resolvidos, pelo menos foram iluminados ao conhecimento público. Questões mais complexas foram inseridas: depois de verificar a concentração de mulheres em campos universitários voltados ao cuidar e às ciências humanas, foi inevitável indagar o que provocava a reduzida presença de mulheres no campo das ciências exatas. Quais os obstáculos que as afastam das engenharias (exceto a química), dos cursos tecnológicos, mecânicos, etc.

Considere-se que a entrada das mulheres na Universidade brasileira só se tornou mais intensa depois dos anos de 1940, significando um passo social recentíssimo. Trocar o magistério por carreiras que demandavam mais anos de estudo foi uma mudança social considerável. Nesse processo, as mulheres depararam com empecilhos dentro da própria universidade e fora dela. É necessário investigar com precisão, de um lado, os obstáculos da universidade, do mercado, os valores sociais transmitidos pelos os meios de comunicação e, por outro, analisar a influencia familiar, dos meios sociais próximos, da escola de primeiro grau, da literatura consumida na infância. Não temos conhecimento suficiente das resistências e dos fatores que desencorajam mulheres jovens a prosseguirem nas carreiras voltadas para a tecnologia.

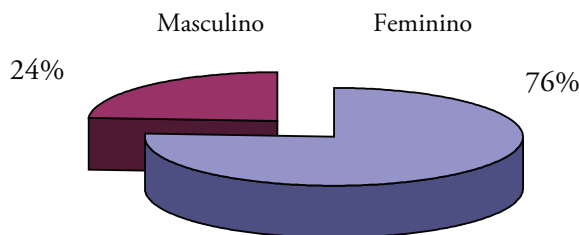
Aqui, neste Encontro poderemos avançar com várias hipóteses e indagações a partir de estudos já realizados. Algumas questões se colocam desde já: alega-se que as citadas carreiras escolhidas pelas mulheres são compatíveis com a vida doméstica. Será mesmo? Será que uma enfermeira que trabalha em turnos de 24 horas trabalha menos do que uma engenheira elétrica? A pequena participação masculina nas atividades domésticas é argumento para impulsionar as mulheres em determinadas escolhas? Embora seja verdade que no Brasil haja uma pequena participação masculina, será que este argumento é verdadeiro ou alibi para a manutenção de antigas orientações?

Como se vê, o papel dos núcleos não terminou, é deles a tarefa de investigação, de induzir a ruptura das barreiras atuais, de definir uma nova agenda a ser desempenhada.

ANEXO

Alguns números

Predominância do sexo feminino



Classificação dos Cursos: Área de Saúde, Educação e Cuidar.

Cursos: Enfermagem, Farmácia, Educação, Veterinária, Saúde Pública, Odontologia e Psicologia.

Corpo discente da USP, graduação, por curso e sexo%			
Curso	Igualitários	+ Femininos	+ Masculinos
ECA	52 x 47		
Educação Física	44 x 56		
Enfermagem		96 x 4	
Enfermagem – Ribeirão Preto		93 x 7	
FAU	50 x 49		
Farmácia		64 x 36	
Farmácia – Ribeirão Preto		61 x 39	
Educação		89 x 11	
Engenharia – São Carlos			18 x 81
Politécnica			12 x 88
ESALQ			32 x 60
Faculdade de Direito			40 x 60
FEA			30 x 70
Medicina	48 x 52		
Medicina – Ribeirão Preto			27 x 73
Medicina Veterinária		62 x 38	
Saúde Pública		95 x 5	
Odontologia		65 x 35	
Odontologia – Ribeirão Preto	52 x 48		
Odontologia – Bauru		65 x 35	
Zootecnia + Engenharia Alimentos	45 x 55		

Biociências	54 x 46		
Astronomia + Geofísica			29 x 71
Biociências	54 x 46		
Matemática + Computação			20 x 80
Física			17 x 83
Física – São Carlos			18 x 82
Física + Química – São Carlos			37 x 63
Geociências			33 x 67
Matemática + Estatística			28 x 72
Psicologia		66 x 34	
Química	48 x 52		
Química – São Carlos	47 x 53		

Sabemos que atualmente, segundo o Censo Escolar, há mais meninas do que meninos no Ensino Fundamental (primeiros 8 anos). Isto tem sido apresentado como uma indicação de que as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Contudo, trata-se de uma verdade relativa.

Tomando-se a população universitária da USP, em nível de graduação, ela soma 39.294 estudantes. Observa-se que os rapazes freqüentam em maior proporção a Universidade: o corpo discente distribui-se em 22.519 alunos e 16.775 alunas, ou seja, 57% e 43%, respectivamente.

Ainda assim, estes 14% de diferença entre a população masculina e feminina poderiam ser interpretados como uma tendência ao incremento de mulheres na Universidade se as diferenças entre os cursos não fossem tão acentuadas do ponto de vista do gênero. De um total de 31 cursos ministrados pela USP – sendo a maioria na Capital de São Paulo e outros, nos campus de São Carlos, Ribeirão Preto e Bauru – observa-se que 10 cursos são igualmente freqüentados por homens e mulheres, 10 cursos são predominantemente freqüentados por alunas e 13 são freqüentados predominantemente por rapazes.

Os números até aqui apresentados poderiam ser interpretados como a indicar que jovens de ambos os sexos tendem a freqüentar igualmente a Universidade. Um exame mais profundo, porém, indica outra realidade.

No Quadro 1, vê-se uma divisão em cursos “igualitários”, isto é, freqüentados por rapazes e moças em proporção semelhante (menos de 15% de diferença para um dos sexos). Na coluna relativa aos “cursos + femininos”, observa-se que alguns têm perto ou mais de 90 de mulheres: Enfermagem São Paulo, Enfermagem Ribeirão Preto, Educação, Saúde Pública. Outros seis cursos têm mais de 60% do corpo discente composto por mulheres: Farmácia São Paulo, Farmácia Ribeirão Preto, Medicina Veterinária, Odontologia São Paulo, Odontologia Bauru. (O curso de Odontologia de Ribeirão Preto é igualitário).

Finalmente, há um conjunto de 13 cursos majoritariamente freqüentado por homens. Em 5 cursos os alunos perfazem mais de 80% dos estudantes: todas as escolas de Engenharia da Capital ou de outras cidades, Matemática, Computação, Física; outras 8 escolas têm mais de 60% do corpo discente composto de homens: Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e Administração, Medicina de Ribeirão Preto, Astronomia e Geofísica, Geociências, Estatística.

Quais os significados desta diferenciação de gênero? Que efeitos ela tem no presente momento?

Evidentemente, não se pode dizer que haja algum impedimento de ordem intelectual ou física que impeça uma mulher de ser engenheira. Do mesmo modo, não há incompatibilidade em ter o sexo biológico feminino e ser agrônoma, advogada, física ou matemática. Considerando-se que a mulher é tão inteligente quanto o homem, tem capacidades intelectuais e físicas para todas estas atividades, serão certamente razões sociais que criarão barreiras para o exercício de certas profissões para as quais estes cursos preparam.

Tanto é que em algumas cidades do interior do Estado a proporção é distinta da Capital – provavelmente devido à falta de oportunidades nas áreas desejadas pelos alunos.

Finalmente, é muito curiosa a distribuição do corpo discente na pós-graduação: em termos absolutos, há tanto mulheres quanto homens, ou seja, 14.209 homens e 14.086 mulheres. Levanto a hipótese de que tendo alcançado a universidade tanto mulheres como homens tendem a prosseguir na formação obtida.

Quanto ao corpo docente, mais uma vez a barreira de gênero se impõe: há 3.148 professores homens e 1.546 professoras mulheres.

Finalmente, gostaria de informar que estes dados são de 2000, os primeiros e últimos até agora publicados. Considero-me um pouco responsável por esta informação e agradeço aos Pró-Reitores que aceitaram minha solicitação de que os dados não fossem publicados em bloco, mas que houvesse uma informação por sexo.

Bibliografia

- BESSE, Susan K. Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914- 1940. São Paulo: Edusp, 1999.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estudos Avançados, vol.17, nº 49, p.87-98, set./dez. 2003.
- BLAY, Eva Alterman. (org.). Igualdade de oportunidades para as Mulheres: Um caminho em construção. São Paulo: Humanitas, 2002. 271 p.
- BLAY, Eva Alterman. “Gênero na Universidade”. Revista Educação em Revista. UNESP. IN: Universidade de Marília, nº 3, 2002. p. 73-78.
- BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95)”. In: ROCHA, M. I. B. da (org.) Trabalho e gênero, mudanças, permanências e desafios. Campinas, ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000, p.13-58.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BLAY, Eva Alterman. Gênero e Universidade. São Paulo: NEMGE-SP, 1992. 176 p.
- LEITE, Miriam Moreira. “Aspectos do Segredo: Maria Lacerda Moura”. In: FUKUI, Lia. Segredos de Família. São Paulo: Annablume/ NEMGE/ USP/ FAPESP, 2002, p.61-70.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender and the politics of History: Revised edition. New York: Columbia University Press, 1999.

Via internet

OIT – Lisboa. Newsletter, nº 3, ano 2, maio de 2004. BBC, de 3 de março de 2004 citando documento da OIT)

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/news_3.htm

World Bank (World Development Indicators. Database, 5 July,2005).

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS : ESTRATÉGIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO¹.

Joana Maria Pedro²

A narrativa de como a Revista Estudos Feministas tem lidado com a institucionalização e as diversas maneiras como têm contribuído para a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero e do feminismo pode ser abordada de diferentes modos. Organizei esta narrativa partindo de dois aspectos: 1) a forma como a institucionalização foi inicialmente negada e, mais tarde, assumida no interior de estratégias de sobrevivência; 2) a política de captar textos já publicados no exterior e de traduzi-los para o português, visando fazer circular, num público mais amplo, debates que costumavam ficar restritos às especialistas, entendendo-os como uma das contribuições da revista para a construção do conhecimento.

Institucionalização e sobrevivência

A primeira fase da Revista Estudos Feministas foi caracterizada por uma preocupação com a autonomia em relação a qualquer tipo de instituição. Evidentemente, não foi consenso total esta decisão. O próprio movimento, desde meados dos anos 80, discutia se deveria ou não integrar os espaços que o Estado brasileiro, recentemente saído da ditadura, oferecia para as integrantes. O debate da época era, então, como manter a autonomia, tão cara ao feminismo dos anos setenta³, como manter ativa a militância; enfim, como levar adiante todo um trabalho de transformação cultural da sociedade, se as militantes passavam a participar de cargos dentro do governo que as chamava? Aquilo que, para algumas, era o fim das atividades políticas e do feminismo, era, para outras, a possibilidade de encontrar novos espaços de interferência para a mudança da sociedade e/ou para buscar alternativas individuais de carreiras.

¹ Agradeço a ajuda da estudante Maria Cristina Athayde, pelo auxílio na pesquisa; da professora Luzinete Simões Minella, por ceder textos com informações sobre a Revista e ler o texto; e a revisão da redação, de Aimerê Araken Machado.

² Profa. Dra. Joana Maria Pedro é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, com Doutorado em História Social na USP e Pós-doutorado na França. Pesquisadora 1 D do CNPq, focaliza a História das relações de gênero e do feminismo. É uma das editoras de artigos da Revista Estudos Feministas. Suas últimas publicações foram: *L'expérience des contraceptifs au Brésil: une question de génération*. Cahiers du Brésil Contemporain, nº 55-56, 2004, p. 69-92. Paris; *Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância*. História Minisinos, São Leopoldo - RS, v. 9 n.3, p. 170-176, 2005.

³ MIGUEL, Sonia Malheiros, 1988

Convém lembrar que não era somente o movimento feminista no Brasil que estava envolvido neste debate. Os movimentos, em outros países da América Latina, também discutiam as vantagens e desvantagens da institucionalização. No Encontro Feminista de San Bernardo, na Argentina, em 1990, as organizadoras do evento chegaram a rejeitar a ajuda governamental que receberam.⁴

Foi em meio a este debate que a Revista Estudos Feministas foi criada, em 1992, e, embora sediada inicialmente no Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, o apoio da Fundação Ford era que lhes garantia a autonomia em relação à instituição universitária. A intenção, de acordo com Lena Lavinas, era não ser “diretamente institucional”. E mais: dentre outras inovações, pretendia-se “uma rotatividade da editoria da revista a cada dois ou três anos, de modo a contemplar, da forma mais democrática e ampla possível, a pluralidade das orientações acadêmicas que fazem a riqueza do campo e criam novos nexos disciplinares”⁵. Esta rotatividade da Revista estava ligada à sua ambição de “se afastar de qualquer conotação institucional”.⁶

No primeiro editorial da Revista - número zero, datada de 1992, lançada durante a reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Lena Lavinas, que o assina, dizia que a Revista Estudos Feministas era a concretização de um sonho coletivo, da luta de uma equipe composta “quase só de mulheres”, e que, há vinte anos (era 1992), estava elaborando reflexões sobre o “lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade”⁷. Esta reflexão, informava a autora, nascera:

(...) da prática política do movimento de mulheres e do movimento feminista, fundada na denúncia da desigualdade e da discriminação, para se tornar crítica à teoria da ciência, nova episteme do conhecimento e do método. Se prática acadêmica e prática política são indissociáveis pela sua interação criativa, ambas têm autonomia e dinâmica próprias. A criação da Revista Estudos Feministas, além de servir como canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende, antes de mais nada, difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudo não apenas entre especialistas, mas também entre estes e os demais campos de conhecimento⁸.

O primeiro Comitê Editorial contou com a participação de Albertina de Oliveira Costa (FCC); Bila Sorj (UFRJ); Heloísa Buarque de Hollanda (UFRJ); Maria Lúcia de Barros Mott; Maria Luiza Heilborn (UERJ); Maria Odila Silva Dias

⁴ STERBBACH, Nancy S., 1994, p.287.

⁵ LAVINAS, Lena. 1992, p. 4.

⁶ COSTA, Albertina de Oliveira. 2004, p.209

⁷ LAVINAS, L. Op. Cit., p. 3.

⁸ Idem.

(USP); e Mary Garcia Castro (UFBA), tendo a coordenação de edição e a editoria geral ficado a cargo de Ana Arruda Callado (UFRJ) e Lena Lavinas (UFRJ), respectivamente.

Funcionando, portanto, em regime de rodízio institucional, sua segunda sede, na qual permaneceu durante o ano de 1995 e até meados de 1996, foi o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Entre o segundo semestre de 1996 e 1999, a Revista foi acolhida apenas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Em relação a recursos, a partir de 1994 a Revista passou a contar com apoio do programa FINEP, do CNPq e da Fundação Universitária José Bonifácio. Assim, a prática do rodízio de instituições que acolhiam a revista, se por um lado, garantia a autonomia em relação às instituições acadêmicas que a abrigavam, por outro lado, reforçava a necessidade de buscar a sobrevivência recorrendo a órgãos financiadores.

Esta sobrevivência ficou seriamente ameaçada em 1999, e foi nesta ocasião que ocorreu mais um rodízio institucional: a edição da Revista foi então deslocada para Florianópolis. Desde 1998, os editoriais da Revista Estudos Feministas, assinados por Leila Linhares Barsted, estavam alertando para as dificuldades financeiras da revista. Os recursos que tinham obtido de diversos órgãos financiadores não estavam cobrindo a conta da folha de pagamentos de funcionárias que a revista tinha assumido. Além disso, o número de assinaturas não era suficiente para garantir qualquer autonomia. Assim, a ida da Revista para Florianópolis representou, também, o reconhecimento de que a vinculação institucional era uma possibilidade de sobrevivência.

Em Santa Catarina, foi a Professora Doutora Miriam Pillar Grossi⁹ – já conhecida por suas pesquisas no campo do gênero e do feminismo, quem recebeu a proposta para dar continuidade ao projeto da Revista. Naquele momento, eu – Joana Maria Pedro – era diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e, juntamente com uma equipe de pessoas deste Centro e do Centro de Comunicação e Expressão, estávamos fazendo, a cada dois anos, desde 1994, um encontro Internacional e Interdisciplinar chamado “Fazendo Gênero”, no qual reuníamos pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com as questões do feminismo e do gênero.

A transferência para Florianópolis não foi uma decisão apressada. Miriam Pillar Grossi e Claudia de Lima Costa – as primeiras editoras¹⁰ – e toda a equipe realizaram inúmeras reuniões com as editoras do Rio e com as representantes da Universidade, em Florianópolis. Em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro,

⁹ GROSSI, Miriam Pillar, 2004, p.215.

¹⁰ Miriam Grossi e Claudia de Lima Costa foram editoras da Revista entre 1999 e 2001.

podemos afirmar que a Revista deixou de ter a “autonomia” desejada, pois se tornou “diretamente institucional”, o que não estava no projeto inicial de 1992. A Revista tornou-se, assim, uma atividade acadêmica da UFSC, envolvendo, então, dois centros de ensino, o CFH e o CCE; por outro lado, ganhou em infraestrutura institucional, representada por: espaço físico, telefone, equipamentos, correio, material de consumo, uma estagiária e, principalmente, uma funcionária: Carmem Vera Ramos. Foi assim que foi publicado o volume 7, que juntava os números 1 e 2 de 1999. Até o momento, foram publicados 13 volumes; estamos preparando o volume 14, referente a 2006.

Uma outra mudança foi a da periodicidade. A partir de 2004, passamos a publicar três números por ano, buscando atender às exigências de um dos nossos indexadores: a Scielo. Este indexador passou a exigir que as publicações do campo das Ciências Humanas publicassem, inicialmente, três, e, depois, quatro números por ano. Após convocar as demais revistas e entrar em contato com os representantes da Scielo, mostrando a dificuldade que esta exigência representaria, nossa editora à época, Luzinete Simões Minella, juntamente com outros/as editoras das demais revistas, conseguiram que a Scielo voltasse atrás em sua exigência. Mesmo assim, a Revista Estudos Feministas estruturou-se para publicar três números anuais, não somente para atender às exigências, mas também porque o número de artigos, dossiês e seções temáticas de qualidade estavam exigindo a ampliação dos números.

Seja no Rio de Janeiro, seja em Santa Catarina, jamais a Revista Estudos Feministas conseguiu sobreviver com os recursos provenientes das assinaturas, mesmo que inúmeras campanhas e promoções tenham sido feitas. Em Santa Catarina, conseguimos ampliar significativamente o número delas – recebemos do Rio de Janeiro o registro de apenas três assinaturas que se encontravam em dia. Possuímos, atualmente, 306 assinaturas; mesmo assim, estas não cobrem os custos. Recursos públicos e de outros órgãos financiadores continuam sendo imprescindíveis. Convém salientar que todo trabalho de editoria é voluntário. O que pagamos, na forma de prestação de serviços, é tão somente a revisão do português e do espanhol, as traduções, a diagramação, a capa e a impressão, além de bolsas para estudantes que nos ajudam. O CNPq e a Secretaria das Mulheres, neste momento, estão sendo o esteio principal da manutenção da Revista.

De qualquer maneira, temos que reconhecer que é a institucionalização da revista na Universidade Federal de Santa Catarina que tem permitido uma estrutura mínima. Esta, juntamente com os apoios financeiros recebidos e as assinaturas, permitem a sobrevivência até o momento.

Outra mudança na revista, que precisa ser registrada, foi a ocorrida na organização da editoria, a partir do número 2 do volume 10 de 2002, quando a coordenação editorial passou a ser encabeçada por Luzinete Simões Minella. Esta

nova organização significou uma horizontalização das decisões¹¹. A coordenação editorial articula as diversas atividades e tarefas da revista, mas estas tarefas ganhavam autonomia. Assim, foram criadas editorias diversas que se encarregavam dos dossiês, resenhas, entrevistas, artigos, seções temáticas, cabendo à coordenação editorial articular estas diversas editorias e tomar decisões de cunho executivo. Recentemente, numa reordenação das editorias, foi constituído o Conselho Editorial, formado por ex-editoras da Revista. Estas participam, juntamente com a coordenação da revista, das principais decisões. Como muitas delas moram em localidades distantes de Florianópolis, a comunicação tem sido feita principalmente pela Internet e por telefone.

Esta divisão de atividades e de responsabilidades permitiu a inclusão de mais pessoas no trabalho de editoria, reduzindo o volume de trabalho. Convém lembrar que cada editora é também professora, pesquisadora, orientadora e, às vezes, ainda participa da administração da Universidade. Assim, esta reforma da editoria permitiu repartir as tarefas, mas também a autoria e o prestígio.

Na Revista Estudos Feministas, os artigos são publicados em português e em espanhol, e o título dos artigos, os resumos e as palavras-chave, além do sumário, constam em português (ou espanhol) e inglês. O caráter multidisciplinar da Revista permite que ela transite em diferentes áreas, configurando um público-alvo constituído por acadêmicas/os, intelectuais e militantes feministas, organizações não governamentais e outras instituições. As contribuições da Sociologia e da Antropologia têm estado mais regularmente presentes na Revista, embora, nos últimos anos, observe-se um incremento gradual da participação de outras áreas, antes minoritárias e até ausentes.

Numa pesquisa recentemente realizada por Claudia de Lima Costa e sua bolsista, pesquisadora Tecia Vailati, focalizando 2002 a 2005, é possível observar a importância das diferentes disciplinas na composição da REF. Assim, na tabela abaixo, podemos acompanhar a distribuição destas disciplinas:

Tabela 1 – Distribuição de artigos e ensaios por disciplina.

Disciplina	%	Disciplina	%	Disciplina	%
Sociologia	20	Antropologia	16	Artes	9
Ciências Biológicas	5	Ciências Políticas	5	Estudos Culturais	9
História	7	Literatura	9	Medicina e Enfermagem	5
Pedagogia/Educação	5	Psicologia/Psicanálise	5	Outros	5

11 COSTA, Albertina de Oliveira. 2004, p.209

Esta distribuição mostra que as áreas mais frequentes na Revista são as Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), indicando que a interdisciplinaridade não é tão forte quanto desejamos. Por outro lado, a própria interdisciplinaridade da revista torna difícil sua institucionalização como campo de conhecimento. Um exemplo desta dificuldade é à busca de pareceristas para os diversos artigos. É preciso contar com o conhecimento disciplinar das várias editoras, oriundas, elas mesmas, de diferentes campos de conhecimento.

A publicação de artigos na Revista Estudos Feministas é, muitas vezes, uma corrida de obstáculos em que o tempo de tramitação é o principal problema. Os textos publicados na seção Artigos, setor mais seletivo da revista, seguem o seguinte trâmite: após o recebimento, são inicialmente apreciados pela editoria de artigos, que se encarrega de verificar se preenchem as condições suficientes para serem encaminhados para dois/duas pareceristas especializadas/os. Em caso positivo, o encaminhamento é imediato. Em caso negativo, a editoria elabora uma carta para as/os autoras/es, contendo sugestões que possam aprimorá-los. A segunda versão, quando enviada, passa outra vez pelo crivo dessa editoria, a fim de que possa ser verificado se as recomendações foram de fato atendidas. Quando o resultado dessa apreciação é positivo, então o texto é encaminhado para pareceristas especializadas/os. Procura-se garantir que os artigos sejam analisados por profissionais oriundos/as de diferentes instituições do país, tomando-se várias medidas para assegurar a sua abrangência. Tais profissionais recebem o arquivo das normas e um formulário específico, contendo instruções sobre a apreciação dos artigos. Cuidados especiais são tomados no sentido de preservar o anonimato das/os autoras/es, suprimindo-se dos textos qualquer menção à autoria.

Ultimamente, temos perguntado às/aos possíveis pareceristas se aceitam dar parecer e prometendo – caso a resposta seja positiva – encaminhar depois uma revista e um certificado, como recompensa pelo seu trabalho. Acontece que não podemos e nem temos a pretensão de, um dia, poder remunerar pelo trabalho realizado. A maioria das pessoas que prestam este serviço à Revista possui muitos compromissos e uma agenda lotada de trabalhos. Assim, em média, um artigo leva de 6 a 8 meses, entre a chegada e a decisão pela publicação, isto quando não recebe algum parecer desfavorável, seja da editoria de artigos, seja das/dos pareceristas.

A Revista está estruturada em seis seções: a) Artigos; b) Ensaios; c) Ponto de Vista; d) Dossiê, Seção Debate ou Seção Temática; e) Resenhas; f) Agenda. Cada uma destas seções conta com uma equipe encarregada. A coordenação geral da revista articula as várias seções e organiza o andamento da revista.

Neste momento, com a publicação de três números, temos organizado, para cada volume, duas Seções Temáticas, um Dossiê e uma Seção Debate. A Seção Temática agrupa vários artigos que abordam um determinado tema, desenvol-

vido a partir de diferentes abordagens, incluindo pesquisadoras/es nacionais e internacionais, incluindo uma pequena introdução que articula os aspectos abordados. O Dossiê reúne entre seis a dez artigos sobre um determinado tema atual e relevante, e tem possibilitado, desde a sua origem, um profícuo diálogo com os movimentos feministas, pois as propostas são originadas e organizadas pelas representantes dos próprios movimentos. Num artigo publicado em 2004, Sonia Weidner Maluf mostrava como esta seção, fugindo do perfil acadêmico das demais seções da revista, divulga outros “gêneros textuais, como testemunhos, relatos, entrevistas”, dando, desta forma, um panorama do tema abordado e “defrontando reflexão teórica com práticas, ações e políticas feministas”.¹² A Seção Debate articula uma discussão, com autoras convidadas, em torno de um texto, importante para o campo do conhecimento feminista.

Considerando, ainda, as estratégias de institucionalização, a Revista tem buscado, cada vez mais, legitimidade acadêmica, e esta implica em expandir a visibilidade através da ampliação dos indexadores. No momento, são ao todo dez, dois dos quais conquistados em 2002: a Scientific Library Online (SCIELO) e o International Bibliography of the Social Sciences/IBSS (London School of Economics, Inglaterra).¹³

A comercialização da Revista recebeu, nos últimos anos, dois fortes apoios. O primeiro foi o recurso oriundo da Fundação Ford, que visava à formação de um Consórcio para a distribuição do produto impresso¹⁴. Com este recurso, foi possível realizar dois eventos sobre publicações feministas em Florianópolis¹⁵ e comparecer aos eventos da área, ocasiões em que a Revista pode ser encontrada em stands juntamente com outras publicações parceiras. A distribuição de folders nestas ocasiões, contendo instruções e formulário de assinaturas, favoreceu a circulação da Revista. Este projeto esteve em vigência entre 2002 e 2004. Em 2005, conseguimos, também, algum recurso para levar a Revista, e outras publicações do campo, para eventos no Brasil. Estes aportes foram intermediados pela Fundação Ford e provenientes do IIE - Institute of International Education.

Foi, ainda, num esforço de institucionalização que a Revista submeteu-se à avaliação por diversas áreas de conhecimento e procurou adequar-se às exigências destas, tendo como horizonte a excelência acadêmica. Assim, coroando todo este esforço, a Revista Estudos Feministas tem obtido uma alta classificação no ranking dos Programas QUALIS/CAPES. Na tabela abaixo, é possível visualizar a avaliação das diversas disciplinas em 2005.

12 LAVINAS, L. Op. Cit., p. 3.

13 Idem.

14 GROSSI, Miriam Pillar, 2004, p.215.

15 Miriam Grossi e Cláudia de Lima Costa foram editoras da Revista entre 1999 e 2001.

Tabela 2: Avaliação do QUALIS/CAPES – 2005.

Conceito	Abrangência	Disciplinas
A	Internacional	Antropologia, Arqueologia, Psicologia, História, Educação
A	Nacional	Sociologia, Enfermagem, Serviço Social, Economia Doméstica, Filosofia, Teologia, Multidisciplinar
B	Nacional	Letras e Linguística

Foi, ainda, no sentido de dar maior visibilidade e divulgação que, com recursos da Fundação Ford, foi criado o Projeto para o Desenvolvimento e Implementação da Revista Estudos Feministas Online, concluído em 2004. Este projeto promoveu a instalação do Portal Feminista, no qual a Revista Estudos Feministas encontra-se na íntegra, desde seu número 0 de 1992, podendo ser acessada pela internet através do site www.portalfeminista.org.br. Além desta revista, encontra-se também a Revista Gênero, da Universidade Federal Fluminense, e a revista Espaço Feminino, da Universidade Federal de Uberlândia. É importante salientar que o Portal Feminista está disponível para abrigar outras publicações do campo feminista e do gênero.

É possível afirmar, então, que, desde 1992, o percurso da Revista Estudos Feministas tem sido redimensionado no sentido de uma maior institucionalização acadêmica. Mesmo que, inicialmente, este percurso não tenha sido projetado. O que se pode afirmar é que na sua trajetória voltada para a militância e para a academia, a última garantiu a legitimidade da divulgação do ativismo político. Assim, até por causa do nome da Revista, identificada por diversas áreas do conhecimento como ligada unicamente à militância, a Revista precisou garantir legitimidade no meio científico. Esta legitimidade, bem como a própria sobrevivência, cobraram o preço da institucionalização crescente, seja por se vincular diretamente à Universidade, seja por sua preocupação com as avaliações acadêmicas, obedecendo a padrões e exigências para ser considerada como Revista Científica de qualidade.

Captação de artigos, divulgação e produção do conhecimento

Na seção de artigos da Revista Estudos Feministas, desde o número de 1992, foram publicados artigos que já circulavam em outros idiomas. Não foram muito numerosos, mas foram bem escolhidos. Entretanto, não foi somente na seção de artigos que estes textos foram publicados. Outras seções também os publicaram.

Para este texto, estou focalizando apenas os que foram publicados na seção de artigos. Assim, entre 1992 e 2005 foram publicados 25 artigos. Na tabela abaixo, é possível visualizar o país em que foram publicados inicialmente:

Tabela III – Países onde os artigos foram inicialmente publicados.

País em que foi originalmente publicado	Número de artigos
Estados Unidos	18
França	4
América Latina	2
Alemanha	1
Total	25

Como se pode observar, a grande maioria dos artigos captados havia sido publicada, originalmente, nos Estados Unidos. Isto indica o já conhecido trânsito de teorias bastante intenso, partindo do “centro” para a “periferia” acadêmica.¹⁶

Vários deles trazem uma reflexão interdisciplinar aprofundada, da qual resultam, muitas vezes, textos intrincados, cujo diálogo restringe-se a um público acadêmico restrito. Refletindo sobre as viagens das teorias, Claudia de Lima Costa nos lembra que “as teorias que viajam mais facilmente são as que articulam um nível de abstração tão alto que qualquer questão de contexto se torna irrelevante.”¹⁷ E, embora alvos de críticas, especialmente de um público mais amplo e não habituado a este tipo de linguagem acadêmica, estes textos são imprescindíveis para dar legitimidade para o campo dos estudos de gênero¹⁸.

Miriam Pillar Grossi, em 2004, escrevendo sobre os 10 anos da REF, lembrava que os Estudos Feministas formam um campo de conhecimentos e não “apenas uma praia”. E, desta forma, incluía neste campo os estudos sobre mulheres, sobre homens, sobre gênero, sobre movimento feminista e de mulheres.¹⁹ Assim, o que estes artigos traduzidos estão fazendo é ajudando a constituir um campo de conhecimentos no Brasil.

O diálogo teórico que aparece em vários destes textos foi feito com os fundamentos de várias disciplinas e abordaram temas complexos. Afinal, é necessário refletir, desconstruir, argumentar com as “verdades estabelecidas”. Luzinete Simões Minella, escrevendo sobre a visão de ciência característica dos artigos publi-

16 COSTA, Claudia de Lima e MINELLA, Luzinete Simões. 2002, p. 9.

17 MALUF, Sonia Weidner. 2004, p. 235

18 MINELLA, Luzinete Simões. 2004, p. 10

19 Neste projeto, além do Consórcio, estava prevista a implantação do Portal Feminista. Trata-se do “Projeto para Desenvolvimento e Implementação da Revista Estudos Feministas On-line e de um Consórcio de Revistas Feministas”. Este projeto foi coordenado por Claudia de Lima Costa, Miriam Pillar Grossi e Luzinete Simões Minella. Foi iniciado em 2002 e concluído em 2004.

cados na REF entre 1999 e 2000, afirma que a maioria destes artigos contribui para “demolir ‘verdades’ que justificaram durante séculos a opressão feminina”. Desta forma, diz a autora, “variadas posições teóricas se unem em torno de certas rupturas fundamentais, promovendo o avanço do debate”²⁰. Os artigos não inéditos, captados no exterior, desde o início da trajetória da revista, tiveram também esta configuração teórica.

Nem todos os artigos captados e traduzidos na seção de artigos da Revista tinham este cunho mais teórico. Dos 25 artigos, 10 tinham este perfil; entre os demais, encontram-se estudos envolvendo pesquisa empírica e, até, um manifesto, como o publicado no volume 9, n.2/2001, chamado “Por uma prática feminista transnacional contra a guerra”²¹.

O papel destes artigos é incluir a Revista e, através dela, as/os leitoras/es, nos debates que circulam em nível internacional. Tematizam questões que se tornam argumentos na luta por políticas públicas de inclusão e igualdade. Este é o caso, por exemplo, dos artigos que discutem a igualdade, diferença, paridade. Este assunto foi abordado já em 1992 com o artigo de Elizabeth Fox-Genovese, “Para além da irmandade”²²; mas também irá reaparecer em 1994 com o artigo de Elvia R. Arriola, “A desigualdade com base no gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista”²³; em 1996, com o artigo de Eleni Varikas, “Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos”²⁴; retorna, em 2001, com o artigo de Joan W. Scott, “‘La querelle des femmes’ no final do século XX”²⁵; e, ainda, outro artigo desta mesma autora, em 2005, “O enigma da igualdade”²⁶. Através destes artigos, mesmo as pessoas que apenas lêem em português e espanhol podem acompanhar toda a discussão que foi feita sobre o paradoxo da igualdade e diferença. A questão da irmandade – ilusão presente desde o final dos anos sessenta, as cisões no interior do movimento feminista, as políticas afirmativas e as discussões que a envolvem, permearam estes artigos, trazendo argumentos para o debate e colocando o público leitor em contato com as questões.

20 Trata-se dos eventos: I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas, realizado em Florianópolis em agosto de 2002 e do Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feministas, realizado em Florianópolis entre 28 e 30 de novembro de 2003.

21 COSTA, Cláudia de Lima., 2000, p.44.

22 COSTA, Cláudia de Lima, 2004, p.188

23 Estou entendendo, como pertencentes ao campo de conhecimentos do feminismo e do gênero, os textos que utilizam as categorias mulher, mulheres, masculinidades, teoria queer, relações de gênero e feminismo. Para não ficar citando todos em cada ocasião, estarei me referindo apenas aos estudos de gênero.

24 GROSSI, Miriam Pillar, 2004, p. 217-218. Esta autora lembra que “campo científico” refere-se ao “reconhecimento profissional, para além dos seus pares” e “praia” no sentido de “um lugar por onde se passa de vez em quando para tomar um sol ou um mergulho de mar”.

25 MINELLA, Luzinete Simões, 2004, p. 231.

26 BACCHETA, Paola et alii, 2001, p.353-366.

Outro debate muito presente é o da articulação entre gênero e raça/etnia. É este assunto que está publicado num artigo de 1994, de Michele Wallace, “Imagens negativas – para uma crítica cultural feminista negra”²⁷; em 2001, no artigo coletivo encabeçado por Paola Baccheta, “Por uma prática feminista transnacional contra a guerra”²⁸; em 2002, com o texto de Bárbara Christian, “A disputa de teorias”²⁹; e, ainda, em 2005, com o artigo de Licia Fiol-Matta, “Mulher-raça’: a reprodução da nação em Gabriela Mistral”³⁰. Estes artigos focalizam o tema, muito atual, das múltiplas diferenças e hierarquias constituídas nas relações sociais, mesmo no interior do movimento feminista.

Evidentemente, foram as teorias feministas e as de gênero o assunto mais constante nestes artigos captados e já publicados em outros países. Esta questão permeia todos os artigos; entretanto, alguns a focalizam mais explicitamente. Este é o caso do artigo de 1992, de Sandra Harding, “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”³¹; e o de 2000, de Linda Nicholson, “Interpretando o gênero”.³² Outros artigos focalizaram o feminismo e o gênero, entretanto, nem todos fizeram uma abordagem tão teórica como os citados acima. Isto é o que se observa no artigo de 1993, de Norma Stoltz Chinchilla, “Classe, gênero & soberania na Nicarágua”³³; o de 1994, de Elizabeth Jelin, “Mulheres e direitos humanos”³⁴; o artigo coletivo de 1994, encabeçado por Nancy S. Sterbback, “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”³⁵; o de 2000, de Susan Bordo, “A feminista como o outro”³⁶; e o de 2003, de Verônica Montecinos, “Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina”³⁷. Nestes, a teoria feminista serve de instrumento para análises de estudos de caso, e como se pode observar, a grande maioria focaliza a América Latina. Este contexto lembrar-nos aquilo que tem sido denunciado pelas feministas do terceiro mundo: espera-se que pessoas oriundas da periferia expressem “sua diferença”³⁸.

Para concluir esta análise, gostaria de destacar os artigos traduzidos que focalizavam os Estudos Culturais. Aliás, esta foi uma perspectiva de abordagem que

27 FOX-GENOVESE, Elizabeth. 1992, p. 31-56.

28 ARRIOLA, Elvia R., 1994, 388-427.

29 VARIKAS, Eleni., 1996, p.65-94.

30 SCOTT, Joan. 2001, p.367-388

31 SCOTT, Joan. 2005, p.30-30.

32 WALLACE, Michele. 1994, p.65-92.

33 BACCHETA, P. Op. Cit. BACCHETA, Paola et alii, 2001, p.353-366.

34 CHRISTIAN, Bárbara., 2002, p. 85-97.

35 FIOI-MATTA, Licia., 2005, p.227-264.

36 HARDING, Sandra, 1993, p.7-32

37 NICHOLSON, Linda., 2000, p. 9-41.

38 CHINCHILLA, Norma Stoltz., 1993, p.321-347

esteve presente na maioria dos artigos captados no exterior.³⁹ Podemos, inclusive, afirmar que, além de constituir o campo de conhecimentos que chamamos de Estudos Feministas, a Revista também ajudou na constituição, no Brasil, do campo dos Estudos Culturais através da captação de artigos já publicados, mas também pela publicação de artigos inéditos, seja de autoras nacionais ou de outros países. Mas alguns artigos captados tiveram um cunho especificamente teórico, dentro do campo dos estudos culturais. Estou me referindo ao artigo de 1993, de Teresa de Lauretis, “Através do espelho: mulher, cinema e linguagem”⁴⁰; ao artigo de 2002, de Bárbara Christian, “A disputa de teorias”⁴¹; o de 2003, de Linda Hutcheon e Michael Hutcheon, “O corpo perigoso”⁴². Estes artigos discutem, respectivamente, cinema, literatura e teatro, trazendo para o debate as reflexões sobre arte, gênero e feminismo.

A tradução, para o português, de artigos já publicados anteriormente em outras revistas no exterior, não é considerado por órgãos avaliadores das Revistas Científicas algo que deva ser feito com muita frequência. O desejável é que a Revista atraia textos sempre inéditos, sejam vindos do país ou do exterior. Desta forma, o objetivo das editoras da Revista Estudos Feministas, ao captar estes artigos, é a divulgação dos debates feministas. Esta prática foi, e continua sendo, uma forma de ajudar na constituição do campo de conhecimentos, de divulgar em português – e às vezes em espanhol, as reflexões teóricas internacionais. É desta forma que a Revista tem contribuído para que os estudos de gênero se institucionalizem nas universidades como áreas de concentração, linhas de pesquisa, curso de pós-graduação e, até, como Institutos de Estudos de Gênero⁴³.

Por outro lado, desde 1992 a revista tem buscado constituir uma via de mão dupla, ou seja, se por um lado, capta e traduz artigos, por outro, fez, até 1999, um esforço de criar, se não uma via, pelo menos um atalho, para que, assim como chegam artigos do exterior, os textos brasileiros também possam ser lidos em outros países de língua inglesa. Assim, fez, desde 1992, e, como disse, até 1999, um encarte com artigos traduzidos para o inglês. No primeiro semestre de 1999, foi publicado um número especial, em inglês, com artigos escolhidos entre os que focalizavam o Brasil. Entretanto, desde que a revista foi para Florianópolis, devido à escassez de recursos não foi possível manter esta prática. Atualmente, fomos convocadas pela Scielo para selecionar cerca de 100 páginas de artigos publicados nos dois últimos anos, para que estes fossem traduzidos para o inglês e pudessem

39 JEJENNE, Elisabeth, 1999, p. 174-179.

40 STERBBACH, Nancy S. et alii, 1994, p. 225-295.

41 BORDO, Susan., 2000, p. 10-29.

42 MONTECINOS, Verônica, 2003, p.351-380.

43 COSTA, C.L. Op. Cit 2000, p. 44-45.

circular naquele site de Internet. Além disso, temos enviado projetos solicitando recursos para colocar toda a revista em inglês, no Portal Feminista. Até o momento, não fomos felizes. Esta, entendemos, seria uma forma de retomar a via de mão dupla. Estabeleceria um diálogo mais equilibrado.

Concluindo, quero salientar que, neste percurso da Revista Estudos Feministas, desde 1992, a busca por sobrevivência a conduziu para uma institucionalização, que não estava em seu projeto original. Mas é esta institucionalização que tem contribuído para que a Revista possa proporcionar aportes para a construção do conhecimento. E estamos entendendo que, também, a publicação de textos não inéditos, editados no exterior, tem contribuído para a construção do conhecimento, à medida que fornece uma base teórica mínima para pesquisadoras/es e militantes. Não tem sentido “reinventar” debates há muito superados, apenas para assumir um nacionalismo exacerbado que não reconhece as contribuições históricas do movimento e da academia. Assim, entendemos que a construção do conhecimento não dispensa este aporte teórico publicado em outras línguas, mas requer, também, o reativamento do projeto inicial de divulgar, no exterior, os textos escritos no Brasil.

ANEXO I

Tabela 4 – Relação de artigos traduzidos de textos publicados no exterior entre 1992 e 2005.

Autoras	Título do artigo	Volume e nº na REF	País onde foi publicado e ano de publicação
1. Elizabeth Fox - Genovese	“Para além da irmandade” Teórico	nº 0 1992	Estados Unidos 1991
2. Sandra Harding	“A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista” Teórico	v.1, nº 1 1993	Estados Unidos 1986
3. Teresa de Lauretis	“Através do espelho: mulher, cinema e linguagem” Teórico	v.1, nº 1 1993	Estados Unidos 1984
4. Donna Haraway	“O humano numa paisagem pós-humanista” Teórico	v.1, nº 2 1993	Estados Unidos 1992
5. Norma Stoltz Chinchilla	“Classe, gênero & soberania na Nicarágua” Estudo	v.1, nº 2 1993	Estados Unidos 1990
6. Michele Wallace	“Imagens negativas – para uma crítica cultural feminista negra” Estudo	v.2, nº 1 1994	Estados Unidos 1992
7. Elizabeth Jelin	“Mulheres e direitos humanos” Estudo	v.2, nº 1 1994	Peru 1993
8. Nancy S. Sterbbach, Marysa Navarro -Aranguren, Patrícia Churchryk, Sonia E. Alvarez	“Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo” Estudo	v. 2, nº 2 1994.	Estados Unidos 1992
9. Elvia R. Arriola	“A desigualdade com base no gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista ” Teórico	v.2, nº 2 1994	Estados Unidos 1994
10. Marilyn Strathern	“Necessidade de pais, necessidade de mães ” Estuda	v. 3, nº 2 1995	Alemanha e Itália 1995 (a autora é norte-americana)
11. Elizabeth Jelin	“Familia y género: notas para el debate ”, Estudo	v.3, nº.2 1995	Argentina 1994
12. Eleni Varikas	“Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos” Estudo	v.4, nº 1 1996	França 1995
13. Susan Bordo	“A feminista como o Outro”	v.8, nº.1	Estados Unidos

Bibliografia

- ARRIOLA, Elvia R. “A desigualdade com base no gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, V.2, no.2/94, p. 388-427.
- BACCHETA, Paola et alii. “Por uma prática feminista transnacional contra a guerra”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, vol. 9, n.2/2001, p.353-366.
- BORDO, Susan. “A feminista como o Outro”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/UFSC, v.8, no.1/2000, p. 10-29.
- CHINCHILLA, Norma Stoltz. “Classe, gênero & soberania na Nicarágua”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol 1, n. 2/ 1993, p. 321-347.
- CHRISTIAN, Barbara. “A disputa de teorias”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, V.10, no.1, 1º.semestre 2002, p. 85-97.
- COSTA, Albertina de Oliveira. “Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro”. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.12, Número Especial/2004, p.205-210.
- COSTA, Claudia de Lima e MINELLA, Luzinete Simões. “Editorial”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.10, n. 1/2002, p.5-9.
- COSTA, Claudia de Lima. “As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/UFSC, v.8, no.2/2000.
- COSTA, Claudia de Lima. “Feminismo, tradução, transnacionalismo”. IN: COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira. Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p.187-196.
- FIOL-MATTA, Lícia. “Mulher-raça: a reprodução da nação em Gabriela Mistral. IN: Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol.13, n.2/2005, p. 227-264.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. “ Para além da irmandade”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n.0/92, p. 31-56.
- GARCIA, Sandra Mara. “Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente”. IN:Estudos Feministas.Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n.0/92, p. 163-167.

- GROSSI, Miriam Pillar. "A Revista Estudos Feministas faz 10 anos. Uma breve história do feminismo no Brasil". IN: Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, (N.E.) 2004, p. 211-221.
- HARAWAY, Donna. "O humano numa paisagem pós-humanista". IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.1, n. 2/93, p. 277-292.
- HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 1/93, p. 7-32.
- HÉRITIER, Françoise. "A coxa de Júpiter. Reflexões sobre os novos modos de procriação". IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/UFSC, v.8, no.1/2000, p.98-114.
- HOUBRE, Gabrielle. "A belle époque das romancistas". IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 10, n.2, 2002, p. 325-338.
- HUTCHEON, Linda e HUTCHEON, Michael. "O corpo perigoso" Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/UFSC, v.11, no.1/2003, p. 21-59
- JELIN, Elizabeth. "Mulheres e direitos humanos". IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, n. 1/1994, p. 117-149.
- JELIN, Elizabeth. "Família y gênero: notas para el debate". Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 3, n.2, 1995. p.394-413.
- LAURETIS, Teresa de. "Através do espelho: mulher, cinema e linguagem". IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.1, n. 1/93, p. 96-122.
- LAVINAS, Lena. « Editorial ». IN: Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n.0/92, p. 3-4.
- MALUF, Sonia Weidner. "Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância". IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.12, Número Especial/2004, p. 235-243.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 1988, p. 112.
- MINELLA, Luzinete Simões. "Editorial". IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2004, vol. 12, n.1, p. 7-12.
- MINELLA, Luzinete Simões. "A contribuição da Revista Estudos Feministas para o debate sobre gênero e feminismo". IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.12, Número Especial/2004, 223-234.

- MONTECINOS, Verônica “Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, V.11, nº. 2/2003, p.351-380.
- NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, V.8, n.2/ 2000, p.09-41.
- SCOTT, Joan W. “La querelle des femmes’ no final do século XX”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, V.9, no2/2001, p. 367-388.
- SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2005, vol 13, n. 1/2005, p.11-30.
- SHOHAT, Ella. “A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 10, n. 1, 2002, p. 99-117.
- STERBBACH, Nancy S. et alii. “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, n.2/1994, p.255-295.
- STRATHEM, Marilyn. “Necessidade de pais, necessidade de mães”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol 3, n. 2, 1995, p. 303-329.
- VARIKAS, Eleni. “Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ; PPCIS/UERJ vol 4, n. 1/96, p. 65-94.
- WALLACE, Michele. “Imagens negativas – para uma crítica cultural feminista negra”. IN: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, n. 1/94, p. 65-92.
- WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. IN: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, V.9, no2, 2ºsemestre 2001, p. 460-482.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FEMINISMO NO BRASIL. OS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE RELAÇÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO COMO PRODUTORES DE CONHECIMENTO: A EXPERIÊNCIA DA REDEFEM

Marlise Matos⁴⁴

I

A meu ver, a proposta desta Mesa, de uma forma geral, é debater criticamente as estratégias de institucionalização do feminismo brasileiro. O movimento feminista e o movimento de mulheres no Brasil (e também podemos afirmar que na América Latina) podem ser considerados, certamente, atores legítimos e legitimados de nossas sociedades. Nossas agendas já estão claramente delineadas e vêm surtindo alguns efeitos sobre as pautas e ações governamentais, é possível identificar a existência de redes regionais que são fortes, atuantes e propositivas, avanços substantivos na educação, na saúde e no mercado de trabalho podem ser debitados das várias iniciativas, às vezes localizadas, às vezes mais extensas, de grupos de mulheres mobilizadas e organizadas.

Contudo, é necessário também que se diga que o feminismo no Brasil também está caracterizado por uma total ausência de grandes e massivas mobilizações públicas. Também, como veremos, não é um movimento elitizado, territorializado pelo feminismo acadêmico brasileiro. Por quê?

Num momento em que nos (re)encontramos para discutir o papel das mulheres nas ciências, em que nos mobilizamos, mais uma vez, para tornar pauta de discussão o lugar ocupado pelas mulheres brasileiras na formação e constituição do conhecimento e do saber científicos, é preciso que nos façamos também algumas interrogações. Sobretudo, faz-se necessário compreender, à luz de um olhar mais científico e menos ideológico, alguns dos elementos e ingredientes que compõem e compuseram os movimentos de mulheres e feminista no Brasil.

Antes mesmo de apresentar a vocês parte do processo histórico que culminou com a criação da RedeFem – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, um momento evidente de institucionalização acadêmica neste campo, venho tra-

44 Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFMG, Coordenadora da RedeFem (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas), Coordenadora do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) da UFMG, Conselheira Estadual da Mulher, Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, Mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e Psicóloga pela UFMG.

zer para nossa arena de debates alguns desafios e problemas que temos (teremos) a enfrentar neste contexto da institucionalização dos estudos feministas e de gênero no Brasil. Gostaria de tentar compreender e convidar à reflexão sobre onde é que estaríamos “errando”: porque insistirmos em formas de organização que não foram capazes de conquistar a imensa maioria das mulheres brasileiras (e nem mesmo, se constituíram em um valor forte para a maior parte das mulheres cientistas na academia). Não parto do pressuposto de que assim “é o que deveria ser” (difusão maciça, inclusive no âmbito universitário), ao contrário: parto do pressuposto de que aquilo que está dado tem uma história, é contingente, e esta história produz efeitos em nossa realidade. E um destes “efeitos” estamos aqui para fomentar e debater: onde estão as mulheres brasileiras nas ciências? Mais especificamente, onde estão as mulheres feministas brasileiras nas ciências? Ou seja, quem são as mulheres cientistas brasileiras que têm um enfoque pró-feminismo? Preocupa-me sinceramente, após 30 anos de redemocratização, entender melhor por que não somos/fomos igualmente competentes em difundir as idéias e valores feministas no Brasil. Por que, nem mesmo entre a maioria das mulheres brasileiras mais escolarizadas, o feminismo não se constituiu, ainda, numa bandeira, levando estas mulheres de maior nível de escolaridade a reconhecer o ideário político feminista como um elemento fundamental de suas ações e reflexões?

II

Para ajudar a nossa reflexão venho trazer aqui alguns resultados da Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado” (2001)¹. Nesta pesquisa, que entrevistou 2.502 mulheres brasileiras de 15 ou mais anos, constatou-se que “cerca de uma em cada cinco brasileiras (22%) considera-se total (8%) ou parcialmente feminista (14%), enquanto 78% não o são (41% não se consideram, 24% disseram não saber o que é feminismo ou não souberam se classificar e 13% disseram ser feministas, mas confundiram feminista com feminina, conforme pergunta-controle posterior, sobre o que entendiam por feminismo)”.

Algumas colegas, já permeadas pela leitura de que o Brasil ainda se constitui numa imensa reserva de machismo, conservadorismo, tradicionalismo, patriarcalismo, chauvinismo e autoritarismo, preferem comemorar estes resultados e os

1 Durante o ano 2001 o Núcleo de Opinião Pública estudou o universo feminino e formulou 125 perguntas, aproximadamente, para uma pesquisa nacional inédita sobre mulheres com uma amostra de 2.502 entrevistas pessoais e domiciliares, estratificadas em cotas de idade e peso geográfico por natureza e porte do município, segundo dados da Contagem Populacional do IBGE/1996 e Censo IBGE 2000. O NOP perguntou às mulheres de 15 anos ou mais, residentes em 187 municípios de 24 estados das 5 macrorregiões brasileiras, entre os dias 06 e 11 de outubro, a respeito de temas como saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico, cultura política e lazer. O resultado da pesquisa está disponível para consulta.

vêm como uma conquista. Dados são dados e se prestam a toda forma de leitura e interpretação, mas permitam-me aqui discordar desta visão otimista. Ao invés de comemorar os 22%, eu prefiro me inquietar e me angustiar com os outros 78% e também me perguntar – enquanto ativista do movimento feminista e acadêmica – onde é que continuamos a errar?

Não consigo ver nos dados aspectos dignos de comemoração. Ogando (2006)², ao trabalhar com a sub-amostra A da referida pesquisa (aquela composta por 1254 mulheres que responderam a todas as questões do questionário na pesquisa mencionada, o que nos permite estabelecer as análises bivariadas necessárias entre as variáveis que nos interessam), chegou à seguinte tabela:

Tabela 1: Adesão das mulheres brasileiras ao feminismo (Amostra A)³

Adesão das mulhe res brasileiras ao feminismo (Agregada)	Frequência	Percentual
É feminista	274	21,8
Não é feminista	510	40,7
Não sabe/confunde feminismo	470	37,5
Total	1.274	100,00

Preocupa-me sobremaneira, como já afirmado, tanto como feminista, mas, sobretudo, como acadêmica, estes 78,2% de mulheres brasileiras (a sua imensa maioria) que: ou não se considera feminista, ou não sabe dizer o que venha a ser o feminismo, confundindo-o. Este percentual deve nos levar a rever as estratégias que o movimento vem adotando e sobretudo, deve nos levar a um exame crítico a respeito das instâncias de institucionalização que estamos fomentando, bem como do impacto que estas estratégias têm tido sobre as percepções e valores das mulheres no Brasil. Não se trata aqui, é claro, de acreditar que 100% das mulheres brasileiras devam ou necessitem aderir aos valores feministas: mas trata-se de notar e de se inquietar com as 37,5% delas que sequer sabem o que isto significa.

Para esta mesma sub-amostra, vamos identificar a relação desta adesão ao feminismo, agora controlando-se por faixas de idade:

2 LURETIS, Teresa de. 1993, p. 96-122.

3 CHRISTIAN, Barbara. 2002, p. 85-97.

Tabela 2: Adesão das Mulheres Brasileiras ao Feminismo Por Faixas de Idade (Amostra A)

	É feminista	Não é feminista	Não sabe / confunde feminismo	Total
15 a 20 anos	65	82	44	191
	34%	43%	23%	100
21 a 30 anos	83	138	45	266
	31%	52%	17%	100
31 a 40 anos	45	149	41	235
	19%	63%	18%	100
41 a 50 anos	40	88	33	161
	24%	55%	21%	100
51 a 60 anos	26	48	33	107
	24%	45%	31%	100
61 ou mais anos	15	49	55	119
	13%	41%	46%	100
Total	274	554	251	1079
	25,4%	51,3%	23,3%	100

Fonte: Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo (2001). A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado apud OGANDO, Ana Carolina (2006). "Feminismo, Justiça e Reconhecimento: repensando a cidadania das mulheres no Brasil". Dissertação de Mestrado. DCP/UFGM.

A Tabela 2 acima nos demonstra algo esperado: que com a passagem dos anos e das gerações as mulheres brasileiras se identificam menos, ou aderem menos, ou não sabem bem definir o que seja o feminismo. As mulheres mais jovens (das duas faixas que compreendem dos 15 aos 20 e dos 21 aos 30 anos) são aquelas que têm maior adesão ao feminismo: 34% e 31%, respectivamente, sendo que este percentual decai na faixa dos 31 a 40 anos (19%), voltando a aumentar ligeiramente nas duas faixas seqüentes (24%), vindo finalmente a diminuir na faixa de maior idade (13%). Estes dados são compreensíveis, pois sabemos o quanto as transformações de âmbito cultural e dos valores são lentas. Evidentemente que nós hoje temos uma visão relativamente mais favorável ao feminismo do que tinham as nossas mães e, sobretudo, as nossas avós. Contudo, destaca-se, por exemplo, que as mulheres da faixa dos 31 aos 40 anos tenham adesão menor ao feminismo que aquelas de 41 anos em diante e talvez isto revele um certo gap geracional (ou algo da ordem de um vazio) não preenchido pelo feminismo brasileiro, já que as mulheres das faixas entre 41 a 60 anos, em alguma medida, podem ter sido (algumas delas certamente) aquelas sujeitas/agentes das transformações que culminaram, em parte substantiva do mundo, com a "revolução" feminista.

Para além do sinal positivo de que as mulheres mais novas (dos 15 aos 30 anos) estariam favoráveis aos valores pró-feministas (confirmando a possibilidade

de uma possível, mas frágil, renovação do movimento), observa-se um percentual alto de jovens mulheres brasileiras, 43% e 52%, respectivamente, que não se autodenominam feministas, ou ainda, que não sabem o que seja feminismo (23% e 17%, respectivamente). Estes dados nos revelam que nossa “revolução” restringiu-se bastante quando observado tal perfil etário. A seguir apresentamos os dados controlados desta vez pelas Zonas de Residência Urbano e Rural. Vejamos a Tabela:

Tabela 3: Adesão das Mulheres Brasileiras ao Feminismo Por Zonas de Residência (Amostra A)

	É feminista	Não é feminista	Não sabe / confunde feminismo	Total
Urbano	183	342	85	610
	30%	56%	14%	100
Rural	91	212	166	469
	19,4%	45,2%	35,4%	100
Total	274	554	251	1079
	25,4%	51,3%	23,3%	100

Como também era de se esperar, as mulheres rurais apresentam uma menor adesão (19,4,2% se consideram feministas) ao feminismo do que as mulheres urbanas (30% delas se consideram feministas). Claro está que o cosmopolitismo das grandes metrópoles e cidades pode afetar tal percepção, ou mesmo facilitar a imersão das mulheres brasileiras a outros valores compatíveis aos feministas (como o dos direitos humanos, por exemplo). Contudo, vale destaque esse percentual das mulheres do campo que já se identificam com os valores feministas (19,4%): podemos afirmar que em um âmbito em que seria previsível encontrarmos um profundo e persistente reduto de tradicionalismo, já estamos caminhando no sentido da mudança destes valores, destacando-se igualmente - também é preciso mencionar - o quanto ainda se está por fazer (já que há um percentual alto de mulheres rurais que afirma desconhecer ou confundir o feminismo: 35,4%). Vale destacar ainda o enorme percentual de mulheres urbanas, a sua maioria - 54%- que afirma não ser feminista ou mesmo desconhecer/confundir o que seja o feminismo: 14%.

Vejamos estes dados controlados agora por faixas de escolaridade. Estas é que são informações realmente perturbadoras e que, a meu ver, devem orientar parte de nosso debate aqui hoje.

Tabela 4: Adesão das Mulheres Brasileiras ao Feminismo Por Faixas de Escolaridade (Amostra A)

	É feminista	Não é feminista	Não sabe / confunde feminismo	Total
Ensino fundamental	149	334	221	704
	21,2%	47,4%	31,4%	100
Ensino médio	103	159	25	287
	35,9%	55,4%	8,7%	100
Ensino superior	20	59	2	81
	24,7%	72,8%	2,5%	100
Total	272	552	248	1072
	25,4%	51,5%	23,1%	100

Fonte: Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo (2001). A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado apud OGANDO, Ana Carolina (2006). “Feminismo, Justiça e Reconhecimento: repensando a cidadania das mulheres no Brasil”. Dissertação de Mestrado. DCP/UFGM.

Como vemos, as mulheres brasileiras com o ensino médio são aquelas que apresentam maior adesão ao feminismo (35,9%), confirmando os dados anteriores da Tabela 2 (referente à análise a respeito das faixas etárias). Por outra parte, as menos escolarizadas, de forma previsível, são as que mais afirmam confundir/desconhecer o feminismo (31,4%), sendo que estes percentuais vão diminuindo ao longo do aumento da escolarização, chegando a um valor que, ainda pequeno (2,5%), mesmo assim revela-se estranho, já que estamos aqui tratando das mulheres mais escolarizadas do país.

Cabe, contudo, destacar a informação que mais nos chamou a atenção nesta Tabela: a do aumento consistente dos percentuais de mulheres que não são feministas quando se aumenta, justamente, os níveis de escolaridade. Como explicar esse fenômeno do feminismo brasileiro não incorporar as mulheres mais escolarizadas de nosso país? Isto, certamente, nos diz mais alguma coisa. Se, por um lado, é positivo que a adesão das mulheres brasileiras ao feminismo não tenha se dado de maneira enviesada e exclusiva sobre um perfil único de escolaridade, ou seja, nosso feminismo não se caracteriza por ser elitizado dentro dos muros da academia; por outro lado, a segunda conclusão a ser retirada diz muito a respeito das nossas reflexões aqui neste encontro, e não é tão alvissareira. Se, são as mulheres mais escolarizadas (sobretudo aquelas com nível superior e mais) as cientistas brasileiras, e se elas não são feministas (já que 72,8% delas afirmam não sê-lo), como esperar que a ciência produzida (ou parte substantiva dela) tenha em seu escopo uma dimensão crítica de gênero e feminista?

Como compreendermos que, naquele âmbito em que mais se cria, fomenta, produz, reproduz e se difunde informação e conhecimento, o feminismo seja ainda um valor tão iníquo? Que tipo de ciência estamos, pois, (re)produzindo, se há uma fraca adesão das mulheres cientistas brasileiras ao feminismo?

Sabendo, igualmente, que é dentro das universidades e dos grandes centros de pesquisa que produzimos as bases do conhecimento que devem subsidiar a transformação da própria sociedade e sabendo que o feminismo está muito ausente como força propulsora efetiva destes espaços, que tipo de conhecimento é este que estaríamos a (re)produzir?

O que estamos tentando apontar é que, apesar de já termos nos constituído num legítimo movimento social, ainda não sermos atoras suficientemente capazes de influenciar politicamente e de forma decisiva as várias esferas de poder, sobretudo aquelas que são responsáveis por gerir e difundir duas pedras de toque de toda e qualquer sociedade: orçamento e conhecimento. Desta forma, também não conseguimos difundir maciçamente a urgente necessidade de transformação nos valores de gênero para, de fato, vivermos relações de gênero que se organizam em bases efetivamente democráticas.

Após mais de 30 anos de redemocratização do Brasil, continuamos a conviver com: índices de violência doméstica e de gênero aterradores; discriminações várias no mercado de trabalho; meios de comunicação que são incansáveis em “vender” símbolos pejorativos da figura feminina, reforçando e renovando estereótipos; partidos políticos que são espaços masculinos e masculinizados, nos quais é difícil encontrar mulheres (seja em quantidade, seja em qualidade) e a temática de gênero é sempre periférica e inexpressiva; universidades que já se constituem em espaços “feminizados”, mas também muito conservadores, sobretudo no que tange aos valores feministas; governos que quando incorporaram a temática de gênero, o fazem a partir de uma lógica superficial e também periférica (aspecto evidenciável pelo orçamento pífio que as áreas de governo referidas ao tema recebem).

O que estou visando apresentar é um quadro mais realista a respeito das urgências do processo de institucionalização do feminismo no Brasil. Destaco, pois, a existência de um refluxo do movimento feminista brasileiro, que, a meu ver, teria se debilitado diante deste novo estado democrático: (a) seja porque nós mulheres não ocupamos os espaços realmente formais da política (partidos, câmaras, assembléias legislativas, cargos executivos etc.); (b) seja porque uma geração fundamental e estratégica de mulheres feministas se encontra inserida, hoje, na tessitura do próprio estado; (c) seja por que não fomos verdadeiramente transformadoras deste valores nos nossos bancos universitários; (d) seja porque também a ONGização do movimento pulverizou estratégias mais subversivas; os resultados são os mesmos. Ainda somos poucas no Brasil, sobretudo diante do imenso desafio que precisa ser enfrentado! E somos em número muito menor ainda no âmbito universitário e acadêmico.

Sofremos substantivamente, até hoje, de formas bastante evidentes de dominação cultural e simbólica, já que estamos maciçamente sujeitas a padrões bem específicos de interpretação e significação que se encontram associados a uma cultura tradicional que nos é bem hostil. Não há, no Brasil, um reconhecimento massivo de nossas capacidades e de nossa atuação: o que permeia ainda a sociedade brasileira é um profundo desrespeito, as mulheres brasileiras são reiteradamente estereotipadas - de formas, às vezes, profundamente agressivas - nas relações cotidianas.

Claro que as universidades têm tido um papel fundamental em desconstruir tudo isso, ao alimentar os movimentos sociais com suas investigações; concordo também que exista uma articulação orgânica entre determinadas mulheres intelectuais e parte dos movimentos feministas e de mulheres; também entendo que, de algum modo, parte daquilo que vem sendo construído pelo conhecimento universitário tem servido como incentivo à elaboração e reformulação de políticas públicas (inclusive as de gênero e aquelas para as mulheres); reconheço também que algumas investigadoras, ao mesmo tempo, pertencem a Ongs importantes e estão em cargos de liderança política, e estas têm cumprido bem seu papel de influenciar as agendas. Mas a meu ver, tudo isso ainda é muito pouco.

Mas, de um ponto de vista democrático e verdadeiramente paritário à participação de gênero, as mudanças sociais que promovemos estão muito distantes de alterar, de forma radical e definitiva, valores, espaços e representações conservadoras e patriarcais sobre as mulheres. A imensa maioria das mulheres brasileiras continua dominada e oprimida, material e simbolicamente.

Passo agora a apresentar um momento desta caminhada em que se articulou uma importante aproximação dos movimentos de mulheres e o feminismo brasileiro com a academia: a constituição da RedeFem.

III

A Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas⁴ - RedeFem, foi criada em 1994 por iniciativa de pesquisadoras feministas de diversas universidades do país, com o objetivo de facilitar a interlocução entre as Ciências Humanas e os Estudos Feministas. Ela já realizou cinco encontros nacionais e dois seminários internacionais.

De forma sintética, os objetivos da Rede seriam: 1) Constituir-se como comunidade virtual para servir de referência para as ações da RedeFem, filiadas e comunidade nacional e internacional, que permita: cadastramento e filiação; biblioteca

4 HUTCHEON, Linda e HUTCHEON, Michael. 2003, p. 21-59.

virtual, informativo da RedeFem (sobre os encontros), bancos de dados de estudos e pesquisas feministas, biblioteca on line (links), editoração de publicações feministas; 2) Desenvolver pesquisas e projetos multilaterais e interinstitucionais em nível nacional e internacional; 3) Cursos de Capacitação on line; 4) Prestar assessoria especializada aos movimentos sociais (lista de pesquisadoras associadas); e 5) Realizar o encontro bienal da RedeFem. Os Grupos de Trabalho que em geral estão presentes nos encontros bianuais da Rede têm múltiplos enfoques: Educação; Teologia; Sexualidade e Saúde; Políticas Públicas; Raça e Etnia; Literatura e Linguagem; Representações Sociais; Direitos Reprodutivos e Bioética; Teorias Feministas; Direito e Filosofia; Metodologia de Pesquisa Feminista, entre outros.

No primeiro encontro nacional (agosto de 1994) no Campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, as pesquisadoras feministas elegeram, como central, problematizar se o feminismo seria uma ideologia que, pela sua tendenciosidade, leva a práticas contrárias ao espírito científico ou, ao contrário, se o feminismo representaria uma estratégia teórica, metodológica e política de correção de vieses anti-científicos que desconsideram a perspectiva das mulheres no corpo de conhecimentos disciplinares.

Um primeiro exame das dificuldades e aportes críticos semelhantes, em diversas áreas do conhecimento, possibilitou observar, de modo sistemático e comparado, os problemas encontrados não apenas nos estudos de estratificação, mas também no que se refere a outras especialidades da Sociologia e de outras disciplinas, como Economia, Antropologia, Psicanálise, Literatura, Demografia e História. Os resultados deste encontro foram reunidos na coletânea “Gênero e Ciências Humanas: enfoques feministas e as tradições disciplinares na academia”. Um exame cuidadoso apontou para as críticas às disciplinas, cujas perspectivas teóricas e metodológicas resultavam sistematicamente na exclusão das mulheres, sendo estas dificuldades transmitidas de geração para geração, uma vez que essas perspectivas não têm sido incorporadas ao corpo dos variados ramos das áreas do conhecimento.

Portanto, pode-se afirmar que desde o momento mesmo da sua criação/fundação, a RedeFem estava ciente da importância de seu papel crítico dentro das universidades e na produção/difusão do conhecimento, pois efetuado um primeiro balanço, derivado dos enfoques feministas, descobriu-se a riqueza da comparação interdisciplinar e as inúmeras possibilidades exploradas pela visão de gênero em cada disciplina que poderiam contribuir criticamente para o desenvolvimento do mesmo tipo de análise efetuado por várias tradições. O seminário “Pós-Beijing – Desafios”, em novembro de 1995, reuniu o Coletivo Coordenador da Rede à época e mais um grupo de pesquisadoras e parlamentares em Brasília, campus da Unb. Este momento foi caracterizado pela necessidade de: estimular nossos governantes, bem como a sociedade, a tornarem efetivas as diretrizes de ação das Nações Unidas; e consolidar a RedeFem juridicamente, instituindo sua existência e dando corpo à sua estrutura e aos modos de organização futuros.

O segundo encontro nacional da rede (maio de 1998), na Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha, colocou como eixos centrais para a discussão: (a) Quais os novos desafios dos enfoques feministas para as Ciências Humanas? (b) Para onde vamos na análise de gênero e sociedade? (c) Quais seriam os limites da própria empiria e quais as incidências do enfoque de gênero na produção e construção do conhecimento? (d) O que está ainda para ser conhecido que desafia essas discussões? O seminário se propôs a dar continuidade ao levantamento dos Enfoques Feministas e aos Conhecimentos Disciplinares, concedendo espaço para os balanços que não puderam ser efetuados durante o primeiro encontro, como aqueles que se referem à Medicina, ao Direito, à Biologia, à Engenharia de Produção, à Geografia, à Filosofia, entre outros campos do conhecimento que ainda necessitam de uma reflexão crítica.

O terceiro encontro nacional (setembro de 2001), realizado na Universidade Federal Fluminense, Campus do Gragoatá, revestiu-se do caráter de consolidação da RedeFem e ampliação das suas integrantes. O encontro reuniu mais de 400 pesquisadoras (entre acadêmicas, estudantes interessadas na temática de gênero e representantes de Ongs) e representou a continuidade de esforços iniciais e a proposta de consolidação de um espaço para mais e mais intercâmbios, sempre aberto a tantas novas fronteiras de conhecimento e campos de pesquisa, ensino e extensão. Sua organização programática sugeriu, ainda, a preocupação em refletir a pluralidade temática, estimulando indagações sobre as metodologias formuladas sob o olhar feminista e o aprofundando da especificidade do conhecimento gerado pelos estudos de mulheres e de gênero. O encontro contemplou: (1) a consolidação do espaço de intercâmbio de cunho científico-acadêmico no campo de estudos das mulheres, das relações de gênero e dos enfoques feministas, no âmbito das diferentes disciplinas, nas instituições acadêmicas e noutras fora dela; (2) a continuidade da iniciativa de atualização e de propagação do conhecimento nas diferentes disciplinas; (3) um balanço do alcance de teorias e metodologias geradas pelos estudos feministas e de suas repercussões sobre o conhecimento; (4) a avaliação do conhecimento produzido no Brasil em comparação com a extensão e os conteúdos alcançados em centros internacionais de pesquisa avançada; e (5) a avaliação das estratégias no espaço universitário de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelas perspectivas teóricas e metodológicas privilegiadas na rede.

A expansão da RedeFem foi caracterizada pela proposição e discussão de outros Grupos de Trabalho abrangendo novas temáticas como desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Houve uma sinergia quanto à emergência de novas áreas para as questões feministas, de gênero e das mulheres, apontando para os resultados do investimento das pesquisadoras seniores na última década, bem como a necessidade de incorporar outros agentes sociais que, além da ação, produzem e acumulam conhecimento imprescindível para o fortalecimento da RedeFem.

O quarto encontro (novembro de 2003) realizou-se em Gramado, sede também do primeiro encontro internacional com foco sobre o Mercosul, o feminismo e as mulheres. Esta primeira abertura internacional culminou com o último e o quinto encontro (dezembro de 2005) realizado há poucos meses, na cidade de Salvador, e contou com a inédita abertura para as universidades, centros e redes acadêmicas de toda a América Latina e Caribe, congregando em seu bojo eventos bastante relevantes, a saber: o VII Encontro de Centros y Programas de Estudios de la Mujer y de Género en Instituciones de Educación Superior de América Latina y del Caribe; o XII Encontro da Rede Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, bem como o XI Simpósio Bahiano de Pesquisadoras sobre Mulher e Relações de Gênero. Este último encontro contou com a apresentação de mais de 350 trabalhos de participantes com trabalhos de pesquisa de nível de Mestrado ou acima. Atualmente a rede deveria contar com mais de 50 núcleos e grupos de estudos, distribuídos por todas as regiões do Brasil, com condições de oferecer suporte às suas ações. Mas sua atuação efetiva tem deixado muito a desejar.

Ou seja, não se discute que sabemos (e muito bem) nos organizar acadêmica e bianualmente para trocarmos idéias, projetos, propostas, teorias, resultados de pesquisa etc. No entanto, a RedeFem foi pensada para ser algo muito além disto. Todavia o agente central e elemento essencial da rede são os seus núcleos universitários de pesquisa, sediados nas universidades. Se estes não estiverem funcionando em condições mínimas (infra-estruturais e de recursos humanos), como a rede poderá vir a funcionar de maneira realmente eficaz?

Cabe nos indagar, portanto: quais são as reais condições de nossos atuais núcleos universitários de pesquisa sobre mulheres, feminismo e relações de gênero no Brasil? Aliás, quantos núcleos de pesquisa existem, mesmo, hoje no Brasil? Em que condições, sejam de recursos materiais e infra-estruturais, sejam de recursos humanos, eles vêm funcionando? Quem os coordena? Quais são as suas linhas de pesquisa e investigação? Que tipo de ações eles vêm efetivamente desenvolvendo? Que lugar eles têm ocupado dentro do espaço universitário? Como se estabelece a relação deles com os docentes? Os discentes? O pessoal administrativo? As Reitorias e Pró-Reitorias?

Infelizmente, enquanto coordenadora da RedeFem não posso responder a estas perguntas básicas que julgo cruciais para o real trabalho em rede. O formato de trabalho que vem sendo desenvolvido pela RedeFem no Brasil (mesmo anteriormente a mim), priorizando quase exclusivamente a realização dos encontros bianuais, é muito menor do que aquele que, de fato, a rede poderia vir a realizar. O que está faltando, então?

Respondo: institucionalização de fato e recursos, pois a rede ainda não possui status jurídico e formal como entidade da sociedade civil (incluindo um CGC)

e, também, não possui um centavo de orçamento que possa ser gerido. Estes dois pontos são estrangulamentos óbvios à sua capacidade de atuação e intervenção.

IV

Quero destacar que, certamente, estamos hoje numa posição mais estabelecida e madura do que já estivemos. Claramente a RedeFem poderia vir a funcionar para nós – mulheres e cientistas – como um ponto de estabilização para o novo campo de saber que intitulei em outro artigo como sendo um campo de gênero⁵ – espaço de interação, difusão de conhecimento, trocas várias, comunicação e, sobretudo, de reconhecimento e proposição de mudanças.

Os vários formatos dos movimentos feministas em distintos países, inclusive no Brasil, têm deixado um legado civilizatório inegável para as sociedades onde floresceram e se multiplicaram. As reformulações que vêm sendo empreendidas, naqueles aspectos mais centrais, referentes aos problemas da sociedade brasileira, tais como: a discussão sobre a feminização da pobreza, a universalização da educação básica e fundamental, o maior acesso aos bancos universitários, o questionamento das formas injustas de discriminações presentes no mercado de trabalho, o acesso mais livre a uma cesta variada de políticas públicas que hoje já possuem um viés de gênero (incluindo aí sobretudo aquelas no campo da saúde e da segurança e defesa sociais) – e isto para citar apenas alguns pontos mais relevantes, têm hoje um toque feminista incontestável.

Sabemos que entre as nossas discussões mais acirradas se encontram os temas paradoxais que constituem o já referido, em artigo anterior, “núcleo duro” deste novo campo. Entre eles se destaca, sem dúvida alguma, o tema do universalismo, da igualdade, do reconhecimento e da diferença que, em termos de uma lógica de políticas públicas, por exemplo, pode ser repostado no já igualmente famoso debate a respeito da universalização e focalização das políticas.

O que estamos tentando fazer aqui avançar é a constatação de que esta oscilação – ora focalização, ora universalização – é a matéria prima constituinte e constitutiva do próprio processo de caminhada rumo às conquistas das mulheres, às conquistas empreendidas no campo paradoxal de gênero. Assim como é também “normal” fluxos e refluxos no movimento feminista. Em alguns momentos, histórica e contingentemente, é necessário fazer avançar demandas e reivindicações de IGUALDADE (lógicas de ação e intervenção mais universalizantes como, por exemplo, sobre as famílias); em outros momentos, o que pode ser estratégico e factível são demandas e reivindicações pela afirmação das DIFERENÇAS (lógicas de ação e intervenção mais focalizadas sobre as mulheres dentro das famílias).

5 Foi o que fundamos na Universidade Federal de Santa Catarina em 20 de dezembro de 2005.

Mas como estivemos tentando demonstrar: muito ainda se encontra por fazer, sobretudo no que tange ao nosso evidente déficit de reconhecimento. Fraser (1996) nos fala do crucial estabelecimento da igualdade entre os gêneros, a partir do que ela define como “participação paritária”. A autora estabelece duas pré-condições simultâneas para esta conquista: uma objetiva – a efetiva distribuição de recursos materiais que possam garantir independência e voz ativa aos participantes- e uma intersubjetiva – remetendo-nos a padrões institucionalizados de interpretação e avaliação, expressos na igualdade efetiva de oportunidades, para que se possa alcançar livremente auto-estima, auto-respeito e reconhecimento mútuo.

Por um lado, a dominação econômica e material, nós estamos tentando romper e desmontar, mas a dominação simbólica/cultural ainda nos enfraquece e muito: como vimos, nem entre nós, as mulheres mais escolarizadas do país, conseguimos instaurar um processo verdadeiramente transformativo, no sentido de uma (re)leitura feminista das ciências e do mundo.

Sabemos que as relações entre instituições (tal como o Estado, as Universidades etc.) e pessoas que a elas estão vinculadas são relações atravessadas pelo poder. Eminentemente políticas, portanto estas relações estabelecidas entre as usuárias mulheres das políticas, o Estado brasileiro e aquelas instituições de ensino que gestam ou pensam tais políticas deveriam destacar o papel crucial da atuação feminina, seja como mulheres, seja como mães, seja como feministas, na promoção e manutenção do desenvolvimento sustentável das famílias e do próprio país. Os nossos Núcleos de estudo têm um papel relevantíssimo a desempenhar neste processo, mas não o fazem (ou muito poucos o estão fazendo).

Estamos muito longe da realização destes objetivos, já que estes mesmos núcleos de pesquisa, com pouquíssimas e raras exceções, estão sucateados, verdadeiramente abandonados ou sitiados pelas figuras A ou B, sem o mínimo de infraestrutura ou recursos humanos que garantam seu bom funcionamento. Neste contexto e condições, estes Núcleos têm tido um papel reduzidíssimo numa influência feminista dos saberes produzidos dentro dos muros universitários. A RedeFem parece existir por insistência, não havendo como já afirmado, mesmo após dez anos de sua existência, a sua formalização concreta (com endereço, sede, foro, financiamento e orçamento próprios) e sua capacidade de influenciar e decidir, em qualquer nível, tem sido também mínima.

A RedeFem seria o espaço institucional mais adequado para funcionar como aglutinador destas discussões fundamentais e, por isso, que decidimos, em Assembléia Geral realizada no encontro último de Salvador, estabelecer um processo profundo de reformulação. Convidamos a todas e todos que venham a se somar a exata transformação, quando elegeremos o próximo coletivo coordenador aqui neste Encontro. É preciso, contudo, avançar e tratar também dos Núcleos que deveriam oxigenar a rede.

A constituição da RedeFe é, sem dúvida alguma, uma conquista do campo de gênero e feminista, mas sozinha e nas condições atuais (reflexo daquilo que uma investigação a respeito da situação dos Núcleos certamente vai evidenciar) pouco ou nada pode efetivamente realizar.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, 2004), ao destacar sua “natureza” salienta:

“A proposição de uma Política Nacional para as Mulheres na direção da igualdade e equidade de gênero – considerando raça e etnia e a livre orientação sexual – implica, em primeiro lugar, em reconhecer que a organização do estado, especialmente a sua lógica de formulação de políticas, interfere na vida das mulheres determinando, sancionando, reproduzindo ou alterando padrões de relações de gênero, raça e etnia, e a liberdade de orientação sexual. E, na medida em que reconhecemos que essas relações têm um caráter sistêmico, o alcance de uma Política Nacional deve interferir no sentido das ações do Estado” (PNPM, 2004, p XX, *negritos meus*).

Desmistificar a atuação supostamente “neutra” do estado/governo brasileiro⁶ também é uma conquista empreendida pelo campo de gênero e feminista. Os governos têm sistematicamente adotado políticas que têm sim, efetivamente, o poder de interferir direta e imediatamente na vida das pessoas (e em especial das mulheres), mas que nem sempre, infelizmente, estas “intenções” estão claramente apresentadas. Aqui estas intenções parecem-me claras: estamos todas e todos aqui para discutir a atuação geral das mulheres nas ciências, financiadas por uma Secretaria de estado, com status de Ministério, que tem em seu escopo este tipo de preocupação e, sobretudo, alguns recursos. Mas também é preciso que se diga como é recorrente que boa parte das políticas relacionadas às particularidades das mulheres têm recebido um orçamento risível, revelando a incorporação apenas parcial que certos governos têm realizado.

Se não conseguimos convencer, sequer a grande maioria das mulheres mais escolarizadas do país, que precisamos de uma verdadeira “revolução simbólica” para fazer frente aos desafios da opressão que cotidianamente sofremos, como e quando seremos então capazes de convencer os homens – cientistas ou não – para que eles também sejam capazes de se deslocar de sua posição hegemônica e desconstruir, de fato, as posições tradicionais atinentes ao gênero masculino? Para que eles também venham a nos ajudar a reinventar vínculos e participação sociais mais simétricos, paritários e democráticos num campo sempre conflituoso de interações de gênero?

6 * Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFMG, Coordenadora da RedeFem (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas), Coordenadora do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) da UFMG, Conselheira Estadual da Mulher, Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, Mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e Psicóloga pela UFMG.

Boas intenções e propósitos nobres e simpáticos à causa de gênero e feminista são condições necessárias, mas não suficientes para o avanço real das condições de assimetria e desigualdades de gênero no Brasil. Nas universidades, o impacto do feminismo tem sido residual e ainda muito tímido. Interferir neste processo de institucionalização dos estudos de gênero, desta vez por dentro das próprias universidades brasileiras, seria um passo fundamental e bastante estratégico para reconstruir esta paisagem. A RedeFem, certamente, tem um papel crucial a desempenhar neste processo.

É sabido que o pensamento feminista e de gênero têm nos oferecido ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas que já são responsáveis pela formação de algumas gerações de pensadores acadêmicos e de intelectuais mulheres, e de alguns poucos homens. Penso que um forte avanço no sentido da concretização da institucionalização deste novo campo de gênero e feminista, se dará, sobretudo, através do apoio sistemático e efetivo aos Núcleos de Estudos de Mulheres, Feminismo e Relações de Gênero, nas universidades brasileiras. Este apoio, além de produzir uma maior visibilização da temática e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas revisões e reelaborações de questões que são centrais nas ciências, em todas as áreas do saber universitário. Com os Núcleos fortalecidos teríamos condições infra-estruturais de subsidiar a RedeFem, mantendo-a financeiramente e realizando, de fato, os outros objetivos para os quais a mesma foi criada. Mas ainda não tivemos as condições materiais, a maturidade e, nem mesmo, o consenso cultural e simbólico suficientes para deflagrar essa outra “revolução”. Mas o tempo de realizá-la não é outro senão agora mesmo.

O espaço que está conquistado necessita ser definitivamente consolidado, mantido e, como visto, verdadeiramente ampliado. Sinceramente é isso que gostaria de ver (re)construído ou recomeçado aqui.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: enfoques feministas e as tradições disciplinares na academia*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- FRASER, Nancy. *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation*. The Tanner Lectures on Human Values, Delivered at Stanford University, April 30-May2, 1996.
- _____. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*. New York: Routledge, 1997.
- A VENTURI, Gustavo, RECAMAN, Marisol & OLIVEIRA, Suely. *A Mulher Brasileira no Espaço Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Núcleo de Opinião Pública, 2001.
- MATOS, Marlise. *Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um campo novo para as Ciências Humanas e Sociais*. Trabalho Apresentado no V Encontro Nacional da RedeFem e I Seminários Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI. Mesa Redonda: "Repensando as Redes", Salvador, dezembro de 2005.
- OGANDO, Ana Carolina. *Feminismo, Justiça e Reconhecimento: repensando a cidadania das mulheres no Brasil*. Dissertação de Mestrado. DCP/UFGM, 2006.
- REDEFEM (2000). *Plano de Ação Global*. Gestão 2001/03, FAGED-UFRGS e NIEM, Coordenadora Marie Jane Carvalho.



PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA NAS AMÉRICAS: A EXPERIÊNCIA DA OEA

Alice Rangel de Paiva Abreu¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma experiência recente na Organização dos Estados Americanos, OEA, para definir propostas e estratégias relacionadas à introdução da perspectiva de gênero nas políticas e programas de ciência, tecnologia e inovação dos 34 países membros no Hemisfério. De janeiro de 2003 a janeiro de 2006, tive a honra de dirigir, primeiro, o Escritório de Ciência e Tecnologia e posteriormente o Escritório de Educação Ciência e Tecnologia. Nesse período dois grandes objetivos estruturaram o trabalho realizado pelo Escritório, na área de ciência e tecnologia. O primeiro foi realizar a primeira reunião hemisférica de Ministros de Ciência e Tecnologia no âmbito da OEA e o segundo contribuir para a preparação da IV Cúpula das Américas nas áreas sob a responsabilidade do Escritório. Este trabalho relata as atividades específicas para definir prioridades e propostas relacionadas com a perspectiva de gênero na área de ciência e tecnologia e está dividido em duas partes. A primeira faz uma breve apresentação da OEA e do Escritório de Educação Ciência e Tecnologia e das atividades relacionada à área de Ciência e Tecnologia como um todo. A segunda relata as atividades específicas relacionadas a gênero, ciência e tecnologia.

A OEA e o Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia

A Organização dos Estados Americanos é uma organização multilateral que reúne os 34 países do Hemisfério Ocidental e é o foro político mais importante da região, oferecendo oportunidade de diálogo político e informando o diálogo político com o conhecimento técnico que provém das reuniões ministeriais nas diversas áreas prioritárias definidas pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), bem como das Comissões Interamericanas a elas associa-

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Mestre em Sociologia pela London School of Economics and Political Science da Universidade de Londres. Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro até aposentar-se em 2005. Foi Vice Presidente do CNPq de novembro de 1999 a dezembro de 2002. Foi Diretora do Escritório de Educação Ciência e Tecnologia da Organização dos Estados Americanos em Washington, EEUU, de 2003 a 2006, coordenando o estabelecimento de prioridades e o desenvolvimento de cooperação horizontal nessas áreas nos países da região. Foi presidente do Research Committee 30 Sociologia do Trabalho da Associação Internacional de Sociologia - ISA e acaba de ser reeleita para seu segundo mandato no Comitê Executivo da Associação.

das. Os diferentes escritórios ligados à Secretaria Geral da OEA cooperam igualmente para traduzir o diálogo substantivo em estratégias concretas de cooperação, especialmente de cooperação horizontal entre os países membros.

O Escritório de Educação Ciência e Tecnologia, que teve a honra de dirigir de janeiro de 2003 a janeiro de 2006, é a Secretaria Técnica das Reuniões Ministeriais e das Comissões Interamericanas e o espaço de coordenação da cooperação técnica, nas suas cinco áreas de competência: Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura, Desenvolvimento Social e Trabalho.

Na área de Ciência e Tecnologia, o Escritório desenvolveu em 2003 e 2004 um projeto intitulado Projeto de Cooperação Hemisférica e Desenvolvimento de Política Científica e Tecnológica, cujo objetivo principal era o de gerar políticas e estratégias de ciência e tecnologia para as Américas nas áreas prioritárias definidas pela Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia, a COMCYT.

Com essa finalidade, e como parte da implementação do projeto, foram realizados quatro workshops: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Aumento da Competitividade do Setor Produtivo; Desenvolvimento Científico e Tecnológico nas Américas; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social; e Popularização da Ciência e Tecnologia, co-patrocinados pelos governos da Argentina, Equador, Jamaica e Brasil, respectivamente, e em coordenação com o OEST. Esses workshops especializados reuniram destacadas autoridades em ciência e tecnologia e representantes das organizações nacionais de ciência e tecnologia, com o objetivo de discutir e formular propostas de políticas de ciência e tecnologia nas áreas prioritárias definidas. Participaram no total 86 especialistas de 16 Estados membros.

O resultado desse processo está publicado no documento “Ciência, Tecnologia, Engenharia e Inovação para o Desenvolvimento: Uma visão para as Américas no Século XXI”, que está disponível em três idiomas - espanhol, inglês e português - e que pode ser encontrado no endereço eletrônico <http://www.oest.oas.org>.

As políticas e recomendações decorrentes desse projeto contribuíram de forma significativa para a agenda da Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia no âmbito do CIDI, que foi realizada em Lima, Peru, em 11 e 12 de novembro de 2004. A Declaração de Lima reconhece o papel fundamental da ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento de todos os países do hemisfério e se compromete a uma série de ações que permitam o desenvolvimento crescente dessa área. O texto integral da Declaração de Lima pode ser encontrado em:

<http://www.science.oas.org/ministerial/espanol/documentos/docfinales/RE-MCYT-I-DECLARACION-POR.pdf>.

No Plano de Ação de Lima, que pode ser encontrado em:

<http://www.science.oas.org/ministerial/espanol/documentos/docfinales/RE-MCYT-I-PLAN%20DE%20ACCION-POR.pdf>, os ministros estabeleceram sete compromissos centrais, a saber:

- I. Estímulo ao investimento em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento;
- II. Fortalecimento da infra-estrutura nacional e regional;
- III. Fortalecimento de políticas nacionais, regionais e hemisféricas;
- IV. Fortalecimento e divulgação da ciência, tecnologia, engenharia e inovação científica;
- V. Fortalecimento de programas de indicadores de ciência e tecnologia, bancos de dados, portais, publicações e revistas científicas; VI. Iniciativas hemisféricas;
- VII. Seguimento das reuniões de Ministros e altas Autoridades de Ciência e Tecnologia.

As quinze Iniciativas Hemisféricas aprovadas e descritas no item VI foram:

1. **“Recomendações para a inserção de uma perspectiva de gênero em políticas e programas de ciência e tecnologia nas Américas”** - Desenvolver as ações necessárias para integrar a perspectiva de gênero a políticas e programas de ciência e tecnologia nos Estados membros, a fim de alcançar a participação da mulher e do homem. Mulheres e homens deveriam ser parceiros iguais no desenho, produção e fruição dos benefícios da sociedade do conhecimento;
2. **“Engenharia para as Américas”** - Formar capacidade local em engenharia, a fim de gerar conhecimento que assegure a solução de necessidades locais e abra caminho para a competição por oportunidades globais. A excelência em engenharia é ingrediente essencial na aplicação da ciência e tecnologia à solução dos problemas econômicos e sociais mundiais, para alcançar crescimento econômico;
3. **“A colaboração interamericana em materiais e o Programa Interamericano de Colaboração em Materiais (CIAM)”** - Apoiar a colaboração para a pesquisa conjunta de materiais e em nanotecnologia, fortalecendo o programa multiagencial coordenado CIAM e seus esforços para expandir a formação de redes entre cientistas de países participantes das Américas;
4. **“As redes nacionais de pesquisa e educação (RNPEs) nas Américas e a cooperação interamericana de redes avançadas (CLARA)”** - Desenvolver redes avançadas e a infra-estrutura para interconectar capacidades humanas, recursos especializados e laboratórios, sensores e instrumentos compartilhados, bancos de dados e suas organizações de pesquisa, para fortalecer a educação, a

ciência, a tecnologia e a saúde nas Américas no século 21 mediante o uso de instrumentos existentes, como é o Projeto CLARA;

5. “Pesquisa da mudança global por meio do Instituto Interamericano de Mudança Global (IAI)” - Apoiar o fortalecimento do Instituto Interamericano de Pesquisa da Mudança Global (IAI), reconhecendo a importância de desenvolver a capacidade de compreensão do impacto integrado da mudança global sobre os ambientes regional e continental nas Américas, e promover a pesquisa em colaboração e a ação informada em todos os níveis;

6. “Programa Interamericano de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação” - Apoiar a criação de um programa regional de indicadores de ciência e tecnologia, utilizando os mecanismos de cooperação atuais da Rede Ibero-Americana/Rede Interamericana de Ciência e Tecnologia (RYCIT), reconhecer a importância da medição do impacto social diferenciado de programas nacionais e regionais de ciência e tecnologia para o desenvolvimento e promover a formulação de indicadores setoriais, levando em conta o desdobramento por sexo;

7. “Popularização da ciência” - Apoiar programas e atividades de fortalecimento da compreensão do público sobre as ciências, tanto no nível nacional como regional, reconhecendo o papel crítico que a popularização da ciência e tecnologia desempenha no desenvolvimento sócio-econômico, cultural e ambiental dos países das Américas;

8. “Informação geoespacial para o desenvolvimento integral das Américas” - Promover e consolidar o renovado papel dos sistemas de informação geográfica para o desenvolvimento integral do Hemisfério, e facilitar projetos que estimulem serviços de informação geográfica como base para o planejamento e o processo decisório nos nossos países;

9. “Metrologia legal para o Caribe” - Apoiar a criação de uma infra-estrutura metrológica confiável para os países do Caribe, que ofereçam bons padrões, serviços de calibração, laboratórios para testes, sistemas de controle de qualidade e certificação reconhecida, para superar barreiras técnicas ao comércio e facilitar sua integração mais eficiente na economia de mercado mundial.

10. “Formação de redes avançadas para a região do Caribe” - Apoiar o estabelecimento de redes avançadas na região do Caribe, com interconexões através da América Central e dos demais países do Hemisfério Ocidental, reconhecendo que a formação de redes é um veículo crítico para impulsionar países da região como economias competitivas baseadas no conhecimento. Isto beneficiará projetos como a Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas (CLARA);

11. “Educação científica com o apoio da Rede Interamericana de Academias de Ciência (IANAS)” - Apoiar iniciativas de educação científica nas Américas, em particular a Rede Interamericana de Academias de Ciências (IANAS) e a

Educação Científica Baseada na Pesquisa (IBSE), por meio das quais possam os nossos povos entender a importância do esforço científico para o seu desenvolvimento cultural e sócio-econômico. A educação científica é o meio mais importante para que as sociedades nacionais de todos os países se familiarizem com seus valores, conceitos e objetivos;

12. “Biotecnologia para as Américas” - Estimular a formulação de um programa de biotecnologia para as Américas, que habilite os países da região a aumentar seu compromisso com a pesquisa e o desenvolvimento e estabelecer esforços de colaboração no nível hemisférico, desenvolver recursos humanos e a infra-estrutura e montar um arcabouço legal que possibilite o desenvolvimento da biotecnologia. Atenção especial será atribuída à aplicação da biotecnologia na agricultura tropical a fim de melhorar a nutrição dos alimentos básicos;

13. “Governo digital nas Américas” - Apoiar uma iniciativa regional de colaboração em governo digital que permitiria o desenvolvimento ativo e a aplicação da ciência e tecnologia à implementação do governo digital, a fim de fornecer o potencial para a redução dos gastos públicos e a melhoria dos serviços aos cidadãos; facilitar o compartilhamento de dados entre países e entre agências para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico; e permitir aos governos se beneficiarem dos esforços mútuos de automação digital e ampliá-los;

14. “Bases de dados, portais, publicações e revistas científicas” - Apoiar a expansão e divulgação de redes regionais de informação, bancos de dados, portais, catálogos de revistas e publicações científicas baseadas na Internet que fortaleçam a gestão da atividade científica e tecnológica e da inovação, tais como: a Rede Internacional de Fontes de Informação e Conhecimento para a Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação (Rede ScienTI); a Plataforma Latites, do Brasil; a Rede de Informação em Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe (INFOCyT); a Biblioteca Científica Online (SciELO); e o Sistema Regional de Informação para Publicações Científicas Online da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Latindex), para que possam ser acessadas em outros países da região;

15. “Competitividade Produtiva e Emprego para as Américas” - Apoiar a implementação de um Programa de Competitividade Produtiva e Emprego para a região que considere uma agenda social e de trabalho como parte integrante do crescimento econômico e como uma maneira de assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios.

Todo esse processo contribuiu de forma importante para garantir a inclusão do tema de ciência e tecnologia, inclusive o de gênero, nos textos aprovados pe-

los Chefes de Estado e de Governo, reunidos na IV Cúpulas das Américas, que teve lugar em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005. Os documentos oficiais da IV Cúpula das Américas podem ser encontrados em <http://www.summitamericas.org/defaults.htm>

Gênero, ciência e tecnologia nas Américas – o papel da OEA e iniciativas nacionais

Na área específica de gênero, ciência e tecnologia, o Escritório de Educação Ciência e Tecnologia teve, nesse período, inúmeras iniciativas. Quer iniciativas específicas sobre o tema, quer introduzindo o tema de gênero em outras iniciativas da área de ciência e tecnologia.

Propostas sobre gênero, ciência e tecnologia

No primeiro caso, o Escritório promoveu a integração de uma perspectiva de gênero nas políticas e programas de C & T nas Américas desde 2003, em colaboração com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), com o Gender Advisory Board (GAB) da UNCSTD e com a Cátedra Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina da UNESCO. Essa área foi uma das áreas prioritárias definidas pela COMCYT em 2003 e ratificada na reunião Ministerial de 2004.

É também parte do Programa Inter Americano de Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres e da Igualdade e Equidade de Gênero (IAP) adotado na XXX AG da OEA, que tem entre seus objetivos promover a participação plena e igualitária da mulher em todos os aspectos do desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Para desenvolver adequadamente uma proposta para a área, o Escritório conseguiu um apoio do IDRC (International Development Research Center) do Canadá, que financiou dois trabalhos para consolidar o material existente sobre o tema, no hemisfério ocidental e em outras regiões do mundo. O objetivo de cada trabalho era fazer um levantamento das propostas resultantes das diversas reuniões realizadas desde 1997 e que nunca tinham sido sistematizadas e confrontadas num único documento.

O trabalho preparado por Sophia Huyer, Diretora Executiva do Gender Advisory Board da UNCSTD, Gender Equality and S&T Knowledge and Policy at the International Level / S&T for Gender Equality and Social Development, é um exaustivo levantamento dos resultados dos trabalhos realizados em 1995 pelo Grupo de Trabalho de Gênero da Comissão das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; das propostas advindas da Conferência

Mundial da Ciência em 1999, em Budapeste, da reunião sobre Gênero em Beijin, da reunião de seguimento Beijin +5 e do Fórum Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), bem como de iniciativas da União Européia e de outras organizações internacionais.

O trabalho preparado por Gloria Bonder, Coordenadora da Cátedra UNESCO Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina, Equidad de Género en Ciencia y Tecnología en América Latina: Bases y proyecciones en la construcción de conocimientos, agendas e institucionalidades, apresenta uma avaliação do estado da pesquisa, dos debates e das propostas de ação em matéria de gênero, ciência e tecnologia em desenvolvimento na América Latina nos últimos dez anos, apresentando orientações para a ação futura que recuperem e atualizem o trabalho realizado pelos diferentes atores.

Os dois trabalhos estão disponíveis apenas nos idiomas originais, o primeiro em inglês e o segundo em espanhol, e podem ser encontrados em:

<http://www.science.oas.org/ministerial/ingles/documentos/portadaciencia6.pdf>.

Os trabalhos mencionados formaram a base da discussão de uma Reunião Hemisférica de Especialistas em Gênero, Ciência e Tecnologia, organizada em Agosto de 2004, em Washington, EEUU, para preparar as recomendações para integrar uma perspectiva de gênero nas políticas e programas em C & T nos países interamericanos. A reunião foi organizada pelo Escritório de Educação, Ciência e Tecnologia em colaboração com a Comissão Interamericana de Mulheres, o Gender Advisory Board da Comissão da Nações Unidas de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e a Cátedra UNESCO Mulher Ciência e Tecnologia na América Latina.

As recomendações foram apresentadas na reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia de Lima e aprovadas como uma das iniciativas hemisféricas na Declaração e Plano de Ação de Lima. O texto integral das recomendações pode ser encontrado no endereço anteriormente mencionado.

As recomendações enfatizaram sete pontos importantes para ação:

- 1. Fortalecimento institucional: estratégias chaves para um novo compromisso com a sociedade** – É necessário assegurar que a perspectiva de gênero esteja integrada nas políticas e programas de Ciência e Tecnologia dos Estados Membros, com o suporte apropriado de alocação orçamentária adequada, de forma a que mulheres e homens possam alcançar uma representação e um desenvolvimento equitativos em ciência, tecnologia, engenharia e inovação no mercado de trabalho, tanto industrial como acadêmico, bem como nos foros de decisão e na política nacional, regional e internacional;
- 2. Criação, aquisição, utilização e disseminação do conhecimento** - No sé-

culo 21, a criação, aquisição, utilização e disseminação do conhecimento deve ter a participação integral de homens e mulheres. Para atingir este objetivo, é necessário integrar plenamente a perspectiva de gênero na ciência, tecnologia, engenharia e inovação e é preciso gerar, compilar e disseminar o conhecimento para garantir uma política e um processo decisório efetivos baseados em evidência;

3. Educação e capacitação – equidade de gênero no acesso e na qualidade - A mais alta prioridade deve ser dada à melhor qualidade da educação científica e tecnológica em todos os níveis, com atenção particular na eliminação dos efeitos da discriminação de gênero e na promoção da criatividade e do espírito crítico, especialmente na educação inicial;

4. Na direção de uma força de trabalho em C & T com equidade de gênero - Apesar do aumento de mulheres e meninas inscritas em disciplinas científicas e tecnológicas, a relação entre a formação de mulheres nestas áreas e seu ingresso, retenção e promoção no mercado de trabalho científico/tecnológico é baixa. Isto representa uma perda no investimento na educação científica, bem como na capacidade científica nacional;

5. A ciência e a Tecnologia para o desenvolvimento econômico e social: não podemos prescindir de otimizar o uso da capacidade humana - É preciso desenvolver e implementar políticas nacionais e regionais que reconheçam a relação entre gênero e desenvolvimento social e ciência e tecnologia, conjuntamente com os ministérios de trabalho e desenvolvimento social, entre outros ministérios pertinentes e as instituições nacionais de gênero;

6. Construindo a sociedade do conhecimento através da igualdade e equidade de gênero: as novas tecnologias não devem reproduzir antigas desigualdades - Mulheres e homens devem ser parceiros iguais no desenho e na produção da sociedade do conhecimento e devem ter igualdade de acesso aos seus usos e benefícios;

7. O caminho do futuro: promovendo a conscientização - Hoje em dia existe um conhecimento e uma compreensão sobre a importância fundamental de incluir a dimensão de gênero em todas as considerações de como a ciência e a tecnologia contribuem para o desenvolvimento. Isso inclui questões relacionadas à educação e capacitação, oportunidades de emprego, desenvolvimento de carreiras e o impacto da mudança tecnológica na vida tanto dos homens como das mulheres.

O documento ressaltava igualmente a importância de novas pesquisas sobre gênero, ciência e tecnologia e do seguimento da iniciativa, em colaboração com as organizações nacionais e internacionais ligadas ao tema.

Esforços conjuntos com instituições nacionais e organizações internacionais e regionais.

Além da iniciativa específica, o Escritório trabalhou nesse período com inúmeras organizações congêneres para desenvolver o tema:

Participou do International Report on Science, Technology and Gender – 2006, da UNESCO Paris, ficando responsável pela coordenação do Capítulo 1.1 “Science and technology for political, social and economic development”;

Coopera no seguimento da iniciativa SEPIA, em colaboração com a Comissão Inter-Americana de Mulheres, para desenvolver linhas de ação para implementar as recomendações Ministeriais.

Estímulo à participação da sociedade civil no processo preparatório da Cúpula das Américas

O Escritório também incentivou, nesse período, a participação de instituições da sociedade civil ligadas à integração de uma perspectiva de gênero em C&T durante o processo preparatório para a Cúpula de Mar del Plata. A atividade mais importante foi a organização da Mesa Redonda The Fundamental Role of Science, Technology, Engineering, Innovation and Science Education within the Framework of Discussion for the IV Summit of the Americas, organizada em Buenos Aires, Argentina, em 5 de setembro de 2005.

No documento final que resultou da Mesa Redonda, a questão de gênero, ciência e tecnologia estava bem ressaltada: “A desigualdade de gênero, especialmente nas profissões científicas, deve ser enfrentada por todas as sociedades. Ignorar esta dimensão é um obstáculo maior para a participação da mulher na Sociedade do Conhecimento e também priva a sociedade de uma porção significativa da sua força intelectual, um caminho certo para enfraquecer sua capacidade científica nacional”.

Esse documento foi apresentado no Foro Regional da Sociedade Civil “Creating Jobs to Fight Poverty and Strengthen Democratic Governance, que teve lugar em Buenos Aires, Argentina, 6 e 7 de setembro de 2005.

Promovendo o fortalecimento do ensino de engenharia através do apoio ao programa Engenharia para as Américas

O Escritório também teve papel importante na formulação da Iniciativa Hemisférica Engenharia para as Américas, promovendo o encontro de especialistas na OEA, em agosto de 2004, em colaboração com a WFEO e o patrocínio da Hewlett Packard Company. Desse encontro, resultaram recomendações que foram homologadas na reunião de Ministros de Lima.

E como seguimento à essa iniciativa, o Simposium Engenharia para as Américas foi realizado em Lima, Peru, de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2005, contando com mais de 200 participantes de 24 países do Hemisfério. Ainda que o enfoque central da iniciativa esteja voltado para a melhoria do ensino de engenharia, a questão da participação das mulheres nas engenharias foi discutida e ressaltada a importância de introduzir uma perspectiva de gênero no processo.

Perspectivas futuras a partir da experiência interamericana

Parece importante para o desenvolvimento dessa área no Brasil manter o contato com a OEA. Hoje o contato com a OEA na área de Ciência e Tecnologia é o Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, Saul Hahn, shahn@oas.org, que certamente poderá ajudar a manter o fluxo de informação das várias iniciativas mencionadas.

Por outro lado, o Gender Advisory Board (GAB), da Comissão das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, quer abrir um Comitê brasileiro, nos mesmos moldes de diversos comitês existentes em outras regiões do mundo - como África do Sul, sudeste asiático - e solicitou minha colaboração nesse processo. Espera-se, portanto, que ainda este ano seja criado um comitê que possibilite a continuação do debate hoje iniciado.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2006



MULHERES NA CIÊNCIA E NA ENGENHARIA: UM IMPERATIVO GLOBAL

Shirley Malcom¹

Em Novembro de 2004, os Ministros e altos funcionários da Ciência e Tecnologia (C & T) das Américas se reuniram em Lima, Peru, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na oportunidade, eles consideraram uma agenda de ciência e tecnologia para o hemisfério. Na reunião, a primeira nesses moldes desde a finalização da Declaração de Cartagena em 1996, foram aceitas recomendações de uma outra reunião, realizada em agosto de 2004, sobre a integração de gênero, ciência e tecnologia (GCT)².

Dois excelentes textos foram preparados para esta reunião por Sophia Huyer e Gloria Bonder, que sumarizaram o estado da pesquisa sobre o tema mulheres, ciência e tecnologia³. A pesquisa apresentou resultados que emergiram dos estudos e deliberações, tanto formais quanto consultivos, preparados para a conferência. Mais que repetir seu trabalho, o presente texto irá oferecer uma visão geral dos entendimentos do tema gênero, ciência e tecnologia inseridos na política, na pesquisa e na prática.

Uma Agenda Global para Melhorar a Vida das Mulheres

Os processos e avanços no conhecimento e no entendimento que resultaram na aceitação de uma agenda sobre gênero, ciência e tecnologia fincou suas raízes há mais de trinta anos, no Ano Internacional das Mulheres e na Cúpula das Nações Unidas para as Mulheres, sediada na Cidade do México. Desde então, o tema

1 Doutora em Ecologia pela Universidade da Pensilvânia, Mestre em Zoologia/ Comportamento Animal pela Universidade da Califórnia e Bacharel em Zoologia pela Universidade de Washington. Atualmente, é chefe do Diretório para Educação e Recursos Humanos da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) e participa de diversos conselhos, entre eles, da Howard Heintz Endowment, do Centro H. John Heintz III para a Ciência, a Economia e o Meio Ambiente e do Instituto de Tecnologia da Califórnia. No âmbito internacional, organizou a Reunião de Expertos em Ciência, Tecnologia e Mulheres, preparatória à Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Nairobi, participou do Encontro de Expertos em Ciência, Tecnologia e Mulheres preparatória à IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, e do Fórum de ONGs da mesma. É membro do Grupo de Trabalho sobre Gênero e do Conselho de Gênero da Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCSTD).

2 Abreu, Alice. "First Meeting of Ministers & High Authorities of Science and Technology within the Framework of CIDI". Lima, Peru, 10-12 de Novembro de 2004. www.science.oas.org/ministerial/ingles/cpo_ciencia.asp.

3 Huyer, Sophia. "Gender and Science and Technology, From an International Perspective," Washington, DC, Junho de 2004 and; Bonder, Gloria. "Equidad de Género en Ciencia y Tecnología en América Latina: Bases y proyecciones en la construcción de conocimientos agenda e institucionalidades". Agosto de 2004; In: Gender Equity and Equality in Science and Technology: Policy Proposals for the Americas, Organization of American State. www.science.oas.org/ministerial/ingles/documentos/portadaciencia6.pdf.

permaneceu nas várias conferências das Nações Unidas sobre Mulheres, sobre ciência e tecnologia ou sobre desenvolvimento humano sustentável⁴.

O que tornou a aceitação de uma agenda GCT pela OEA incomum foi a integração de comunidades que contribuíram para o resultado: Ministros e altos funcionários; agências das Nações Unidas (ONU) e da OEA; representantes da sociedade civil das áreas de ciência, engenharia e tecnologia, de desenvolvimento econômico e de direitos das mulheres; e pesquisadores em gênero e em ciência.

Ao menos cinco linhas paralelas se uniram passados trinta da conferência na Cidade do México:

- Reconhecimento do papel da Ciência e Tecnologia (C&T) no desenvolvimento, incluindo o impacto diferencial da C&T nas populações marginalizadas;
- Aceitação dos direitos das mulheres como direitos humanos e a criação de uma agenda para responder às necessidades das mulheres;
- Consideração do papel da mulher no desenvolvimento;
- Reconhecimento do papel da mulher na ciência e tecnologia;
- Papel da C&T em responder às necessidades das mulheres e no desenvolvimento das mulheres.

Cada uma destas linhas serão consideradas a seguir, além da avaliação da atual situação do tema gênero, ciência e tecnologia. Exemplos serão tirados a partir de pesquisas do tipo: “mulheres na” e “gênero e” ciência e tecnologia, para demonstrar como tais pesquisas têm progredido até o momento e oferecer uma agenda de pesquisa e ação para o futuro.

Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

Em 1979, o Programa de Ação de Viena em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento foi endossado pelas Nações Unidas⁵. Apesar de seu foco central ter sido considerar disparidades de C & T entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos e a relação dessas disparidades para o alargamento da desigualdade econômica, foi reconhecido o impacto diferenciado nas mulheres que emanaram dessas disparidades.

O relatório da Conferência Mundial da Mulher de 1985, em Nairóbi, reconheceu que a C & T tem um papel importante no desenvolvimento das mulheres e apontou áreas específicas na educação, alfabetização pública e emprego em que

4 “The United Nations Commission on the Status of Women: 60 years of work for equality, development and peace”. <http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/index.htm>.

5 “Implementation of the Vienna Programme of Action on Science and Technology for Development”. UN General Assembly, 42nd Sessão Plenária, 26 de Outubro de 1989 (A/RES/44/14).

o papel das mulheres necessitava ser destacado⁶. Este tema vem sendo reiterado em subseqüentes relatórios nos anos seguintes. Ciência e tecnologia são importantes para o desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento das mulheres. Estas idéias têm sido reafirmadas em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU⁷. Mais uma vez, a inter-relação entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e mulheres ainda deve ser amplamente reconhecida, especialmente no movimento pelos direitos das mulheres.

Direitos das Mulheres e Necessidades das Mulheres

O relatório da Conferência da Mulher de 1995, realizada em Beijing, afirmou contundentemente a noção que “direitos das mulheres são direitos humanos”⁸. Porém, a questão de como responder às necessidades das mulheres permaneceu. As considerações aos doze temas da plataforma que emergiram de Beijing não foram especificamente conectadas ao tema de ciência e tecnologia e C & T não foi considerado como um tema transversal. Apesar disso ter ocorrido no nível global, as reuniões preparatórias regionais incluíram a inter-relação da C&T de maneira proeminente.

Os fundamentos intelectuais para inter-relacionar ciência, tecnologia, mulheres e desenvolvimento emergiram das contribuições à Conferência de Beijing feitas pela Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCSTD) por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Gênero.

Em 1993, uma reunião do Painel de Expertos em Ciência, Tecnologia e Mulheres foi convocada em Nova Iorque, sob a tutela da Honorável Gertrude Mongella, presidente da Conferência da Mulher em Beijing. Participando também nesta sessão, estavam representantes de um Grupo de Trabalho da UNCSTD comprometidos a elaborar um relatório sobre ciência, tecnologia e mulheres em apoio à conferência de 1995 sobre mulheres. Refletindo a composição majoritariamente masculina da UNCSTD, esse grupo de trabalho foi composto apenas por homens. Como resultado do intercâmbio do Painel de Expertos, eles convidaram oito mulheres palestrantes a se juntarem aos oito membros homens em um Grupo de Trabalho sobre Gênero reconstituído.

Durante os meses que se sucederam, os homens e as mulheres membros do Grupo de Trabalho interagiram como iguais, buscando articular um retrato claro, fundado na pesquisa da existência de qualquer dimensão de gênero na ciência e tecnologia para o desenvolvimento. Pesquisadores apoiaram esse esforço com

6 “Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace”. Nairobi, 15-26 Julho de 1985.

7 UN Millennium Goals, www.un.org/millenniumgoals.

8 “Report to the Fourth World Conference on Women”. Beijing, 4-15 September 1995, United Nations, New York, 1996, www.un.org/womenwatch/confer/beijing/reports.

textos. O volume de textos foi publicado em 1995 pelo Centro Internacional de Desenvolvimento de Pesquisa do Canadá com o título “Missing Links”⁹ (“Vínculos Perdidos”, em português), e teve como foco os tópicos educação, emprego, sistemas locais de conhecimento, pequenas e médias empresas, entre outros.

O Grupo de Trabalho sobre Gênero propôs sete ações transformadoras e clamou as nações do mundo a adotarem a Declaração de Intento em Gênero, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano Sustentável¹⁰. Por meio dela, as nações se comprometeriam a estabelecer mecanismos para avaliar e responder à atual situação das mulheres na ciência e tecnologia. O relatório da UNCSTD foi ratificado pelo ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) em julho de 1995. Um Conselho sobre Gênero (CG) da UNCSTD foi subsequentemente instituído para oferecer monitoramento e assistência para o apoio à implementação das recomendações do relatório.

As sete áreas de ação transformadora eram:

- Equidade de gênero na educação em ciência e tecnologia;
- Remoção de obstáculos às mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas;
- Tornar a ciência responsiva às necessidades da sociedade: a dimensão de gênero;
- Tornar a tomada de decisão sobre ciência e tecnologia mais “conscientes sobre gênero”;
- Relacionar-se melhor com os “sistemas locais de conhecimento”;
- Responder às questões étnicas em ciência e tecnologia: a dimensão de gênero;
- Melhorar a coleta de informações desagregadas de gênero para os formuladores de política¹¹.

Não obstante a ratificação do relatório após dez anos, a implementação das sete ações transformadoras e os auto-estudos dos países do mundo ainda precisam ser cumpridas.

A “maquinaria” para apoiar a avaliação dos países e a formação e trabalho dos comitês nacionais era os secretariados regionais do CG. A idéia era ter comitês nacionais cuja autoridade emanasse dos governos, constituir amplos grupos representativos, determinar a existência de dados e pesquisa para servir de informação a seu trabalho e/ou encomendar pesquisas para determinar o status do tema mulheres, ciência e tecnologia no país. Uma vez que os países de uma região encararam probabilidade de terem que lidar com questões, preocupações e tradições similares, a idéia era que uma estrutura regional pudesse auxiliar em agregar e compartilhar experiências, proporcionando assistência técnica e treinamento em

9 “Missing Links: Gender Equity in Science and Technology for Development”. Gender Working Group, IDRC, 1995.

10 “Gender Working Group: A Declaration of Intent”, <http://gab.wigsat.org/declara2.htm>.

11 “Gender Working Group: Transformative Actions”, <http://gab.wigsat.org/transfom.htm>.

áreas especializadas, tais como a coleta e análise de dados¹².

Por exemplo, o Secretariado da África Sub-Sahariana, com sede em Uganda, teve papel de apoiador na formação dos comitês nacionais em Ruanda, Uganda, Quênia e Tanzânia. O Grupo de Referência Sul Africano sobre Mulheres na Ciência e Tecnologia (atualmente SET 4 Women) emergiu independentemente, mas se uniu com as estruturas e membros do GB. SET 4 Women, consultor do Ministério de C&T da África do Sul, encomendou vários estudos para considerar a situação das mulheres, ciência e tecnologia no país e proporcionou consultas aos conselhos de pesquisa e a universidades, bem como consultas políticas ao ministério¹³.

Um elemento que emergiu constantemente nas pesquisas e conversações com a África do Sul e com outros países foi que, embora haja um claro entendimento da mulher na (e meninas dentro) da ciência, engenharia e tecnologia, o entendimento dos efeitos de gênero na pesquisa ou desenvolvimento da tecnologia é muito pobre¹⁴.

Em Beijing + 5, ocorrida em Nova Iorque no ano 2000, mulheres cientistas e engenheiras buscaram articular a idéia que não era possível responder aos 12 temas de Beijing sem as ferramentas que a ciência e tecnologia podem proporcionar¹⁵.

O Papel das Mulheres no Desenvolvimento

Tão difícil como convencer a líderes de grupos de mulheres sobre o papel da ciência e tecnologia para responder às necessidades das mulheres e fazer avançar seu desenvolvimento, desafios similares existem na articulação do papel da mulher no desenvolvimento, especialmente no desenvolvimento baseado em ciência e tecnologia. O excelente relatório do Conselho Acadêmico Internacional (Inventando um Futuro Melhor: Uma Estratégia para Construir Capacidade Mundial em Ciência e Tecnologia, 2004¹⁶) reconheceu as questões da mulher dentro da ciência, mas não considerou a noção que considera o gênero como diretor no estabelecimento de prioridades, na tomada de decisão ou no papel da mulher no desenvolvimento baseado em ciência e tecnologia. Há o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura e na saúde, por exemplo, mas não se considera a idéia

12 Gender Advisory Board, Regional Secretariats, <http://gab.wigsat.org/regions.html>.

13 South African Reference Group on Women in Science and Technology (SARG), www.sarg.org.za.

14 Malcom, Shirley. "Science and Technology : Meeting Human Needs". SET4W National Advisory Council on Innovation Presentation to Council for Scientific and Industrial Research (CSIR), Agosto de 2005.

15 Malcom, Shirley. "Linking Science and Technology to Woman's Needs". AAAS, Washington, DC, 2000, <http://ehrwweb.aaas.org/archives/UN.pdf>.

16 "Inventing a Better Future: A Strategy for Building Worldwide Capacity in Science and Technology". Inter Academy Council, Janeiro de 2004.

do desenvolvimento requerer uma agenda de C & T com perspectiva de gênero.

Um Foco no Futuro

Aumentar a participação das mulheres na ciência e tecnologia está na agenda das Nações Unidas há mais de trinta anos. Começando pelos esforços organizados pelas redes de mulheres, programas como o “Expandindo Nossos Horizontes” buscaram promover a exploração de carreiras e a consideração das carreiras chamadas “não-tradicionais”. A defesa era focada nos tipos de cursos da matemática e das ciências que as mulheres jovens precisavam para manter abertas as opções de educação e de carreira. O foco na participação das mulheres na ciência, engenharia e tecnologia seguiu a emergência dos movimentos pelos direitos civis das mulheres. Apesar da aprovação em 1972 da legislação do Título IX, que requereu o acesso igual de meninas e de mulheres a programas de instituições que recebiam apoio do governo federal, esta legislação não foi empregada ou considerada até muito recentemente como uma ferramenta política para incidir sobre o acesso à ciência e à engenharia. Não obstante, ela mudou a imagem das mulheres nos esportes dos Estados Unidos.

Talvez mais imediatamente relevante foi a aprovação em 1980 do Ato de Oportunidades Iguais na Ciência e na Engenharia, que mostrou o interesse federal em ampliar a participação de mulheres e minorias na ciência e na engenharia, exigiu relatórios estatísticos regulares de dados desagregados de sexo e de raça e do desenvolvimento e da implementação de iniciativas da Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos para o avanço desses objetivos nacionais¹⁷.

Durante as décadas subseqüentes, painéis especiais foram convocados, relatórios foram desenvolvidos e declarações políticas foram endossadas sobre o objetivo de avançar na equidade na ciência e na engenharia. O esforço mais recente foi o chamado BEST (Construindo Talentos em Engenharia e Ciência), cujo trabalho em painéis sobre educação K-12, educação superior e força de trabalho apontou algumas práticas promissoras, pesquisas destacadas – iniciativas fundamentadas e princípios delineados a serem considerados em programas e estratégias de desenvolvimento. O foco foi concentrado na constituição de uma força de trabalho para o século XXI que fosse robusta e diversa em ciência e engenharia¹⁸.

Empregando Ferramentas Políticas

17 Science and Engineering Equal Opportunities Act, P.L. 96-516.

18 Building Engineering and Science Talent, www.bestworkforce.org.

Como acima referido, é recente a emergência de discussões nos Estados Unidos sobre o uso de estruturas legais para a equidade das mulheres, como o Título IX, para lidar com a participação das mulheres na ciência, engenharia e tecnologia¹⁹. No final dos anos 1990, a Comissão Europeia desenvolveu o “Programa de Potencial Humano” para incorporar preocupações sobre o treinamento e a mobilização das comunidades científicas por toda a Europa. Promover a participação das mulheres (e centralizar a equidade de gênero) foi o objetivo maior desta iniciativa. O relatório ETAN descreveu os problemas entre as nações da Comissão Europeia no que se refere às mulheres nas ciências, incluindo a sub-utilização dos talentos das mulheres e a ausência de números significativos de órgãos de formulação de políticas e de consultoria informando sobre o progresso da ciência e tecnologia na Europa²⁰. Não obstante, os problemas do continente eram variados. Por exemplo, enquanto a maioria dos países tinha preocupações quanto às mulheres na (meninas dentro da) ciência, a história de mulheres no leste europeu e nos estados bálticos era muito diferente, podendo ser resumida pelo título de seu relatório, Um Desperdício de Talento²¹. A situação das mulheres na ciência, engenharia e tecnologia nas economias emergentes realmente declinou, como evidenciado pelo crescente desemprego e perda de oportunidades para mobilização. No resto da Europa, o progresso foi irregular, com avanços significativos em Portugal, por exemplo, e menos significativos nos Países Baixos. Práticas nas comunidades de ciência e engenharia de países socialmente progressistas, como a Suécia, por exemplo, mostraram a distância entre as leis, a política e o comportamento.

As pesquisadoras Christine Wenneras e Agnes Wold buscaram entender as decisões que envolviam a concessão de prestigiosos incentivos de pós-doutorado pelo Conselho Sueco de Pesquisa Médica. Sua análise revelou um padrão no processo de cessão de incentivos, o qual mulheres demonstravam credenciais muito mais altas para obterem os mesmos benefícios. Os fatores mais fortemente relacionados com o recebimento de bolsas eram ser homem e ser conhecido por um membro do painel de análise²².

Foi a exigência da estrutura legal sueca de que fossem abertos ao público os arquivos que permitiu o acesso das acadêmicas ao material usado na crítica; somente, então, possibilitando a análise completa dos documentos que podem verificar o tratamento diferente das candidaturas masculinas e femininas.

Também foram feitos experimentos em que nomes femininos e masculinos foram inseridos ao mesmo currículo vitae, sendo concedidas, tanto por homens

19 “Gender Issues: Women’s Participation in the Sciences has Increases, but Agencies Need to do More to Ensure Compliance with Title IX.” GAO 04-639, Julho de 2004, www.gao.gov/new.items/d04639.pdf.

20 European Commission Report, “Science Policies in the European Union: Promoting Excellence through Mainstreaming Gender Equality”, 2000, www.cordis.lu/improving/women/documents.htm.

21 ETAN, “A Waste of Talent”. In: Science Policies in the European Nation, 2000.

22 Wenneras, Christine and Agnes Wold. “Nepotism and Sexism in Peer-Review”. In: Nature. Vol. 387, 22 Maio de 1997, p. 341-343.

quanto por mulheres, maiores colocações aos currículos em que foram inseridos os nomes masculinos (Steinpreis, et. al. 1999)²³.

Um recente incidente na seleção do Prêmio Pioneiro NIH 2004 mostrou que uma pesquisa prévia sobre os processos usados na primeira rodada de concessão de bolsas previu o favorecimento de homens sobre mulheres. Não surpreendentemente, os nove ganhadores das bolsas eram homens. A reação pública foi imediata; mulheres receberam perto de 50 por cento dos Ph.Ds em ciências biológicas e, mesmo assim, eram esquecidas entre os agraciados. Quando os processos foram alterados na competição de 2005 para incluírem estratégias que demonstrassem ser mais justas em relação ao gênero, os ganhadores foram mais diversificados (6 mulheres e 7 homens, incluindo um homem afro-americano)²⁴.

Pesquisas quanto à justiça, no que se refere a gênero, e quanto ao padrão de gênero, associadas a leis, a exigências de transparência e de responsabilidade, juntamente com a reação pública, fazem a diferença.

Mudando o Quadro de Referências

Na Conferência Mundial sobre Ciência, realizada em 1999, em Budapeste, delegadas mulheres, ONGs e organizadores se sentiram ultrajados quando a conferência de abertura do encontro não incluiu nenhuma mulher e nenhum foco em gênero. Um simpósio sobre gênero, ciência e tecnologia se tornou um instrumento de mobilização que resultou na inserção de um novo parágrafo no “praticamente completo” documento²⁵.

As discussões da oficina incluíram um apelo feito para que o quadro de questões de gênero, ciência e tecnologia fosse ampliado, para destacar os benefícios econômicos e sociais de incluir 50 por cento do talento da população de cada país, bem como os custos sociais, econômicos e de desenvolvimento que acarretam a exclusão dessa parcela da população. Um quadro que aparentemente implica em “dar alguma coisa às mulheres” também traz consigo a percepção “tirar alguma coisa dos homens”. A exigência adicionada ao texto foi para mostrar, por meio da pesquisa, como padrões, mais que simplesmente o mérito, geram condições passíveis de correção e como o ônus político nasce a partir daqueles prejudicados.

Os resultados dos fóruns regionais preparatórios se concentraram de forma significativa no tema mulheres, ciência e tecnologia. A linguagem inserida pelo “Parágrafo 90” mostra que a mudança de temas de educação, de entrada e acesso

23 Steinpreis, R.E., K.A. Anders, and D. Ritzke. “The Impact of Gender on the Review of the Curricula Vitae of Job Applicants”. In: *Sex Roles* 4, 718, p. 509.

24 NIH 2005 Pioneer Awards Recipients, <http://nihroadmap.nih.gov/pioneer/Recipients05.aspx>.

25 “Women’s Groups Celebrate Successful Campaign”. In: *Nature*, 2 July 1999, www.nature.com/wcs/1news/02-1d.html.

para temas de permanência e de avanço elevou as mulheres de “objetos” para “agentes” de mudança.

Parágrafo 90, Relatório da Conferência Mundial sobre Ciência:

Considerando o resultado dos seis fóruns regionais sobre mulheres e ciência patrocinados pela UNESCO, a conferência salienta que esforços adicionais devem ser feitos pelos governos, instituições educacionais, comunidades científicas, organizações não-governamentais e sociedade civil, com apoio de agências bilaterais e internacionais, para assegurar a total participação das mulheres e meninas em todos os aspectos da ciência e tecnologia, e para tanto:

- Promover, dentro do sistema educacional, o acesso de meninas e mulheres à educação científica em todos os níveis;
- Melhorar as condições para o recrutamento, a permanência e o avanço em todos os campos da pesquisa;
- Lançar, em colaboração com a UNESCO e a UNIFEM, campanhas nacionais, regionais e globais para conscientização sobre a contribuição das mulheres para a ciência e tecnologia, com vistas a desconstruir os estereótipos de gênero entre cientistas, formuladores de políticas e a comunidade como um todo;
- Levar a cabo pesquisas, apoiadas pela coleta e análise de dados desagregados de gênero, que documentem limitações e progressos na expansão do papel da mulher na ciência e tecnologia;
- Monitorar a implementação e documentar as melhores práticas e lições aprendidas por meio de avaliações e cálculos de impacto;
- Assegurar a representação apropriada das mulheres nos órgãos e fóruns de tomada de decisão nacionais, regionais e internacionais;
- Estabelecer uma rede internacional de mulheres cientistas;
- Seguir documentando as contribuições das mulheres na ciência e tecnologia.
- Para sustentar estas iniciativas, os governos devem criar mecanismos apropriados, onde não existem, para propor e monitorar a introdução das mudanças políticas necessárias para o apoio ao alcance destes objetivos²⁶.

Um Foco no Mérito

Quando avançamos pelos meandros da ciência e da engenharia, preocupações sobre a ocupação de mulheres em cargos dos órgãos de formulação de políticas são freqüentemente levantadas. Em particular, são levantados argumentos quanto

26 “World Conference on Science”. UNESCO, 2000, p. 483.

à “ocupação representativa em cargos” (e.g.: ação afirmativa, alvos diversificados) versus a “ocupação em cargos segundo o mérito” (e.g.: especialidade, experiência). É importante considerar como o “mérito” tem sido usado para prejudicar as mulheres. Também é essencial examinar as definições de mérito que avançaram e as consequências de ampliar e aumentar estas definições.

A discussão anterior sobre o exemplo do Conselho Sueco de Pesquisa Médica demonstrou como idéias como o “mérito” podem ser distorcidas por percepções internas ocultas. Até que a análise tenha revelado que padrões mais altos estavam sendo aplicados a mulheres do que a homens, considerava-se que as decisões eram baseadas unicamente no mérito e que a “análise de mérito” era objetiva e baseada em padrões geralmente acordados e compreendidos por todos, da mesma maneira que pela comunidade. Outra pesquisa que considera a questão do mérito é o trabalho de Gerald Holton e Gerhard Sonnert. Observando os resultados das carreiras de homens e de mulheres recebedores de bolsas para prestigiosos cursos de pós-doutorado, eles determinaram que os padrões das carreiras de homens e de mulheres e as medidas de produtividade de pesquisa eram diferentes. Porém, isto não significou “menos mérito”. As mulheres tiveram menos publicações que suas contrapartes homens, contudo mais autorias individuais, bem como textos curtos e artigos amplamente citados²⁷. “Quanto” (textos, patentes, etc) não é a única questão a ser respondida para avaliar o mérito, mas também “qual o impacto”. Não está claro até que ponto os resultados de produtividade são afetados pelas diferenças de oportunidade que têm os estudantes de graduação, de pós-doutorado e de nível técnico em construir um laboratório ou receber o mesmo nível de apoio “inicial”.

Mulheres cientistas seniores (professoras) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) traduziram um “sentimento” de insatisfação ao realizar um estudo para examinar sistematicamente os insumos que apoiavam o avanço na carreira de homens e de mulheres na faculdade de ciências. Como resultado da pesquisa, foi encontrado que as professoras seniores tinham menos – diferenças eram encontradas na quantidade de espaço no laboratório, nos salários, nas oportunidades para avanço e reconhecimento. Mesmo as professoras consideradas altamente qualificadas poderiam ter menos e diferentes oportunidades. Outras universidades seguiram o exemplo da MIT, realizando pesquisas sobre os insumos institucionais para os professores e para as professoras. Apesar dos resultados variarem segundo a instituição, geralmente se verificava desvantagens para as mulheres²⁸.

Um estudo de acompanhamento conduzido pela Dra. Nancy Hopkins de-

27 Sonnert, Gerhard and Gerald Holton. “Who Succeeds in Science: The Gender Dimension”. Rutgers University Press, Setembro de 1995.

28 “The Status of Women Faculty at MIT: An Overview of Reports from the Schools of Architecture and Planning; Engineering; Humanities, Arts, and Social Sciences; and the Sloan School of Management”. Março de 2002. <http://web.mit.edu/faculty/reports/overview.html>.

monstrou que há ganhos para as professoras quando a atenção é maior. Porém, uma vez que a atenção é desviada, há freqüentemente um retrocesso, especialmente quando os processos e as estruturas não foram alterados²⁹.

O Comitê Nacional de Ciência, órgão de formulação de políticas da Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos (NSF), revisou seus critérios de aceitação de propostas da NSF como parte de um esforço maior de planejamento estratégico. Em 1996, uma Força Tarefa constituída por membros da NSF e seniores da NSF apresentou um relatório ao Comitê recomendando a adoção de dois critérios para a aceitação de propostas pela Fundação: mérito intelectual e qualidade das atividades propostas, e maiores impactos da atividade proposta. Fazendo isso, a NSF analisou questões de mérito técnico que tendiam a dominar as discussões das decisões sobre os fundos (e.g. competência de pesquisa e capacidade institucional) para a consideração dos impactos (efeito na produção de diversos estudantes, relevância em lidar com um problema social). Expandir e elaborar o significado de “mérito” gerou muita discussão e, freqüentemente descontentamentos por parte das comunidades científicas mais tradicionais³⁰.

Superando Tradições Sociais

Apesar das leis, regulamentações e políticas, as barreiras à participação e avanço das mulheres na ciência, engenharia e tecnologia recaem nos conceitos e tradições sobre os papéis próprios das mulheres na sociedade. Algumas vezes, campanhas e esforços de conscientização podem ser úteis, como aqueles promovidos pela L’Oreal e pela UNESCO para reconhecer destacadas mulheres cientistas ao redor do mundo³¹. Em muitos casos, dados que mostram retrocesso na participação das mulheres podem ser efetivos para ascender a sensibilidade ao problema. Recentemente, o Japão anunciou a formação de um programa que visava proteger as mulheres cientistas e promover sua re-inserção na força de trabalho. Este tipo de ação foi amplamente usado para responder aos dados que mostravam a perda de mulheres da esfera de talentos durante a criação dos filhos³².

Está também relacionado com as políticas sociais e de emprego incluindo, por exemplo, o alcance abrangido pelo serviço médico, oportunidades de empregos

29 Hopkins, Nancy. “Diversification of a University Faculty: Observation on Hiring Women Faculty in the Schools of Science and Engineering at MIT”. MIT Faculty Newsletter Vol. XVIII No. 4, Março/Abril 2006, <http://web.mit.edu/fnl/volume/184/hopkins.html>.

30 National Science Board and National Science Foundation “Staff Task Force on Merit Review Discussion Report”. NSB IMR-96-15, 20 de Novembro de 1996.

31 http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=14633&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

32 Normile, Dennis. “Getting Women Scientists Back on the Career Track in Japan”. In: Science 3, Março de 2006 311:1235-1236.

de meio período ou cargos compartilhados, ou a disponibilidade de serviços para cuidar de crianças por um preço razoável.

Em outros casos há a questão da aplicação de multas e de penalidades contra empregados que comprovadamente discriminarem mulheres ou não se esforcarem para incluí-las.

“O Duplo Obstáculo”: Diferenças entre as Mulheres

Em 1975, a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) realizou uma conferência para explorar a questão de como a raça e o sexo interagiam para afetar as carreiras de mulheres negras na ciência, engenharia e biomedicina. O relatório da conferência - *O Duplo Obstáculo: O Preço de Ser uma Mulher de Minoria na Ciência* (1976) - destacou experiências de participantes da conferência, bem como reuniu os poucos dados disponíveis que desagregavam raça e sexo³³.

Mulheres americanas afro-descendentes, americanas indígenas e mulheres latinas na ciência, engenharia e biomedicina aumentaram sua participação em números relativos e absolutos desde 1976. E mesmo trinta anos depois elas permanecem virtualmente ausentes das faculdades de ciência e de engenharia das maiores universidades dos Estados Unidos, de acordo com os dados recolhidos pela Dra. Donna Nelson³⁴.

A noção de múltiplos desafios é uma das que devem ser avaliadas. Isto é, a raça, a geografia, o status sócio-econômico, a idade, o estado civil, a deficiência, a orientação sexual ou outros fatores interagem com o sexo para estratificar oportunidades? Estas mesmas questões quanto à inter-relação entre raça e sexo são também perguntadas na África do Sul e, crescentemente, no Reino Unido.

Suposições Desafiadoras: Massa Crítica

Por muitos anos aqueles que como nós trabalham com questões sobre mulheres, ciência e tecnologia consideraram que uma vez que o percentual de diplomas outorgados a mulheres em determinadas áreas da ciência alcançasse uma certa parcela da massa crítica (algo em torno de 30 por cento), o progresso das mulheres rumo à paridade seguiria sem obstáculos. Este foi, de fato, o padrão em áreas como a biologia e até mesmo a química. Mas, os diplomas em ciência da computação/tecnologia da informação negaram este padrão. O número e a proporção de

33 Malcom, Shirley, Paula Hall, and Janet Brown. “The Double Bind: The Price of Being a Minority Woman in Science”. American Association for the Advancement of Science (AAAS 76-R-3), Dezembro de 1975.

34 Nelson, Donna J. and O.K. Norman. “A National Analysis of Diversity in Science and Engineering Faculties at Research Universities”, Janeiro de 2005, <http://cheminfo.chem.ou.edu/~djn/diversity/briefings/Diversity%20Report%20Final.pdf>.

diplomas de bacharelado outorgados a mulheres nestas áreas atingiram seu auge (por volta de 37%) nos Estados Unidos em meados dos anos 1980; desde então, há uma diminuição constante, com alguma estabilidade nos últimos anos.

Pesquisadores da Universidade Carnegie-Mellon buscaram compreender e reverter essa tendência de participação das mulheres. Eles descobriram que as práticas de recrutamento e admissão produziram uma horda de estudantes homens. O currículo era estruturado para as características desses estudantes e a atmosfera que eles criaram se tornou cada vez menos acolhedora. Mudou-se o foco para atrair pessoas espertas e não necessariamente pessoas com experiência em programação; mais focadas na solução de problemas do que na conceituação; voltadas a construir uma comunidade mais que apoiar o isolamento; que poderiam modificar dramaticamente a cultura e a composição de departamentos³⁵.

Outra suposição era que o “nivelamento natural” dos diplomas outorgados a mulheres ocorreria de forma paritária. Mas nos Estados Unidos observamos campos tradicionalmente dominados por homens se tornarem campos dominados por mulheres (e.g. medicina veterinária)³⁶. Esta resposta exagerada foi, infelizmente, acompanhada de um declínio dos salários e a perda de status e prestígio associados a estes campos.

Monitorar a composição e as condições de diferentes campos da ciência e da engenharia é um importante aspecto para compreender os resultados das carreiras.

Suposições Desafiadoras: Transformação Estrutural

Em um primeiro momento, muitos defensores da participação das mulheres na ciência e na engenharia se concentraram em projetos e programas direcionados a mulheres ou a meninas. Em alguns casos, envolviam ajudar mulheres a navegarem “no sistema” assim como ele existia. Mais recentemente nós entendemos a necessidade de concentrar-nos em “concertar o sistema ao invés das mulheres”.

Isso significa entender como as regras são impostas, quais e como as políticas são formuladas, e como influenciam os negócios das organizações, dos departamentos ou das instituições. Um avanço como esse, rumo à transformação institucional, é essencial para centralizar as considerações de gênero.

Muitos programas na Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos são

35 Margolis, Jane and Allan Fisher. “Unlocking the Clubhouse: Women in Computing”. 1st edition, MIT Press, Dezembro de 2001.

36 U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, Digest of Education Statistics 2004, Table 258: First professional degrees conferred by degree-granting institutions by sex of student, control of institution, and field of study: 1985-1986 to 2002-2003.

focados na transformação institucional, incluindo o ADVANCE, um esforço para mudar o número de mulheres contratadas, e promovido nas faculdades de ciência e engenharia das universidades. Um entendimento deve ser considerado na política de decisões sobre contratação; práticas que apoiem mulheres e homens devem substituir aquelas que consideram a “desvantagem feminina”. Estruturas para o monitorar e medir devem ser estabelecidas, juntamente com medidas de responsabilização e de consequências reais. Apesar de poder levar mais tempo para ser colocada em prática, no longo prazo esta estratégia é muito mais sustentável e efetiva para promover o avanço das mulheres na ciência e na engenharia³⁷.

Centralização do Gênero

Quando o Conselho de Gênero da UNCSTD foi criado para encorajar, apoiar e monitorar a implementação das ações transformadoras, a idéia era proporcionar apoio à centralização da questão de gênero.

Os fundamentos desse trabalho eram os seguintes: existem dimensões de gênero na ciência e na tecnologia; estas dimensões são aplicáveis tanto no caso dos países em desenvolvimento como no dos países desenvolvidos; e a implementação gera impacto não apenas na situação da mulher, mas também na qualidade e na direção da ciência e da tecnologia.

A real implicação desse trabalho foi que ele exigiu mais que um programa para responder aos problemas das mulheres a ser “descartado”, mas sim a total integração da dimensão de gênero (tanto homens quanto mulheres) na estrutura das empresas que produzem e aplicam o conhecimento. A chamada “centralização do gênero” é talvez o maior desafio que enfrentamos no desenvolvimento do papel da C&T de forma a responder às necessidades humanas.

A centralização do gênero é definida pelo Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) da seguinte forma:

“Centralizar a perspectiva de gênero é o processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e as experiências das mulheres, bem como dos homens, como parte integral da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e de programas em todas as esferas política, econômica e social, de maneira que as mulheres e homens se beneficiem igualmente e que a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo último da centralização é atingir a equidade de gênero.”³⁸

37 NSF ADVANCE: Increasing the Participation and Advancement of Women. In: Academic Science and Engineering Careers, http://www.nsf.gov/funding/pgm_summ.jsp?pims_id=5383.

38 Report of the Economic and Social Council for 1997. “Mainstreaming the Gender Perspective into all Policies and Programmes in the United Nations System”. 52ª Assembléia Geral, 18 de Setembro de 1997, p. 27,

Centralizar o gênero requer uma nova forma de pensar e de fazer negócios, uma transformação que, em minha experiência com as instituições de ciência e tecnologia dos Estados Unidos, é muito difícil alcançar.

É difícil para entidades de C & T considerarem questões referentes à centralização do gênero. Acredito que isso está baseado em nosso arraigo a conceitos estreitos sobre mérito e excelência de pesquisa e especialmente ao fato de os tratarmos como “absolutos”. Eu argumentaria que devemos “desempacotar” essas noções e considerá-las de maneira mais crítica.

Estas são algumas medidas, padrão de excelência de pesquisa, sobre as quais podemos todos concordar: a necessidade de considerar os trabalhos prévios na área; a propriedade das metodologias propostas; a questão proposta; a capacidade dos proponentes levarem a cabo seus trabalhos; a disponibilidade de recursos necessários à abordagem das questões e outras. Mas que tal o próximo nível de análise: por exemplo, as perspectivas e/ou o contexto trazido às questões; o “e daí” do trabalho. Muitos de nós argumentamos que estes são também aspectos de mérito e que, apesar de talvez serem considerados mais subjetivos, não têm importância para a decidir sobre o que será apoiado e o que será recusado. As vozes das mulheres devem ser adicionadas às dos homens no desenvolvimento desse diálogo.

Uma Agenda de Pesquisa

O passo adiante, para promover educação, trabalho, avanço e liderança das mulheres na ciência, engenharia e tecnologia, deve ser consubstanciado pela pesquisa, mas também por lições de história. Assim como nos tornamos mais “politicamente habilidosas” na busca por equidade, também aumentamos nossa confiança na pesquisa para entender a natureza da iniquidade e da desigualdade e como seus efeitos podem ser combatidos para aumentar a participação das mulheres na ciência e na engenharia, principalmente para dar suporte ao desenvolvimento humano.



Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS

Brasília, 29, 30 e 31 de março de 2006.

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências reafirma:

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências recomenda:

1. Dados

- a) Formular políticas que promovam, a partir de novas metodologias, a produção e divulgação de informações estatísticas com dados desagregados por sexo e raça, em acordos estabelecidos entre as fundações, agências de fomento, ministérios, entidades representativas dos pesquisadores profissionais e outros órgãos públicos;
- b) Produzir e divulgar indicadores de gênero, raça e etnia nas fases da formulação, implementação e avaliação de todas as políticas públicas globais e setoriais, considerando a inclusão do “quesito cor” no currículo lattes.

2. Educação científica e de gênero

- a) Promover a desconstrução dos estereótipos de gênero na formação educacional desde os primeiros anos, tendo como diretriz produzir uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista, garantindo ambientes favoráveis ao crescimento profissional de todas e todos - sem distinção etária, de gênero, raça ou orientação sexual - no decorrer de suas carreiras;
- b) Introduzir disciplina regular de gênero nos currículos dos cursos regular e superior e nos diferentes níveis e modalidades de ensino, na formação inicial e continuada (entre outros nos sistemas de segurança público e judiciário), assim como a perspectiva de raça, etnia e orientação sexual. Na educação básica, promover a revisão dos parâmetros curriculares;
- c) Garantir a participação de pesquisadoras e pesquisadores que se dediquem ao estudo das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual nas comissões de avaliação, valorizando a participação de pesquisadoras negras.

3. Representação nos comitês científicos, agências e sociedades científicas

- a) Democratizar os mecanismos de decisão e controle social sobre os recursos e o acesso aos cargos de direção nos órgãos de fomento, comitês científicos (CAPES, CNPq, FINEP, FAPs, Fundos Setoriais, entre outros) e nas sociedades científicas, pelo menos respeitando a proporcionalidade de mulheres e homens existente em cada área de conhecimento;
- b) Promover uma ampla discussão sobre os critérios de avaliação da excelência acadêmica e os mecanismos de concessão de bolsas e recursos, considerando distribuição por sexo, raça, geração, áreas de conhecimento e regiões do país.

4. Publicações científicas e tecnológicas

- a) Buscar um sistema de financiamento e democratização do acesso para publicações impressas e eletrônicas do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil;
- b) Incorporar no Portal da CAPES publicações do campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos e ampliar o acesso;
- c) Promover uma ampla discussão sobre os critérios de excelência de publicações levando em conta as especificidades das áreas;

5. Circulação de informações e democratização do conhecimento científico e tecnológico

- a) Incluir nos sistemas nacionais de bibliotecas públicas, escolares e universitárias um acervo básico de publicações sobre gênero, feminismos, diversidade sexual e gênero e ciências, garantindo a difusão de banco de dados nacional com endereços das bibliotecas;
- b) Identificar experiências exitosas no ensino de ciência e tecnologia das questões de gênero e sistematização e divulgação ampla desta produção para a comunidade escolar e acadêmica.
- c) Melhorar a distribuição dos materiais didáticos já produzidos (livros, vídeos, cds etc) e incentivo à produção de novos com a inclusão das dimensões racial, de gênero e diversidade sexual articuladas com a educação científica e tecnológica;
- d) Promover concursos públicos para elaboração de novos materiais didáticos e pedagógicos – livros, jogos ou brinquedos, vídeos – em todos os níveis (educação infantil, ensino fundamental e médio) voltados para a promoção da igualdade e equidade de gênero na ciência;
- e) Apoiar a formação de uma rede integrando ONGs, núcleos de pesquisa e outras associações, no sentido de fazer circular informações de interesse comum, desenvolver ações conjuntas (empregos, bolsas, iniciativas, etc) e estimular a troca de informações e experiências entre núcleos acadêmicos e grupos ativistas feministas.

6. Financiamentos: editais e agências de fomento

- a) Transformar a política da SPM/MCT/MEC de financiamento de pesquisas, de premiação de trabalhos universitários e de ensino médio, com sistematização de seus resultados em forma de publicações, em uma política de Estado;
- b) Incentivar a criação de programas de gênero, raça, etnia e diversidade sexual com financiamentos de outros ministérios, de fundações estaduais, fundos privados e organismos internacionais.

7. Ações afirmativas em ciência e tecnologia

Propor ações afirmativas para proporcionar igualdade e equidade étnica, racial e em gênero, entre as diferentes regiões do Brasil, no que diz respeito à pesquisa e à docência.

8. Institucionalização e fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa

- a) Propor ao MEC que recomende as IES o apoio aos núcleos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos;
- b) Propor à FINEP linha de financiamento para fortalecer as redes de pesquisa em gênero, ciência e tecnologia;
- c) Propor a existência de um representante de núcleos e grupos de pesquisa no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM;
- d) Estimular o diálogo e as trocas acadêmicas entre núcleos consolidados e núcleos emergentes, visando a ampliação do campo de estudos de gênero para todas as IES do País.

9. Promoção e carreira

Que as mestrandas e doutorandas tenham direito à “licença-maternidade” (gestante e adoção), ampliando, assim, o tempo para conclusão do curso de pós-graduação, assegurando-se o recebimento da bolsa respectiva nesse período.

Brasília, 31 de março de 2006.

17 de abril de 2006.

MOÇÕES APROVADAS

Moções de repúdio

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, repudiamos a demissão de professores da PUC/SP por motivos ideológicos.

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, criticamos o tratamento sexista dos parlamentares do Senado Federal durante a argüição da ministra Ellen Greice.

Moções de apoio

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, consideramos altamente significativa, do ponto de vista acadêmico e de fortalecimento de políticas dirigidas à equidade de gênero, a realização do Edital CNPq n.º 45/2005 do Programa Mulher e Ciência. Por esta razão, propomos que o referido edital se torne regular como os demais editais temáticos.

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, recomendamos a aprovação do projeto que tramita no Congresso Nacional sobre política de ações afirmativas nas universidades.

Moção de pesar

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, manifestamos nosso pesar pela morte de Ana Montenegro, advogada, escritora e feminista, com uma história de vida dedicada à luta das mulheres no Brasil.

Brasília, 31 de março de 2006.



Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS

Brasília, 29, 30 e 31 de março de 2006.

Objetivos

- Mapear e analisar o campo de pesquisas e estudos sobre gênero e ciências no Brasil;
- Estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos sobre gênero e ciências;
- Estabelecer medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas;
- Fortalecer as redes – temáticas, regionais e nacionais – de núcleos e grupos de pesquisa do campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

Público alvo

- Núcleos e grupos de pesquisa do campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos das universidades;
- Pesquisadoras e pesquisadores de todas as áreas de produção do conhecimento interessados na temática: gênero e ciências;
- Revistas de universidades e instituições de pesquisa que tenham como foco a circulação da produção no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos;
- Redes que congreguem núcleos de estudos e pesquisadoras(es) do campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos;
- Agências de fomento à pesquisa;
- Associações científicas.

PROGRAMAÇÃO

Dia 29 de março de 2006 (quarta-feira)

18:00h

Mesa de abertura

Presidência da República

Ministra Nilcéa Freire – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministro Sérgio Rezende – Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministro Fernando Haddad – Ministério da Educação

Ana Falú – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

19:00h

Solenidade de entrega do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – concurso de redações para estudantes do ensino médio e de trabalhos científicos monográficos para estudantes do ensino superior e de pós-graduação; e divulgação dos resultados do Edital de Pesquisa CNPq nº. 45/2005, de apoio a pesquisas no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

20:30h – Coquetel

Dia 30 de março de 2006 (quinta-feira)

Manhã - 8:30h às 10:00h

Mesa 1 – Gênero e ciências no contexto nacional

Coordenadora: Hildete Pereira de Melo – NUTEG/UFF

Integrantes:

Elisa Baggio Saitovitch – CBPF

Estela Aquino – MUSA/ISC/UFBA e ABRASCO

Fanny Tabak – PUC/RJ

10:00h às 10:30h – Intervalo para o café

10:30h às 13:00h

Mesa 2 – Núcleos de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil: estratégias de institucionalização e produção de conhecimento.

Coordenadora: Margaret Lopes (Cadernos PAGU/UNICAMP)

Relatora: Vera Soares – UNIFEM

Integrantes:

Eva Blay – NEMGE/USP

Joana Pedro – REF

Marlise Matos – REDEFEM

13:00h às 15:00h – Intervalo para o almoço

TARDE - 15:00h às 18:00h

Grupos de trabalho com o objetivo de definir sugestões de medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas e que fortaleçam as redes – temáticas, regionais e nacionais – de núcleos e grupos de pesquisa no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

Grupo 1: Espaços de poder: participação das mulheres em conselhos e agências de fomento

Coordenadora: Antonia Angulo (DECIT/MS)

Reladoras: Lia Zanotta (CNDM e NEPeM/UnB) e Clara Solon (SPM)

Grupo 2: Mecanismos de exclusão e de inclusão das mulheres na consolidação das carreiras – como a questão de gênero perpassa a formação profissional

Coordenadora: Regina Lisboa (UFSC)

Relatora: Maria Rosa Lombardi (FCC)

Grupo 3: Institucionalização dos núcleos e grupos de pesquisa de gênero

Coordenadoras: Albertina de Oliveira Costa (CNDM e FCC)

Relatora: Sílvia Lucia Ferreira (PPGEIMGF/ NEIM/UFBA)

Grupo 4: Fortalecimento do ensino e da pesquisa de gênero e articulação com as redes de pesquisa e agências internacionais

Coordenadora: Lourdes Bandeira (CAPES e NEPeM/UnB)

Relatora: Wilza Villela (ABRASCO)

Grupo 5: Inclusão do tema gênero na formação do conhecimento – transversalidade, currículos

Coordenadora: Clara Araújo (PPCIS/UERJ)

Relatora: Greice Menezes (MUSA/ISC/UFBA)

Grupo 6: Ciência e tecnologia como reservas masculinas

Coordenadora: Maria Lúcia Horta de Almeida (FINEP)

Relatora: Vera Soares (UNIFEM) e Márcia Leporace (SPM)

Grupo 7: Os espaços de circulação da produção: publicações, GTs de associações científicas

Coordenador: Jorge Lyra (Instituto Papai)

Relatora: Ana Paula Portela (SOS Corpo)

Grupo 8: Processos de avaliação da excelência científica e políticas de indicadores de gênero

Coordenadora: Almira Rodrigues (CFEMEA)

Relatora: Suely de Oliveira (SPM)

Grupo 9: Fortalecimento do papel e da participação das mulheres cientistas

Coordenadora: Maria Luiza Heilborn (CLAM/UERJ)

Relatora: Mari Machado (MCT) e Betina Stefanelo (CNPq)

Grupo 10: Mulheres negras: acesso às carreiras acadêmicas e os estudos sobre a questão racial

Coordenadora: Martha Rosa Queiroz (FCP)

Relatora: Eliane Cavalleiro (SECAD/MEC)

19:00 Horas

Assembléia Geral da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – RE-DEFEM

21:00 Horas – Lançamento de livros

Dia 31 de março de 2006 (sexta-feira)

8:30h às 9:30h

Apresentação da síntese geral das relatorias dos grupos de trabalho.”

9:30h às 10:30h

Espaço aberto para se definir sugestões de medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas e que fortaleçam as redes – temáticas, regionais e nacionais – de núcleos e grupos de pesquisa no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

10:30h às 11:00h: Intervalo para o café

11:30 às 13:30

Mesa de encerramento – Gênero e ciências no contexto internacional

Coordenadora: Nilcéa Freire – ministra da SPM

Relatora: Miriam Grossi – ABA

Integrantes:

Alice Abreu – UFRJ

Shirley Malcom – American Association for the Advancement of Science
– AAAS

14:00h – Almoço de encerramento

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 2ª Edição

2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Edital de Pesquisa no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos

Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Assessoria de Comunicação Social do CNPq/Serviço de Prêmios

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde – DECIT/MS

Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Apoio

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Cadernos PAGU

Revista Estudos Feministas

Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Associação Brasileira de Ciências Políticas – ABCP

Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC

Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP

Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional – ANPUR

Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior – ANDIFES

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC

Núcleo de Estudos da População – NEPO/UNICAMP

Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG/UFF

Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA/ISC/UFBA

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ

Fundação Carlos Chagas – FCC

Instituto Papai

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM